
RESULTADOS NO MERCADO DE TRABALHO DOS DIPLOMADOS DO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS

Eugenia Suarez
Ricardo Biscaia
Pedro Videira
Carla Sá
Adriana Inácio
Alex Nourou

EDULOG
FUNDAÇÃO BELMIRO DE AZEVEDO

O EDULOG é uma iniciativa da Fundação Belmiro de Azevedo que tem como objetivo contribuir para a construção de um sistema de educação de referência em Portugal. Na persecução da sua missão e da sua visão, apoia estudos de investigação na área da Educação e dinamiza encontros e conferências cientificamente fundamentados.



FUNDAÇÃO
BELMIRO
DE AZEVEDO

Praça de Liège, 146 4150-455 Porto

Título

Resultados no mercado de trabalho dos diplomados do ensino superior português

Autores

Eugenia Suarez

Ricardo Biscaia

Pedro Videira

Carla Sá

Adriana Inácio

Alex Nourou

© Fundação Belmiro de Azevedo

Julho de 2026

ISBN: 978-989-36978-1-8

Este estudo foi desenvolvido no âmbito do projeto de investigação *Resultados no mercado de trabalho dos diplomados do ensino superior português* do Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (CIPES), apoiado pelo EDULOG, o *think tank* para a Educação da Fundação Belmiro de Azevedo. O trabalho reflete o posicionamento dos seus autores e não vincula necessariamente o EDULOG.

RESULTADOS NO MERCADO DE TRABALHO DOS DIPLOMADOS DO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS

ÍNDICE

Apresentação	12
PARTE 1: Uma análise às taxas de desemprego dos diplomados do ensino superior	
1. INTRODUÇÃO	14
1.1 O Inquérito Eurograduate	15
2. REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1 O papel do ensino superior na empregabilidade	18
2.2 O desemprego dos diplomados em Portugal	19
2.2.1 Estudos de empregabilidade (no sentido amplo) em Portugal	19
2.2.2 Medição das taxas de desemprego	21
2.3 Determinantes do desemprego dos diplomados de ensino superior	24
3. METODOLOGIA	26
3.1 Entrevistas	26
3.2 Inquérito Eurograduate	27
3.2.1 Base de dados	27
3.2.2 Que modelos de previsão?	28
3.2.3 Critérios de inclusão e exclusão	28
4. DETERMINANTES DO DESEMPREGO DOS DIPLOMADOS	43
4.1 Escolha das variáveis	43
4.2 Especificação do modelo	45
4.2.1 Modelo 1: Modelo-base	45
4.2.2 Modelo 2: Interação entre o nível de ensino e a área científica do curso	52
4.2.3 Modelo 3: Área científica por tipo de instituição (pública ou privada)	54
5. ANÁLISE DE CONTEÚDO ÀS ENTREVISTAS	56
5.1 Perceções sobre a fiabilidade e adequabilidade das atuais métricas de desemprego dos diplomados	56
5.2 Potenciais riscos e consequências institucionais do uso e divulgação das métricas de desemprego	58
5.3 Avaliação sobre a metodologia para cálculo da taxa de desemprego	60
5.4 Avanços e perspetivas futuras sobre a recolha e publicação de dados de desemprego dos diplomados em Portugal	61

6. ESTIMATIVA DAS TAXAS DE DESEMPREGO AO NÍVEL DO CURSO	63
6.1. Modelo preditivo da probabilidade de desemprego ao nível do curso	63
6.2. Comparação com a medida do Infocursos 2021	69
7. CONCLUSÃO	73
 PARTE 2: Qualidade do emprego dos diplomados do ensino superior	
 1. INTRODUÇÃO: DA EMPREGABILIDADE À QUALIDADE DO EMPREGO	78
1.1 Desenvolvimentos recentes na recolha de dados de empregabilidade dos diplomados em Portugal	81
 2. DETERMINANTES DA QUALIDADE DO EMPREGO	84
2.1 Salários	84
2.2 Tipo de contrato	85
2.3 Satisfação no emprego	88
2.4 Sobrequalificação	90
2.5 Abordagens metodológicas na literatura	91
 3. METODOLOGIA	93
3.1 Questões de investigação	93
3.2 O Inquérito Eurograduate no contexto português	93
3.3 Estatística descritiva	96
3.3.1 Composição da amostra	96
3.3.2 Comparação entre coortes das variáveis da qualidade do emprego	98
3.3.3 Diferenças por características dos diplomados	99
3.3.3.1 Salário bruto por hora	100
3.3.3.2 Tipo de contrato	101
3.3.3.3 Satisfação no emprego	102
3.3.3.4 Desalinhamento vertical	103
3.3.3.5 Desalinhamento horizontal	104
3.4 Métodos	105
3.4.1 Especificação-base e variáveis de controlo	105
3.4.2 Salário por hora	105
3.4.3 Tipo de contrato	106
3.4.4 Satisfação no emprego	106
3.4.5 Desalinhamento vertical	107
3.4.6 Desalinhamento horizontal	108

4. RESULTADOS	109
4.1 Salário por hora	109
4.2 Tipo de contrato	113
4.3 Satisfação no emprego	116
4.4 Desalinhamento Vertical	119
4.5 Desalinhamento Horizontal	123
4.6 Discussão dos resultados	126
5. UMA ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL À QUALIDADE DO EMPREGO	128
5.1 Medição da desvantagem cumulativa	128
5.2 Desvantagem cumulativa por coorte	129
5.3 Determinantes da desvantagem cumulativa	130
5.3.1. Estimativas agregadas	130
5.3.2. Estimativas por coorte	131
5.4 Intensidade da desvantagem cumulativa	132
5.5 Diferenças por área de estudo na desvantagem cumulativa	133
6. CONCLUSÃO	134
REFERÊNCIAS	
Parte I	139
Parte II	143
APÊNDICES	
A Guião de entrevista	147
B Áreas Eurograduate e instituições não-participantes	150
C Amostra e tabelas descritivas suplementares	156
D Análise de robustez e resultados de regressão suplementares	164
E Modelos de desvantagem cumulativa	176

ÍNDICE DE FIGURAS

PARTE I

Figura 1. Definição de desemprego de acordo com a OIT e o INE	22
Figura 2. Situação face ao emprego por género e coorte	30
Figura 3. Idade dos diplomados por situação face ao emprego e por coorte	31
Figura 4. Situação face ao emprego nos subsistemas universitário e politécnico, por coorte	32
Figura 5. Situação face ao emprego nos subsectores público e privado do ensino superior, por coorte	33
Figura 6. Situação face ao emprego por nível do curso	34
Figura 7. Situação face ao emprego por nível do curso e coorte	35
Figura 8. Distribuição da força de trabalho por áreas de estudo e taxas de desemprego por áreas de estudo	37
Figura 9. Taxas de desemprego por áreas de estudo e por coorte	37
Figura 10. Proporção da força de trabalho com mobilidade internacional durante os estudos no ensino superior, por coorte	38
Figura 11. Taxa de desemprego por mobilidade internacional e coorte	39
Figura 12. Média de experiências de trabalho prévia à conclusão por situação face ao emprego e por coorte	40
Figura 13. Efeitos marginais por coorte	52
Figura 14. Probabilidade de desemprego por área de estudo e nível de grau, coorte de 2017 (t+5)	53
Figura 15. Probabilidade de desemprego por área de estudo e nível de grau, coorte de 2021 (t+1)	54
Figura 16. Probabilidade prevista de desemprego por área de estudo e tipo de instituição de ensino superior (pública vs privada), t+5	55
Figura 17. Probabilidade prevista de desemprego por área de estudo e tipo de instituição de ensino superior (pública vs privada), t+1	55
Figura 18. Distribuição da probabilidade prevista de desemprego ponderada pelo número de diplomados, 2017 (t+5), 2021 (t+1)	66
Figura 19. Largura dos intervalos de confiança a 95%, 2017 (t+5), 2021 (t+1)	66
Figura 20. Taxa de desemprego prevista por área estudo, 2017 (t+5)	67
Figura 21. Taxa de desemprego prevista por área estudo, 2021 (t+1)	67
Figura 22. Taxa de desemprego prevista por tipo de instituição, 2017 (t+5)	68
Figura 23. Taxa de desemprego prevista por tipo de instituição, 2021 (t+1)	68
Figura 24. Distribuições das taxas de desemprego: Infocursos e modelo t+5	71

PARTE 2

Figura 1. Distribuição dos diplomados por área científica e coorte	98
Figura 2. Salário e tipo de contrato dos diplomados de ensino superior, por coorte	99
Figura 3. Distribuições da satisfação no emprego, do desalinhamento vertical e do desalinhamento horizontal, por coorte	99
Figura 4. Desvantagem cumulativa (IDC, 0-5): distribuição por coorte	129
Figura 5. IDC ≥ 2 : efeitos marginais médios – logit com duas coortes	131
Figura 6. IDC ≥ 2 : Efeitos marginais médios, 2016/17 vs. 2020/21	132
Figura 7. IDC ≥ 2 : probabilidade prevista por área de estudo, por coorte	133

ÍNDICE DE TABELAS

PARTE 1

Tabela 1. Resumo das bases de dados portuguesas relativas ao mercado de trabalho	15
Tabela 2. Distribuição da amostra por situação face ao emprego e coorte	30
Tabela 3. Distribuição dos diplomados no sistema de ensino superior português, por coorte	32
Tabela 4. Distribuição dos diplomados por nível de grau e por coorte	34
Tabela 5. Taxa de desemprego por nota final e coorte	36
Tabela 6. Taxas de desemprego por região NUTS III	41
Tabela 7. Distribuição da população ativa, dos diplomados empregados e desempregados, e taxas de desemprego nas regiões autónomas e no estrangeiro	42
Tabela 8. Efeitos marginais por coorte	51
Tabela 9. Taxas de desemprego média: Infocursos 2021, Eurograduate t+5, Eurograduate t+1	70
Tabela 10. Comparação entre a média móvel do Infocursos e o modelo preditivo deste estudo	72

PARTE 2

Tabela 1. Amostras utilizadas nos modelos de regressão.	96
Tabela 2. Características da amostra por coorte	97
Tabela 3. Salários por hora por coorte e características dos diplomados	100
Tabela 4. Contrato sem termo por coorte e características dos diplomados	101
Tabela 5. Satisfação no emprego por coorte e características dos diplomados	102
Tabela 6. Desalinhamento vertical por coorte e características dos diplomados	103
Tabela 7. Desalinhamento horizontal por coorte e características dos diplomados	104
Tabela 8. OLS (Logaritmo do salário por hora, por coorte)	112
Tabela 9. OLS Tipo de Contrato (Logit, Efeitos marginais médios)	116
Tabela 10. Satisfação no emprego (OLS, escala de 1-5)	119
Tabela 11. Sobrequalificação, logit binário sobre desalinhamento vertical, efeitos marginais médios	122
Tabela 12. Alinhamento horizontal (Logit Ordinal)	126
Tabela 13. Resumo dos determinantes das dimensões da qualidade do emprego	126

ÍNDICE DE TABELAS

APÊNDICE B

Tabela B1. Áreas científicas definidas pelo projeto Eurograduate e ligação com ISCED4D – 2013	151
Tabela B2. Instituições não-participantes no Eurograduate	154

APÊNDICE C

Tabela C1. Definição e dimensão das amostras analíticas	157
Tabela C2. Diferenças nos salários por hora por características dos diplomados	158
Tabela C3. Diferenças no tipo de contrato por características dos diplomados	159
Tabela C4. Diferenças na satisfação no emprego por características dos diplomados	160
Tabela C5. Diferenças no desalinhamento vertical por características dos diplomados	161
Tabela C6. Diferenças no desalinhamento horizontal por características dos diplomados	162

APÊNDICE D

Tabela D1. Estimativas OLS para o logaritmo dos salários por hora	164
Tabela D2. Estimativas do logit ordinal para a satisfação no emprego	166
Tabela D3. Efeitos marginais médios do logit ordinal para a satisfação no emprego: P(4) e P(5)	168
Tabela D4. Efeitos marginais médios do logit multinomial para o desalinhamento vertical: P(Alinhado)	170
Tabela D5. Efeitos marginais médios do Logit ordinal para o desalinhamento: P(4) e P(5)	173

APÊNDICE E

Tabela E1. Estimativas Logit para a desvantagem cumulativa (IDC ≥ 2)	177
Tabela E2. Estimativas para o logit ordinal para a desvantagem cumulativa (IDC 0-5)	179

APRESENTAÇÃO

A presente publicação reúne duas partes de um mesmo itinerário de investigação dedicado à análise dos resultados dos diplomados do ensino superior português no mercado de trabalho. Embora organizadas de forma autónoma, estas duas partes foram concebidas no interior de um propósito comum e devem ser entendidas como momentos complementares de uma mesma reflexão. A primeira parte incide sobre o desemprego dos diplomados, os seus determinantes e os problemas associados à sua medição; a segunda prolonga essa análise para o domínio da qualidade do emprego, convocando dimensões que ultrapassam a distinção entre estar empregado e estar desempregado. Em cada uma das partes, procura-se compreender de que modo características individuais, percursos académicos e perfis institucionais ajudam a explicar a heterogeneidade dos resultados observados.

Na verdade, o desemprego e a qualidade do emprego ocupam lugares distintos, ainda que estreitamente articulados, na compreensão dos percursos de inserção profissional dos diplomados. O desemprego constitui, desde logo, um indicador central no debate público sobre o ensino superior, mas é também uma realidade cuja apreensão empírica levanta dificuldades conceptuais e metodológicas particulares, designadamente no que respeita às fontes estatísticas disponíveis, à comparabilidade dos indicadores e à possibilidade de estimar resultados com maior desagregação, sobretudo ao nível do curso. Foi nesse quadro que a primeira parte procurou oferecer uma análise aprofundada da problemática do desemprego dos diplomados em Portugal, discutindo criticamente os instrumentos existentes e explorando o potencial analítico do Inquérito Eurograduate. Assim, a especificidade dos problemas de medição do desemprego, bem como o peso institucional e político desta questão, justificaram um tratamento autónomo.

A segunda parte descola desse patamar e foca a atenção não apenas em saber se os diplomados conseguem aceder ao mercado de trabalho, mas também em que condições o fazem, com que níveis de remuneração, estabilidade, satisfação e adequação entre as qualificações obtidas e as funções desempenhadas. Neste sentido, a segunda parte propõe-se a analisar cinco dimensões centrais da qualidade do emprego: os salários, a estabilidade contratual, a satisfação no emprego, o desalinhamento vertical e o desalinhamento horizontal. Para além disso, o relatório adota uma perspetiva multidimensional da qualidade do emprego, uma vez que esta não pode ser adequadamente captada por um único indicador. Assim, pretendeu-se também perceber de que forma diferentes desvantagens tendem a acumular-se nos mesmos diplomados, revelando padrões mais complexos de estratificação no mercado de trabalho.

PARTE I

UMA ANÁLISE ÀS TAXAS DE DESEMPREGO DOS DIPLOMADOS DO ENSINO SUPERIOR

I. INTRODUÇÃO

A empregabilidade dos diplomados do ensino superior tornou-se um foco central das políticas educativas e da análise do mercado de trabalho em Portugal. Nas últimas décadas, o país assistiu a um crescimento significativo do seu sistema de ensino superior, dando origem a uma população de diplomados cada vez mais diversificada. Contudo, esta expansão tem sido acompanhada por desafios persistentes, nomeadamente o desajuste entre competências e exigências do mercado de trabalho, fenómenos de sobreeducação e disparidades nas oportunidades de emprego entre diferentes áreas de formação e entre diferentes regiões (Figueiredo et al., 2017). Estes desafios levantam questões relevantes quanto à articulação entre a oferta de qualificações e competências do sistema de ensino superior e as necessidades do mercado de trabalho.

A empregabilidade dos diplomados constitui não apenas um indicador fundamental da eficácia do ensino superior, mas também um elemento crucial para o desenvolvimento económico nacional. A existência de desajustes nas competências e a existência de desigualdades nas oportunidades de emprego comprometem as trajetórias profissionais dos indivíduos e dificultam o desenvolvimento económico. A disponibilização de indicadores fiáveis de empregabilidade é, por isso, essencial para enfrentar estas problemáticas com vista à equidade e eficiência do sistema.

Em Portugal, no que respeita à problemática específica do desemprego entre os diplomados do ensino superior, as bases de dados estabelecidas sobre o mercado de trabalho em Portugal, como a base de dados do IEFP, os dados administrativos dos Quadros de Pessoal ou o Inquérito ao Emprego do INE, oferecem dificuldades na desagregação dos resultados para fornecer análises que sejam úteis. O fenómeno de estimação das taxas de desemprego, em particular, coloca desafios metodológicos significativos. Um resumo dessas bases encontra-se na Tabela 1.

Base de dados	Características	Limitações na Avaliação do Desemprego
Quadros de Pessoal	Apresenta dados longitudinais relativos a todos os trabalhadores do setor privado, atualizados anualmente. Inclui informação sobre o nível do grau académico dos diplomados	A informação sobre o grau académico é pouco detalhada. Não inclui os trabalhadores do setor público, os inativos nem os desempregados, não permitindo aferir as taxas de desemprego.
Inquérito ao Emprego	Inquérito metodologicamente robusto, realizado online e por telefone. A base de dados é constituída por um painel rotativo atualizado trimestralmente, e que é considerado como representativo do país para variáveis macroeconómicas relevantes.	Não apresenta desagregação suficiente para permitir comparações dentro do ensino superior. Produz apenas uma estimativa global do desemprego ao nível do ensino superior.

Base de dados	Características	Limitações na Avaliação do Desemprego
Registo de Desemprego do IEFP	A base de dados do IEFP inclui todos os indivíduos e respetivas características no momento em que se inscrevem como desempregados no Instituto. As características individuais são detalhadas. Esta fonte alimenta os indicadores de desemprego ao nível do curso produzidos pela DGEEC no seu portal Infocursos.	A definição de desemprego utilizada difere significativamente da definição oficial usada no Inquérito ao Emprego, o que introduz enviesamentos relevantes na análise.

Tabela 1. Resumo das bases de dados portuguesas relativas ao mercado de trabalho

Tendo em conta estas limitações, não existe uma possibilidade de obter uma estimativa para a taxa de desemprego no ensino superior de forma desagregada – nomeadamente ao nível dos cursos. O Tribunal de Contas recomendou explicitamente a disponibilização de estimativas de desemprego por ciclo de estudos, com o objetivo de reforçar a transparência e a responsabilização das instituições de ensino superior (IES) e dos decisores políticos (Empregabilidade Dos Ciclos de Estudos Do Ensino Superior, 2022). Esta recomendação reflete a crescente exigência por indicadores fiáveis que possam informar as escolhas dos estudantes, avaliar o desempenho das IES e orientar intervenções de política pública no sistema de ensino superior português.

1.1 O INQUÉRITO EUROGRADUATE

Face às limitações presentes nas restantes bases de dados, esta Parte I do relatório explora a base de dados proveniente do inquérito Eurograduate 2022. Este inquérito é uma opção adequada para a análise do desemprego a um nível mais desagregado. Trata-se de um inquérito dirigido aos diplomados portugueses que se diplomaram nos anos letivos de 2016/17 e 2020/21, que foi realizado em outubro de 2022. O inquérito apresenta várias vantagens que justificam a sua utilização para este fim. Em primeiro lugar, o questionário tem dados sobre o curso de proveniência do respondente permitindo uma análise desagregada por curso, dependendo do número de respostas para cada caso. Para além disso, o inquérito teve uma natureza censitária relativamente a esses diplomados dessas duas coortes, e teve uma taxa de resposta de 13%. A amostra foi considerada representativa do sistema de ensino superior português (Rodrigues et al., 2024).

No que respeita à medição do desemprego, a caracterização do estatuto de empregado, desempregado e inativo dado ao diplomado durante um inquérito, embora não corresponda exatamente à definição oficial utilizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo INE no seu Inquérito ao Emprego, é uma definição bastante aproximada, sendo aferida com base na situação do diplomado no momento da resposta – se se encontrava a trabalhar ou na procura ativa de emprego. O Eurograduate inclui ainda informação relevante sobre o

percurso educativo e sobre o percurso no mercado de trabalho dos diplomados, o que permite uma compreensão mais abrangente do fenómeno do desemprego.¹

Esta primeira parte centra-se em duas questões de Investigação principais:

1. Quais são os principais determinantes do desemprego dos diplomados do ensino superior português, um ano e cinco anos após a conclusão do curso?
2. É possível estimar, de forma estatisticamente significativa, a taxa de desemprego ao nível do curso no ensino superior português?

Para responder a estas questões, o relatório utiliza os dados do inquérito Eurograduate 2022, divididos por duas coortes de diplomados (2016/2017 e 2020/2021), com aproximadamente 18.000 observações.

No que respeita à primeira questão de investigação, pretende-se analisar de que forma variáveis relacionadas com o curso, como o subsistema e o subsector de instituição de ensino superior (universitária ou politécnica, pública ou privada), a área científica do curso e o nível de qualificação ISCED, bem como características de natureza individual, como o género, a média final de curso, a idade ou a experiência de mobilidade internacional, explicam a probabilidade de queda numa situação de desemprego por parte dos diplomados do ensino superior em Portugal.

Relativamente à segunda questão, procura-se dar resposta às preocupações expressas pelo Tribunal de Contas quanto à ausência de indicadores de empregabilidade ao nível dos cursos, nomeadamente através da tentativa de estimar taxas de desemprego por curso. Esta informação poderá revelar-se particularmente útil para estudantes e famílias na altura da escolha do seu percurso académico, tanto ao nível da instituição como da área de estudo. Embora a DGEEC disponibilize um indicador de desemprego no portal Infocursos, este foi considerado como insuficiente pelo Tribunal de Contas, e, como abordado mais à frente, também pelo INE e pela DGEEC.

Neste contexto, foram realizadas entrevistas com representantes do INE e da DGEEC, com o objetivo de compreender melhor as suas perspetivas relativamente ao indicador presente no portal Infocursos; às implicações da divulgação pública de informação sobre o desemprego; aos avanços recentes em Portugal na medição do desemprego – nomeadamente com base em dados administrativos; e de recolher opiniões sobre a metodologia proposta por este estudo para responder à segunda questão de investigação.

Uma ressalva importante que os autores pretendem realçar prende-se com a interpretação dos resultados, uma vez que o desempenho das instituições de ensino superior (IES) não deve ser avaliado exclusivamente com base nas taxas de desemprego dos seus diplomados. Embora as estimativas ao nível do curso e da área científica contribuam para uma maior transparência e reflitam a natureza dos dados disponíveis, é igualmente essencial contextualizar esses resultados. Os resultados em termos de desemprego são moldados não apenas pela qualidade da formação, mas também por fatores externos, como o desempenho

[1] A análise de outros resultados do mercado de trabalho, tais como os salários e a satisfação com o emprego, é abordada na segunda parte deste relatório.

económico regional, a procura específica de trabalho por parte dos setores de atividade e as condições gerais do mercado de trabalho.

As disparidades nas taxas de desemprego entre áreas (por exemplo, Artes, Humanidades e Formação de Professores) podem ser interpretadas de forma injusta como sendo provenientes de falhas na qualidade do ensino, criando riscos reputacionais para esses cursos e desincentivando a sua procura por parte dos estudantes. Uma ênfase excessiva nestes indicadores pode ter efeitos nefastos a nível sistémico e institucional, levando as instituições a priorizar áreas com menor risco de desemprego, em detrimento de áreas que terão resultados mais eficientes a longo prazo.

Ao reconhecer as limitações das estimativas para as taxas de desemprego ao nível do curso e, simultaneamente, ao fornecer análises robustas ao nível da área de estudo, este relatório procura alcançar um equilíbrio entre transparência, fiabilidade e equidade. Esta abordagem responde às recomendações do Tribunal de Contas de forma estatisticamente responsável, promovendo uma tomada de decisão informada por parte dos estudantes, famílias, e decisores políticos sem comprometer o sistema de ensino superior português.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O PAPEL DO ENSINO SUPERIOR NA EMPREGABILIDADE

O ensino superior constitui um motor essencial do desenvolvimento económico e da mobilidade social, ao dotar os diplomados de competências e qualificações necessárias para uma integração bem-sucedida no mercado de trabalho. No entanto, os desafios persistentes decorrentes da massificação do ensino superior – como a sobreeducação, o subemprego e os desajustes entre as competências dos diplomados e as exigências do mercado de trabalho – mostram a existência de fragilidades estruturais que estão presentes em muitos sistemas de ensino superior (Börjesson & Dalberg, 2021; Matache, 2023; Tight, 2019). Em Portugal, onde o ensino superior se expandiu significativamente nas décadas de 1980 a 2010, estes desafios revelam-se particularmente acentuados (Figueiredo et al., 2017). Apesar do aumento no acesso ao ensino superior e no aumento de qualificações da população, não se verificou um crescimento proporcional nas oportunidades de emprego qualificadas, o que gera dificuldades significativas de empregabilidade em várias áreas de estudo.

Em áreas como as Artes, Humanidades, e Formação de Professores as taxas de desemprego são superiores às das áreas STEM e da Saúde de forma consistente (Cerdeira et al., 2016). Estas disparidades sugerem que o alinhamento entre a oferta de ensino superior e as necessidades do mercado de trabalho permanece incompleto, colocando certos diplomados em situação de desvantagem.

Dada a variabilidade dos resultados no mercado de trabalho dos diplomados dentro dos sistemas de ensino superior – entre diferentes áreas de estudo, instituições e regiões – as Instituições de Ensino Superior (IES) têm sido pressionadas a melhorar os seus resultados em termos de empregabilidade. Esta tendência manifesta-se de diversas formas nas políticas institucionais: alterações curriculares, com a inclusão de estágios obrigatórios ou interações com empresas em alguns cursos; com a promoção de dissertações de segundo e terceiro ciclos com forte ligação ao mercado de trabalho; e com o envolvimento das empresas enquanto atores relevantes na definição dos conteúdos dos cursos. As IES também oferecem serviços aos seus estudantes, como apoio na elaboração de currículos e formação em competências interpessoais, com o objetivo de melhorar as suas perspetivas de empregabilidade (S. Norton & Dalrymple, 2020).

Um estudo recente de Scandurra et al., (2024) apresenta uma análise sistémica interessante sobre os efeitos dos esforços das IES em matéria de empregabilidade, sintetizando os resultados de artigos científicos realizados a nível institucional. Embora os resultados indiquem efeitos positivos destes esforços para a empregabilidade dos diplomados, também evidenciam a ausência de investigação aprofundada sobre o tema, nomeadamente no que diz respeito à existência de relações causais adequadas entre os programas de empregabilidade das IES e os resultados no mercado de trabalho dos diplomados.

Ainda que se possa atribuir alguma responsabilidade às IES pela empregabilidade dos seus diplomados, esta depende amplamente de características individuais e das condições económicas associadas à localização da instituição (Brown et al., 2004). Além disso, os avanços tecnológicos aumentam tanto a responsabilidade como os desafios das IES em manter os currículos atualizados e os esforços de empregabilidade ativos (S. Norton & Dalrymple, 2020), mas tornam também os resultados desses esforços mais dependentes dos efeitos assimétricos que o progresso tecnológico pode ter entre diferentes áreas, e dependentes da natureza do crescimento e desenvolvimento económico.

Neste contexto, a importância dos resultados do mercado de trabalho dos diplomados ultrapassa o sucesso individual, influenciando objetivos económicos mais amplos, como a inovação e a competitividade. Para as IES, a empregabilidade dos diplomados constitui um indicador-chave da relevância e eficácia dos seus programas, enquanto os decisores políticos utilizam os dados de empregabilidade para orientar investimentos e combater as desigualdades existentes entre regiões e áreas de estudo. No entanto, a ausência de indicadores de empregabilidade abrangentes e desagregados dificulta os esforços de avaliação e melhoria dos resultados educativos, bem como a orientação de políticas públicas com este objetivo (Figueiredo et al., 2017).

2.2 O DESEMPREGO DOS DIPLOMADOS EM PORTUGAL

2.2.1 Estudos de empregabilidade (no sentido amplo) em Portugal

Existe uma variedade considerável de estudos que abordam a questão mais ampla das perspetivas de empregabilidade no ensino superior em Portugal. No entanto, quando o foco se restringe ao estudo do desemprego, a literatura é mais escassa. Com maior frequência, outros resultados do mercado de trabalho, como os salários, a sobreeducação ou o desalinhamento de competências entre diplomados e empregos têm merecido mais atenção. Tal facto deve-se, em parte, à existência de bases de dados de natureza administrativa mais adequados para analisar essas dimensões com qualidade, como os Quadros de Pessoal, o Inquérito ao Emprego e a base de dados do IEFP.

Neste contexto, destacam-se alguns trabalhos recentes desenvolvidos no âmbito do projeto de investigação COLABOR. As temáticas abordadas incluem a sobreeducação dos diplomados do ensino superior e a sua distribuição entre diferentes áreas de estudo (Cantante & Estêvão, 2024); a evolução dos salários por setor de atividade entre 2013 e 2021 (Cantante & Estêvão, 2022); e os efeitos de medidas adotadas durante a pandemia de COVID-19, como o *layoff* temporário ou o teletrabalho (P. A. Silva et al., 2020). No entanto, nenhum destes estudos aborda diretamente as taxas de desemprego no ensino superior, exceto através de comparações agregadas entre áreas de ensino.

Outros investigadores têm analisado diferentes resultados no mercado de trabalho dos diplomados portugueses, sendo apresentado um bom resumo desses trabalhos em (Suleman et al., 2023). Figueiredo et al., (2017) identificaram fenómenos de sobreeducação, excesso de competências e desajustes entre as competências e as funções desempenhadas pelos diplomados no mercado de trabalho português. Em particular, os diplomados que trabalham em profissões com baixa incidência de outros diplomados apresentam maior probabilidade de estarem sobreeducados e com excesso de competências. Além disso, os padrões de escassez de competências variam significativamente entre os diplomados em profissões tradicionais e aqueles em profissões cujo nível de qualificações dos seus trabalhadores tem aumentado.

Araújo & Carneiro, (2023) analisaram os salários dos diplomados no contexto português e concluíram que, embora os trabalhadores sobreeducados auferam salários mais baixos, grande parte dessa diferença salarial pode ser explicada pelas características individuais dos trabalhadores, e não pela sobreeducação em si. Estes efeitos são mais visíveis no curto prazo, levando os autores a concluir que não existe um problema estrutural de sobreeducação em Portugal.

São poucos os estudos que analisam diretamente o desemprego dos diplomados, e raramente o fazem de forma sistemática ao nível dos ciclos de estudo. Núñez & Livanos, (2010) analisaram as tendências de desemprego em 15 países europeus com base nos dados do European Labour Force Survey (EULFS). Concluíram que a frequência no ensino superior reduz a probabilidade de desemprego, embora este efeito varie entre países, sendo Portugal um dos casos em que o impacto do ensino superior na redução do desemprego é mais limitado. Sá et al., (2014) aprofundaram esta análise para o caso português, utilizando o mesmo conjunto de dados. Através de um modelo de sobrevivência, estimaram que a probabilidade de transição do emprego para o desemprego é inferior para trabalhadores com ensino secundário ou superior, em comparação com os níveis de escolaridade mais baixos. No sentido inverso, a transição do desemprego para o emprego é 60% mais provável para indivíduos com ensino superior, sendo esta diferença estatisticamente significativa em comparação com todos os outros níveis de escolaridade. Estes resultados mantêm-se válidos mesmo durante o período da crise financeira de 2009-2010. No entanto, o estudo não apresenta uma análise desagregada por área de formação.

Apenas alguns estudos se aproximam mais da análise do desemprego ao nível desagregado do ensino superior em Portugal. Silva et al., (2016) estudaram o papel dos estágios na promoção da empregabilidade dos diplomados de licenciatura. Utilizando o indicador de desemprego do IEFP disponível no portal Infocursos, os autores concluíram que os cursos com estágio curricular apresentavam taxas de desemprego mais baixas, mesmo controlando para outras características dos cursos. Adicionalmente, os cursos ministrados em instituições politécnicas e privadas apresentavam taxas de desemprego mais elevadas. Mais recentemente, Tavares et al., (2023) analisaram a diferença entre instituições universitárias e politécnicas. Com base no mesmo indicador do IEFP, os autores concluíram

que, controlando para outras características dos cursos, os cursos politécnicos apresentam maior propensão para o desemprego do que os universitários. Contudo, esta diferença é estatisticamente significativa apenas no caso das instituições públicas. Estes dois artigos, no entanto, usam bases de dados onde a unidade de análise é o curso e não o diplomado, inviabilizando a inserção de características individuais nas suas análises.

Tanto quanto é do nosso conhecimento, não existem outros estudos sobre o desemprego dos diplomados portugueses. A revisão da literatura permite concluir que a abordagem mais geral baseada nos dados do Inquérito ao Emprego / European Labour Force Survey apenas permite comparações entre ter ou não ensino superior, sem ser possível o controlo por variáveis relevantes como a área de estudo. Não existem estudos sobre desemprego com base nos dados dos Quadros de Pessoal, que são mais adequados para outros resultados no mercado de trabalho. O indicador do IEFP utilizado no portal Infocursos da DGEEC constitui, até à data deste relatório, a única abordagem disponível para estudos ao nível dos cursos, como demonstrado nos trabalhos de Silva et al., (2016) e Tavares et al., (2023)

2.2.2 Medição das taxas de desemprego

A taxa oficial de desemprego em Portugal é determinada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). A estimativa da taxa de desemprego baseia-se, sobretudo, num inquérito realizado trimestralmente a um número elevado de agregados familiares. Estes agregados são posteriormente acompanhados durante mais cinco trimestres. A amostra é representativa da população residente no país, cobrindo tanto características geográficas como demográficas. Este inquérito é o já mencionado Inquérito ao Emprego, cujos dados também integram o European Labour Force Survey (EULFS), que estende esta base de dados por mais países.

Embora estas estimativas permitam calcular taxas de desemprego a nível nacional, não é possível a sua desagregação para um nível que permita compreender e diagnosticar questões específicas no sistema de ensino superior. O nível mais desagregado apresentado nos relatórios do INE refere-se ao nível de escolaridade, onde se identifica uma taxa de desemprego nacional de 6,3%, sendo esta inferior para os diplomados do ensino superior (4,3%). No entanto, este indicador refere-se aos diplomados em geral, sem possibilidade de distinguir entre diplomados recentes, áreas de formação ou níveis de qualificação (INE, 2025).

No mesmo relatório, são também apresentados os critérios de definição de desemprego segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Rodrigues et al. (2024) apresentam os critérios utilizados no Inquérito ao Emprego para atribuir o estatuto de empregado, desempregado ou inativo, a partir dos quais é posteriormente calculada a taxa de desemprego.

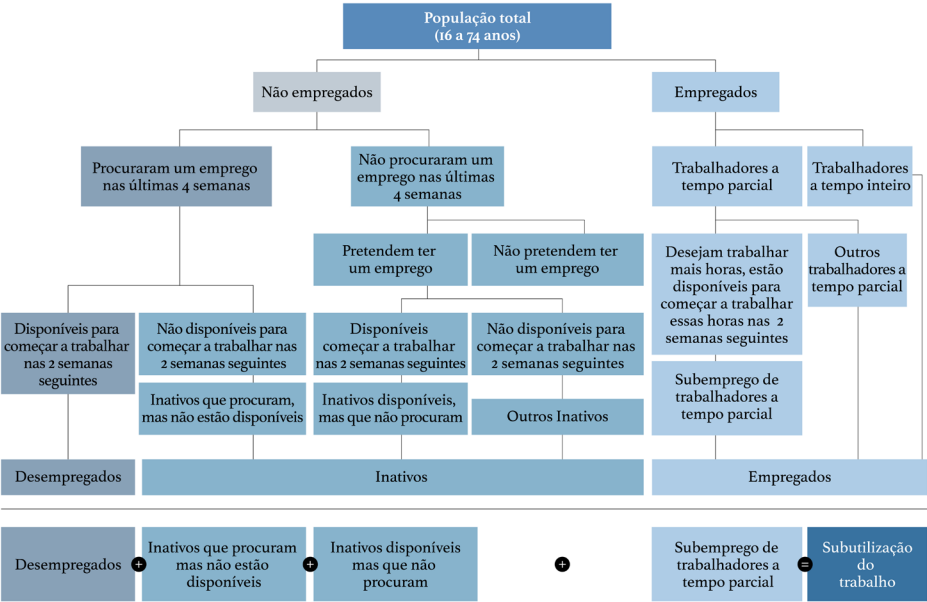


Figura 1. Definição de desemprego de acordo com a OIT e o INE
Fonte: INE, 2025

A medida existente da taxa de desemprego por ciclo de estudos, disponibilizada pela DGEEC no portal Infocursos, é construída com base no registo de desemprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). Para um determinado curso, o indicador do Infocursos calcula o rácio entre o número de diplomados registados no IEFP em dois momentos distintos e o número total de diplomados desse curso. Esta informação é calculada para quatro coortes de diplomados do respetivo curso. Por exemplo, o indicador de 2024 corresponde ao rácio entre:

$$U_{j,2024} = \frac{\text{Média dos desempregados no IEFP em dezembro de 2021 e junho de 2022}}{\text{Número total de diplomados entre 2017 e 2021 (quatro anos letivos)}}$$

A medida de desemprego por curso atualmente disponibilizada pela DGEEC no portal Infocursos é construída com base nos registos de desemprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). Para um determinado curso, o indicador do Infocursos calcula o rácio entre o número médio de diplomados registados no IEFP em dois momentos (dezembro de 2021 e junho de 2022, por exemplo) e o número total de diplomados desse curso ao longo dos quatro anos letivos anteriores. O numerador provém dos dados administrativos do IEFP, enquanto o denominador é extraído dos registos da DGEEC, nomeadamente do número de diplomas atribuídos no curso em causa, com base no conjunto de dados RAIDES.

É evidente que o indicador do Infocursos se afasta da metodologia oficial de medição do desemprego utilizada pelo INE. Apenas uma fração das pessoas desempregadas está inscrita no IEFP, uma vez que a inscrição é voluntária e, por vezes, burocraticamente exigente. No universo dos diplomados do ensino superior, a propensão para a inscrição no IEFP pode variar entre áreas de formação, dado que a perceção da necessidade de inscrição difere consoante a área científica do curso (Tavares et al., 2023).

Talvez a diferença mais relevante entre as proporções de desemprego estimadas pelo INE e pelo Infocursos resida no denominador utilizado. A taxa oficial de desemprego é definida como o rácio entre o número de desempregados e a população ativa, excluindo os inativos. Já no Infocursos, todos os diplomados são considerados, independentemente de estarem ou não ativos no mercado de trabalho. Esta abordagem conduz a um denominador inflacionado, o que resulta numa subestimação da taxa de desemprego – tratando-se, na prática, de uma estimativa da proporção de diplomados desempregados, e não da proporção de ativos desempregados, sendo esta segunda a condizente com a definição de desemprego.

Apesar de o Infocursos apresentar estimativas ao nível do curso, estas não abrangem todos os cursos do ensino superior português, sobretudo devido ao reduzido número de diplomados em alguns cursos. O indicador é apenas disponibilizado para cursos de licenciatura (nível ISCED 6) e mestrados integrados (nível ISCED 7), excluindo os CTeSP (nível ISCED 5), mestrados de 2.º ciclo e doutoramentos (nível ISCED 8), devido ao número reduzido de diplomados. Mesmo entre os cursos elegíveis, o indicador só é calculado para aqueles com pelo menos 30 diplomados nos últimos quatro anos.

No que diz respeito a outras bases de dados administrativas com potencial para este tipo de análise, existem planos de ligação – explorados nas entrevistas realizadas no âmbito deste projeto – entre os dados da Segurança Social (que gere programas de apoio e recebe contribuições com base nos rendimentos), da Autoridade Tributária (que regista os rendimentos auferidos pelos agregados familiares) e da DGEEC (com dados sobre diplomados e resultados educativos). Embora, em teoria, estas ligações permitam uma compreensão mais aprofundada dos resultados laborais ao nível dos cursos, não resolvem a questão da medição do desemprego, uma vez que não é possível distinguir com clareza os inativos dos desempregados entre os indivíduos sem rendimentos através da conjugação destas fontes de natureza administrativa. Neste sentido, a entrevista realizada ao INE confirmou que os inquéritos ao emprego continuam a ser indispensáveis para garantir a aplicação das definições de desemprego exigidas pela OIT.

A definição de desemprego utilizada no inquérito Eurograduate 2022 difere ligeiramente daquela adotada pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) e pelo Inquérito ao Emprego. O questionário permite que cada diplomado selecione múltiplas opções relativas à sua “situação atual”, pelo que foi necessário converter essas respostas em categorias mutuamente exclusivas, de forma a garantir a consistência com a definição da OIT. No Eurograduate, um respondente é classificado como empregado se declarar exercer trabalho remunerado ou atividade por conta própria; caso contrário, é considerado desempregado

apenas se assinalar explicitamente a opção “desempregado”, o que implica, de forma implícita, a procura ativa de emprego e a disponibilidade para trabalhar. Todas as restantes opções (estudantes, licença parental, recrutas, cuidadores familiares ou “outros”) são classificadas como inativos.

Formalmente, a rotina em Stata analisa as variáveis a3_7_1 a a3_7_9 (bem como as respetivas versões recodificadas provenientes de uma segunda questão de redirecionamento após a resposta “outro”) e gera uma variável tricotómica com os seguintes valores: 1 = empregado, 2 = desempregado, 0 = inativo. Esta codificação respeita os limites conceptuais do enquadramento definido pela OIT. Assim, a taxa calculada a partir do Eurograduate aproxima-se, em termos conceptuais, da definição da taxa de desemprego da OIT, sendo mais alinhada com esta do que o indicador utilizado pelo Infocursos.

2.3 DETERMINANTES DO DESEMPREGO DOS DIPLOMADOS DE ENSINO SUPERIOR

A literatura tem identificado de forma consistente os fatores demográficos, educativos e institucionais como determinantes críticos do desemprego entre diplomados no ensino superior. Entre os fatores demográficos, a idade e o género assumem particular relevância. Os diplomados mais jovens e as mulheres tendem a enfrentar taxas de desemprego mais elevadas, sobretudo em áreas como as Artes e Humanidades, onde a procura por profissionais com formação superior é mais limitada (Figueiredo et al., 2017). As disparidades regionais também desempenham um papel importante, sendo que os diplomados oriundos de áreas metropolitanas apresentam, em geral, melhores perspetivas de emprego do que os provenientes de regiões rurais (Cerdeira et al., 2016).

As características educativas, como a área de estudo e o nível de qualificação, influenciam igualmente os resultados em termos de empregabilidade. As áreas STEM e da Saúde tendem a oferecer oportunidades de emprego mais estáveis e de maior qualidade, enquanto as Artes, Humanidades e Formação de Professores estão associadas a maiores riscos de desemprego (Cerdeira et al., 2016). O nível de qualificação também é relevante: os diplomados de mestrado apresentam, em geral, melhores perspetivas de emprego, uma vez que as qualificações avançadas fornecem competências específicas valorizadas pelos empregadores.

As características institucionais, como o tipo e a localização da instituição, também são influentes. Com base no indicador Infocursos, Tavares et al., (2023) identificam que, no setor público, os diplomados de instituições politécnicas apresentam maior propensão ao desemprego do que os diplomados de universidades. Além disso, os diplomados de universidades públicas têm menor probabilidade de desemprego do que os das universidades privadas. Entre os fatores explicativos, os autores apontam o maior prestígio das universidades no contexto português, e o facto dos estudantes mais privilegiados possuírem formas de capital cultural que facilitam o acesso ao mercado de trabalho. Estes estudantes estão mais concentrados nas universidades públicas.

Contudo, poderá existir mais informação ao nível institucional do que aquela que é sugerida pelas análises agregadas. A literatura é escassa no que diz respeito à identificação de diferenças nas taxas de desemprego entre instituições específicas. Em sistemas de ensino superior massificados, o mercado de trabalho tende a distinguir entre diferentes tipos de diplomados, procurando identificar os mais qualificados. A contratação de diplomados de instituições mais prestigiadas torna-se, assim, um atalho importante para os empregadores, uma vez que os melhores estudantes também procuram aceder a essas instituições, criando um mecanismo de seleção que concentra talento. Este fenómeno leva as instituições a competir para atrair mais e melhores estudantes, com o objetivo de reforçar o seu prestígio e cumprir os critérios de financiamento e avaliação baseados no desempenho (Cattaneo et al., 2016). Esta teoria sugere que os níveis de emprego podem variar significativamente entre instituições dentro do mesmo sistema de ensino superior.

Embora a literatura seja limitada neste domínio e se concentre mais nas diferenças salariais entre diplomados (por exemplo, Britton et al., 2022; Drydakís, 2016; Kang et al., 2021; Lee & Müller, 2019), existem algumas evidências de melhores perspetivas de empregabilidade para diplomados de instituições com maior reputação. No Reino Unido, Abel (2014) relata que estudantes com perfis semelhantes têm maior probabilidade de serem convidados para entrevistas de emprego se forem oriundos de instituições mais bem posicionadas nos *rankings* nacionais. As estimativas são particularmente relevantes: “A diferença na taxa de acesso a entrevistas de emprego é da ordem dos 27,5 pontos percentuais entre candidatos dos dois grupos de universidades mais bem classificadas, 37,6 pontos percentuais entre as universidades inseridas nos primeiro e terceiro grupos, e 10,1 pontos percentuais entre as classificadas nos segundo e terceiro grupos. As diferenças são estatisticamente significativas, pelo menos ao nível de 5%” (Drydakís, 2016, p.197, tradução livre).

A mobilidade internacional é outro fator crítico. Os diplomados com experiência internacional no contexto dos seus estudos ou no contexto laboral têm maior probabilidade de obter empregos estáveis e de qualidade, especialmente em setores globalizados como as áreas STEM e os Negócios (OCDE, 2022). No entanto, embora a mobilidade internacional aumente a empregabilidade, pode também acentuar fenómenos de fuga de cérebros regionais, uma vez que os diplomados tendem a procurar oportunidades no estrangeiro ou em regiões mais urbanizadas, deixando as zonas menos desenvolvidas com acesso limitado a mão de obra qualificada.

3. METODOLOGIA

3.1 ENTREVISTAS

Para uma prossecução mais completa e aprofundada dos objetivos do projeto – nomeadamente, melhorar a compreensão do desemprego entre diplomados em Portugal, a forma como este é medido, e propor um método aperfeiçoado para estimar as taxas de desemprego ao nível dos cursos – considerou-se relevante auscultar as perceções dos atores institucionais responsáveis pela recolha e produção das atuais métricas de desemprego dos diplomados. Pretendeu-se, assim, complementar a abordagem analítica e quantitativa de âmbito sistémico com uma componente qualitativa, centrada na recolha e análise dos contributos de atores que, pelo seu papel na produção e interpretação dos dados existentes, podem contribuir para uma melhor compreensão dos desafios e limitações das métricas atuais, bem como para o debate e validação da metodologia e pressupostos propostos neste estudo.

Nesse sentido, decidiu-se auscultar interlocutores privilegiados, em cargos de direção e com conhecimento institucional relevante, na Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), que tem por missão garantir a produção e análise estatística da educação e ciência, e publica o indicador atualmente existente na plataforma Infocursos; e ainda no Instituto Nacional de Estatística, que promove a coordenação, a análise, a divulgação e o armazenamento de toda a atividade estatística nacional, incluindo os dados sobre desemprego. São estas as entidades responsáveis e que intervêm na produção dos atuais indicadores, e que continuarão a desempenhar esse papel no futuro, num contexto em que os dados que é possível obter e tratar se encontram, como veremos, em processo de reformulação e melhoria.

O instrumento de recolha de dados qualitativos junto dos interlocutores e informantes privilegiados destas duas instituições consistiu num guião de entrevista semiestruturada (Apêndice A), especificamente desenvolvido no âmbito do projeto. As entrevistas permitiram aprofundar quatro grandes temas: i) as perceções sobre a fiabilidade e adequação das atuais métricas de desemprego dos diplomados; ii) os potenciais riscos e consequências institucionais associados ao uso e divulgação dessas métricas; iii) os avanços perspetivados na recolha e divulgação de dados sobre o desemprego dos diplomados em Portugal; e iv) a apresentação e avaliação, por parte dos interlocutores, da metodologia proposta neste estudo.

As entrevistas foram conduzidas por dois investigadores do projeto, entre abril e junho de 2025. No caso da DGEEC, a entrevista decorreu presencialmente e contou com a participação simultânea de três responsáveis da instituição. Já no caso do INE, a entrevista foi realizada em formato híbrido, com um dos investigadores a participar remotamente. Em ambos os casos, foi garantido aos entrevistados o anonimato, tendo-lhes sido apresentados os seus direitos ao abrigo do regulamento de proteção de dados pessoais, e obtido o respetivo consentimento para a utilização da informação aqui apresentada. Após a transcrição, procedeu-se à análise das reflexões expressas nas entrevistas.

Este material qualitativo foi analisado através de análise de conteúdo. Esta técnica é utilizada para interpretar mensagens, documentos, discursos e outros tipos de comunicação. A análise de conteúdo procura identificar padrões, significados implícitos e explícitos, categorias e relações dentro do conteúdo analisado. O objetivo desta técnica é identificar elementos que possibilitem inferências sobre o contexto de produção e receção dessas mensagens e permite aos investigadores analisar narrativas e discursos de maneira estruturada, oferecendo vantagens para a compreensão de fenómenos sociais e culturais. Alguns excertos das entrevistas foram selecionados para ilustrar, ao longo do artigo, as perceções dos decisores institucionais sobre os temas em análise.

3.2 INQUÉRITO EUROGRADUATE

3.2.1 Base de dados

Este estudo utiliza dados do Inquérito Eurograduate 2022, uma base de dados robusta e abrangente concebida para obter os resultados no mercado de trabalho dos diplomados do ensino superior em toda a Europa. No caso de Portugal, o inquérito inclui aproximadamente 18.000 observações, abrangendo duas coortes de diplomados: 2016/2017 e 2020/2021. Uma das principais mais-valias deste inquérito reside na sua representatividade do sistema de ensino superior português, alcançada através de uma abordagem censitária que assegura uma cobertura ampla e inclusiva dos diplomados, considerando diferentes instituições, tipos de curso e áreas de estudo. Tal como discutido anteriormente neste relatório, a equipa de investigação concluiu que o Eurograduate constitui a única fonte de informação capaz de permitir uma análise desagregada relevante do desemprego entre diplomados do ensino superior.

A base de dados Eurograduate aplica ponderações populacionais para ajustar a variabilidade amostral e garantir a correspondência com a população de diplomados, tendo em conta a coorte, a área de estudo, o nível ISCED, o tipo de instituição (pública/privada, universitária/politécnica) e grupos demográficos, incluindo género e região (Rodrigues et al., 2024). Este procedimento de atribuição de pesos às observações reforça a fiabilidade e a generalização dos resultados.

Adicionalmente, o inquérito registou uma taxa de resposta de 13%, que, embora modesta, está em linha com os padrões internacionais e reflete uma implementação bem coordenada entre a DGEEC (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência) e as instituições de ensino superior portuguesas (Rodrigues et al., 2024).

Outros atributos relevantes do Eurograduate incluem o seu questionário extenso, dividido em módulos obrigatórios e opcionais. Portugal optou por incluir todas as secções, recolhendo dados sobre a situação profissional dos diplomados, percursos educativos, competências, mobilidade internacional e características sociodemográficas, entre outras

dimensões. Esta abordagem permite uma análise detalhada tanto dos resultados no mercado de trabalho como das percepções dos diplomados sobre a sua experiência educativa.

O inquérito destaca-se ainda por ter diversas valências metodológicas, como a utilização de ferramentas compatíveis com o RGPD (LimeSurvey) para a recolha de dados, a implementação descentralizada através das instituições de ensino superior e a aplicação de procedimentos rigorosos de validação e limpeza de dados para garantir a sua qualidade. Estas características metodológicas posicionam o Eurograduate como a fonte mais abrangente e fiável para a análise da empregabilidade e da integração profissional dos diplomados em Portugal (Rodrigues et al., 2024).

3.2.2 Que modelos de previsão?

Dado que o desemprego é uma variável de natureza binária que varia consoante características individuais e institucionais, a maioria da literatura empírica modela a sua previsão através de regressões logísticas ou outros modelos de probabilidade (Wooldridge, 2010). As especificações hierárquicas revelam-se particularmente úteis quando os diplomados estão agrupados por instituições ou áreas de estudo, pois permitem isolar os efeitos individuais ao mesmo tempo que absorvem a heterogeneidade de níveis superiores (“Hierarchical Linear Models,” 1997). Estudos recentes, tanto em Portugal como a nível internacional, demonstram que estes modelos permitem identificar grupos de maior risco, quantificar os benefícios de estágios ou experiências de mobilidade, e acompanhar de que forma choques sistémicos como a crise provocada pela COVID-19 alteram o peso relativo dos preditores entre coortes e qualificações (P. Silva et al., 2018).

Com base nesta evidência, a nossa análise é baseada, numa primeira fase, em modelos logísticos específicos por coorte para identificar os determinantes do desemprego em início de carreira. Contudo, a construção de indicadores ao nível do curso é feita através de um modelo de probabilidade linear.

3.2.3 Critérios de inclusão e exclusão

Para garantir o rigor metodológico e manter o foco nas dinâmicas do mercado de trabalho, este estudo inclui apenas os diplomados pertencentes à população ativa – ou seja, aqueles classificados como empregados ou desempregados. O grupo inativo (por exemplo, estudantes, cuidadores informais e indivíduos em licença parental) foi excluído das análises de regressão. Esta exclusão revelou-se necessária, uma vez que os respondentes inativos não estavam a participar nas dinâmicas do mercado de trabalho à data do inquérito. Além disso, esta decisão permite que as estimativas resultantes do modelo de regressão possam ser interpretadas como taxas de desemprego, dado que a proporção de desempregados é calculada apenas entre os

ativos. Como consequência da exclusão do grupo inativo, a amostra para a análise de regressão foi reduzida em 3.326 observações, resultando numa amostra final de 14.938 indivíduos.

Adicionalmente, para manter a consistência metodológica, a amostra foi ainda refinada com a exclusão de três grupos adicionais. Em primeiro lugar, a categoria de género “não-binário”, que representa menos de 1% da amostra (67 observações), foi removida devido à sua fraca representatividade. Em segundo lugar, foram excluídos os indivíduos com grau de CTeSP, cuja representação na amostra (3%, ou 448 observações) é relativamente reduzida face aos restantes graus académicos. Em terceiro lugar, os respondentes com cursos classificados na área de “Área desconhecida” foram também removidos, dado que representavam apenas 11 observações. Para além disso, foram eliminadas 76 observações (64 após a exclusão dos inativos) marcadas como “dados em falta por motivos de RGPD” (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), nas quais a informação foi omitida para salvaguardar o anonimato dos respondentes. Estas exclusões resultaram numa amostra revista de 14.360 observações.

A amostra final utilizada na análise de regressão compreende 13.945 observações. Embora não tenham sido removidos outros grupos de variáveis, a existência de valores em falta nas variáveis incluídas justifica as restantes exclusões. Outras decisões metodológicas foram tomadas, mas não afetaram o tamanho da amostra e serão discutidas com maior detalhe mais à frente no documento. A decisão de analisar duas coortes distintas prende-se com a necessidade de avaliar tendências temporais na empregabilidade dos diplomados. A comparação entre os resultados destas duas coortes é particularmente relevante, dado que os percursos no mercado de trabalho um ano e cinco anos após a graduação são substancialmente diferentes. Além disso, a análise destas coortes permite compreender de que forma fatores como as condições económicas, as políticas educativas e choques externos – como a pandemia de COVID-19 – influenciaram os diferentes grupos de diplomados.

Estatística descritiva

Tal como referido anteriormente, este estudo incide exclusivamente sobre diplomados pertencentes à população ativa, totalizando 13.945 observações. Conforme apresentado na Tabela 2, a população ativa está dividida em 12.719 indivíduos empregados e 1.226 desempregados. Verifica-se que a taxa de desemprego é relativamente mais elevada na coorte mais recente (2021), o que se poderá explicar pelo menor tempo decorrido entre a conclusão do curso e a aplicação do questionário, em comparação com a coorte de 2016/2017, ou pela maior incidência de contratos de curta duração e termo certo, mais comuns entre os recém-diplomados. Este resultado está alinhado com a literatura sobre as fases iniciais da carreira dos diplomados do ensino superior (Abel, 2014). Este padrão é também coerente com a taxa de desemprego reportada para todos os diplomados do ensino superior em Portugal (independentemente da coorte), que foi inferior e estimada em 4,3% no último trimestre de 2022 (INE, 2022).

	2016/2017	2020/2021	Total
Empregados	6.064 (94,74%)	6.655 (88,22%)	12.719 (91,21%)
Desempregados	337 (5,26%)	889 (11,78%)	1.226 (8,79%)
Total	6.401 (100%)	7.544 (100%)	13.945 (100%)

Tabela 2. Distribuição da amostra por situação face ao emprego e coorte
Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

Características pessoais dos diplomados

As taxas de desemprego são significativamente mais elevadas entre as mulheres (9,6%) do que entre os homens (7,4%), conforme ilustrado na Figura 2. Esta disparidade considerável entre géneros mantém-se ao longo das diferentes coortes, sendo particularmente acentuada na coorte de 2021, que apresenta as taxas de desemprego mais elevadas: 12,6% para as mulheres e 10,4% para os homens.

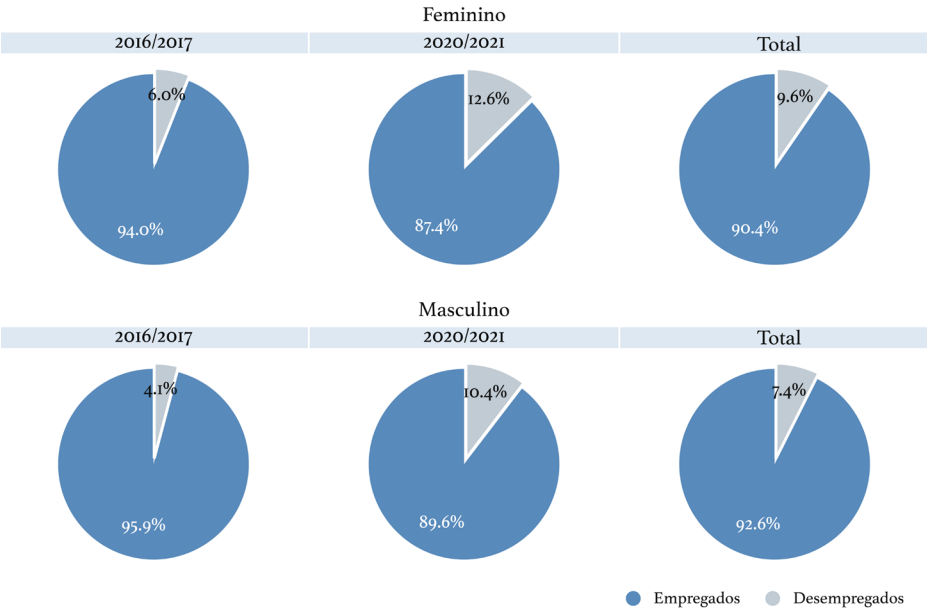


Figura 2. Situação face ao emprego por género e coorte
Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

A idade dos respondentes à data de conclusão do questionário foi determinada com base na diferença entre o mês e o ano de nascimento e a data final do inquérito, março de 2023. Devido à presença de um número significativo de valores extremos, a variável foi truncada utilizando um intervalo interquartis de 1,5, resultando numa idade máxima de 39 anos.

A distribuição etária da população ativa reflete de forma próxima a distribuição da população empregada, o que se justifica pelo maior peso relativo dos indivíduos empregados na amostra. De um modo geral, pelo menos 75% da população ativa situa-se entre os 20 e os 32 anos. Como seria de esperar, observam-se diferenças etárias entre as coortes analisadas. A coorte mais recente (2021) é também a mais jovem, com idades compreendidas entre os 20 e os 36 anos.

Dentro desta coorte, os desempregados pertencem maioritariamente ao grupo etário mais jovem, sendo que aproximadamente 75% dos diplomados desempregados têm menos de 27 anos (Figura 3).

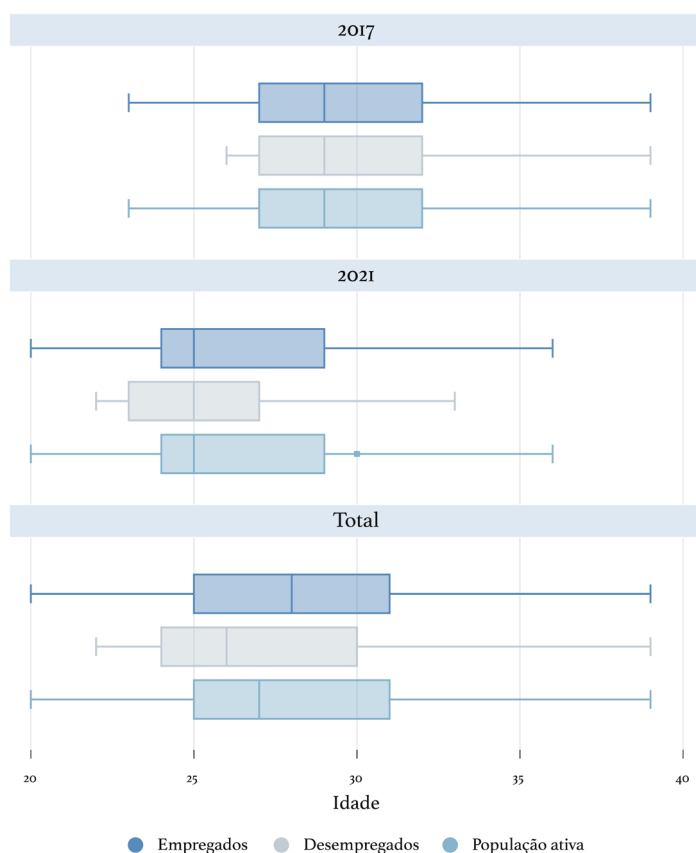


Figura 3. Idade dos diplomados por situação face ao emprego e por coorte

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

Informação ao nível do curso

O sistema de ensino superior em Portugal é binário, composto por dois subsistemas – Universitário e Politécnico – e por dois subsetores – Público e Privado. A maioria dos diplomados em Portugal provém de instituições públicas ou universitárias, uma vez que estas representam o subsistema e subsetor predominantes no país. De acordo com os dados do inquérito Eurograduate, 66,76% dos diplomados frequentaram uma universidade pública e 16,32% uma instituição pública não universitária (politécnica). As instituições privadas representam menos de 20% da amostra (ver Tabela 3).

	2016/2017	2020/2021	Total
Universitário Público	1.604 (67,42%)	2.171 (66,27%)	3.775 (66,76%)
Politécnico Público	411 (17,28%)	512 (15,63%)	923 (16,32%)
Universitário Privado	314 (13,20%)	506 (15,45%)	820 (14,50%)
Politécnico Privado	50 (2,10%)	87 (2,66%)	137 (2,42%)

Tabela 3. Distribuição dos diplomados no sistema de ensino superior português, por coorte
Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

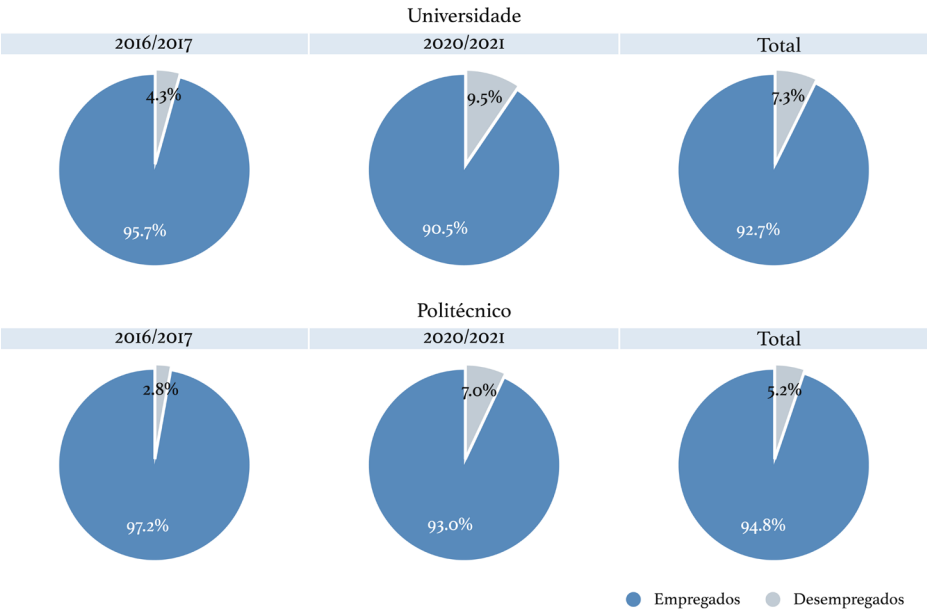


Figura 4. Situação face ao emprego nos subsistemas universitário e politécnico, por coorte
Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

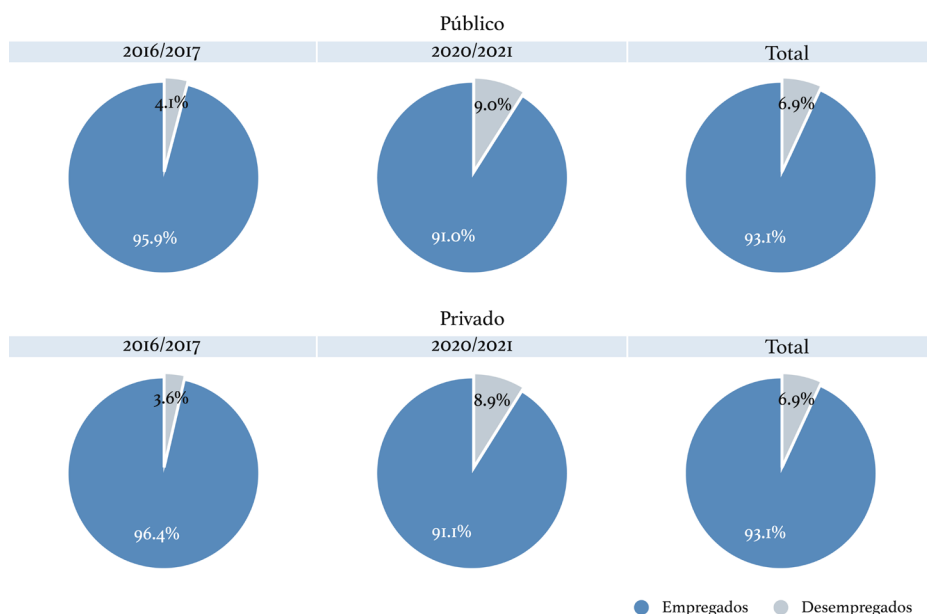


Figura 5. Situação face ao emprego nos subsectores público e privado do ensino superior, por coorte
 Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

As diferenças entre subsistemas (Figura 4) e subsectores (Figura 5) não são particularmente acentuadas. A percentagem de desempregados entre subsectores é semelhante, mas o subsistema universitário apresenta uma taxa de desemprego mais elevada (7,3%) em comparação com o subsistema politécnico (5,2%). Esta diferença poderá estar relacionada com a natureza distinta de cada subsistema, sendo que o carácter mais “prático” do ensino politécnico, orientado diretamente para o mercado de trabalho, poderá facilitar a inserção profissional dos seus diplomados. Esta diferença nas taxas de desemprego mantém-se em ambas as coortes, com os diplomados do ensino politécnico a apresentarem níveis de desemprego mais baixos tanto um ano como cinco anos após a conclusão do curso.

Relativamente ao nível do curso dos respondentes, a maioria possui um grau de licenciatura (cerca de 60%), enquanto os restantes detêm um grau de mestrado (cerca de 40%) (ver Tabela 4). A categoria de mestrado inclui tanto os mestrados de 2.º ciclo como os mestrados integrados. As duas tipologias de nível ISCED 6 foram agregadas numa única categoria devido às restrições de utilização desta variável na secção 4, como identificado posteriormente. Esta agregação não compromete os resultados das regressões nem os níveis de significância, uma vez que a interação entre o nível o curso, a área científica do curso e o tipo de instituição de ensino superior permite identificar o tipo de mestrado, assegurando que essa informação não é desperdiçada pelo procedimento.

	2016/2017	2020/2021	Total
Licenciatura	4.022 (62,83%)	4.268 (56,57%)	8.290 (59,45%)
Mestrado	2.379 (37,17%)	3.276 (43,43%)	5.655 (40,55%)
Total	6.401 (100%)	7.544 (100%)	13.945 (100%)

Tabela 4. Distribuição dos diplomados por nível de grau e por coorte
 Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

Os indivíduos com licenciatura apresentam uma taxa de desemprego mais elevada (10,1%) em comparação com os mestres, cuja taxa se situa nos 6,9% (Figura 6). Este resultado poderá indicar uma menor aquisição de competências ou de capacidades valorizadas pelo mercado de trabalho entre os diplomados de licenciatura, ou refletir uma atualização nas exigências do mercado relativamente ao nível de qualificação. A desagregação por coorte é apresentada na Figura 7, permitindo uma análise mais detalhada das diferenças entre diplomados de licenciatura e mestrado ao longo do tempo.

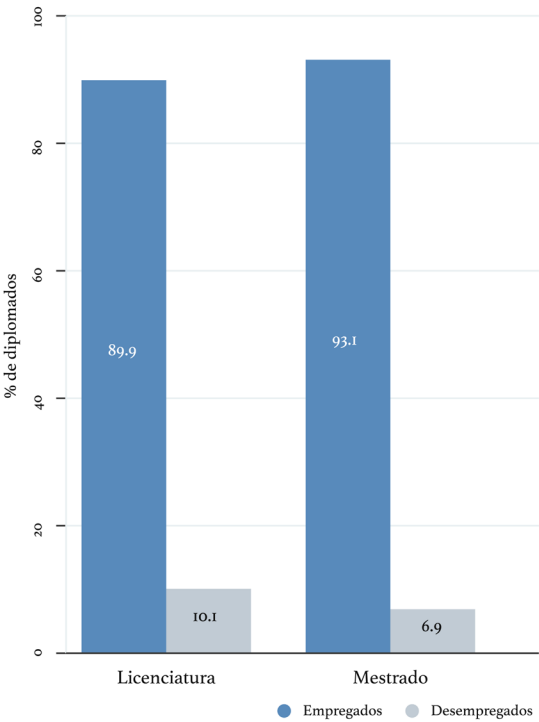


Figura 6. Situação face ao emprego por nível do curso
 Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

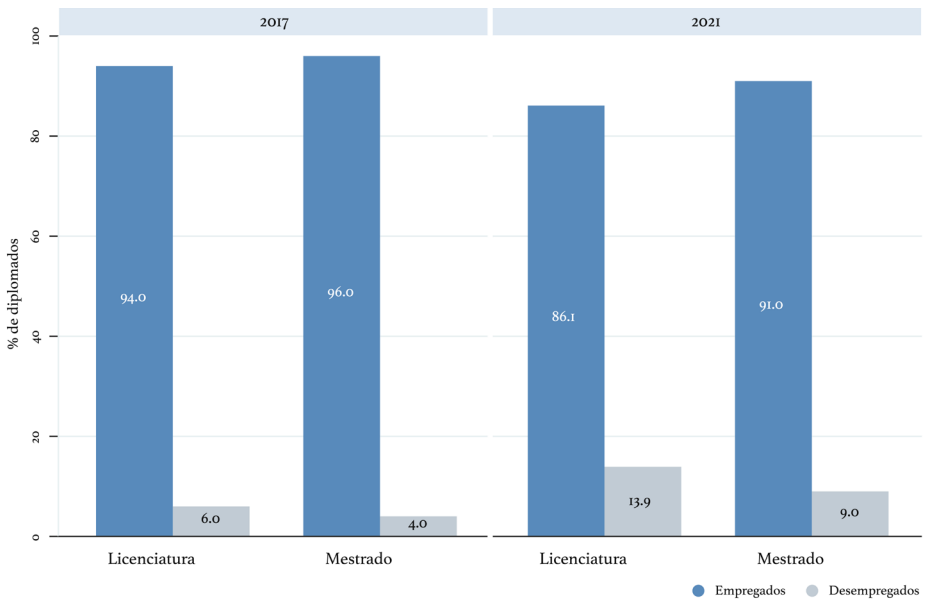


Figura 7. Situação face ao emprego por nível do curso e coorte
 Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

De forma geral, a evidência empírica e a literatura sugerem que os indivíduos desempregados poderão apresentar menores capacidades ou competências do que os empregados, especialmente no caso do desemprego de longa duração (Akkermans et al., 2013; Machin & Creed, 2003). Um dos indicadores frequentemente utilizados para aferir a qualidade de um diplomado é a média final de curso. De facto, consegue-se identificar a tendência de uma diminuição da taxa de desemprego com o aumento da média final de curso obtida pelo diplomado (Tabela 5).

Coorte	GPA	N	Taxa de Desemprego
2016/2017	10	5	0.00
	11	126	0.10
	12	529	0.07
	13	1060	0.06
	14	1466	0.06
	15	1238	0.05
	16	1084	0.04
	17	687	0.03

Coorte	GPA	N	Taxa de Desemprego
2016/2017	18	319	0.05
	19	67	0.09
	20	4	0.00
2020/2021	10	4	0.50
	11	104	0.13
	12	459	0.18
	13	989	0.15
	14	1456	0.12
	15	1508	0.11
	16	1472	0.11
	17	1097	0.09
	18	507	0.08
	19	95	0.06
	20	8	0.00

Tabela 5. Taxa de desemprego por nota final e coorte

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

Relativamente às áreas científicas dos cursos, os dados relativos aos cursos foram tratados e mapeados para as respetivas áreas de estudo com base na Classificação Internacional Normalizada da Educação – Áreas de Educação e Formação 2013 (ISCED-F 2013). Após esta classificação inicial, as áreas identificadas ao nível de quatro dígitos ISCED-F 2013 foram posteriormente agregadas em 20 grandes áreas, conforme definidas pelo projeto Eurograduate. O mapeamento destas áreas encontra-se detalhado na Tabela B1, no Anexo B.

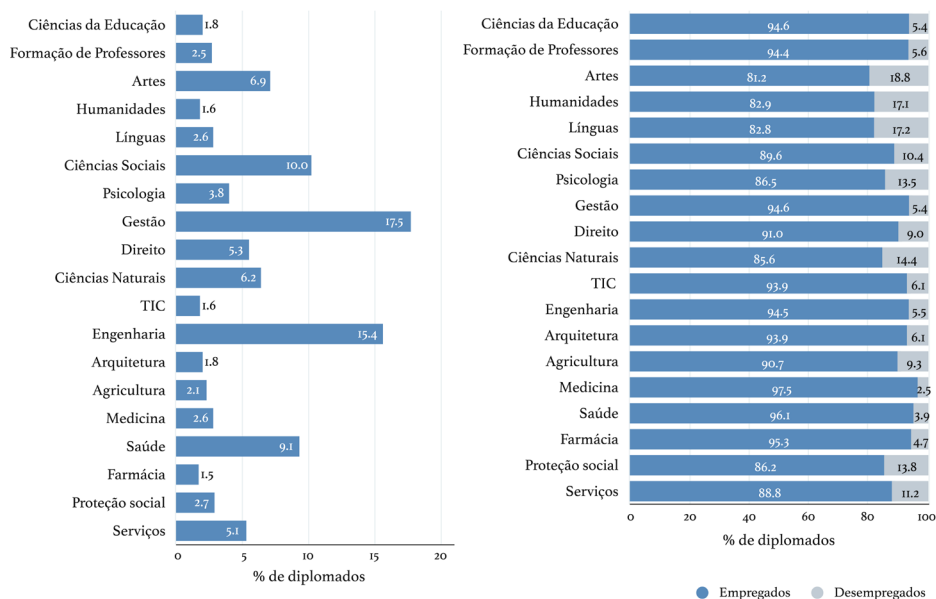


Figura 8. Distribuição da força de trabalho por áreas de estudo (à esquerda) e taxas de desemprego por áreas de estudo (à direita)

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

Nota: Os nomes das áreas científicas foram abreviados por razões estéticas; os nomes completos estão disponíveis no Anexo I.

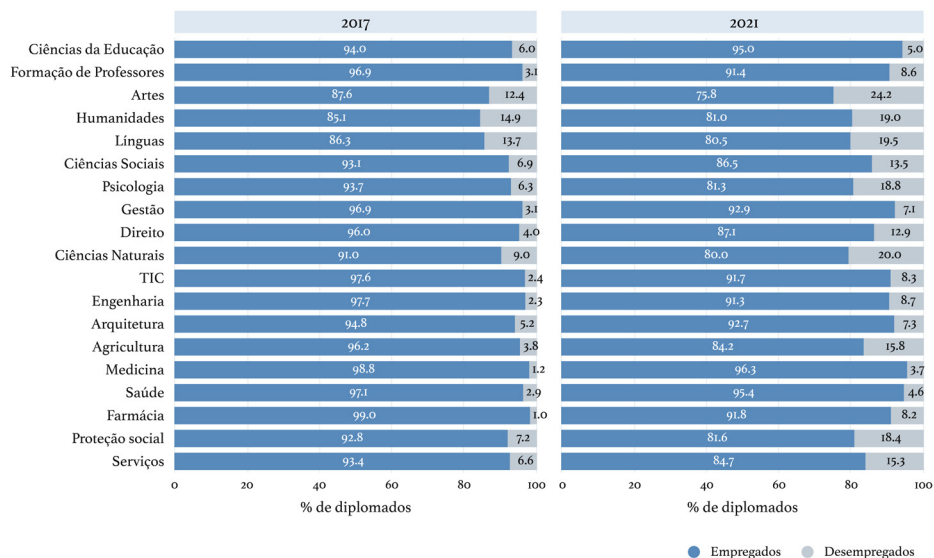


Figura 9. Taxas de desemprego por áreas de estudo e por coorte

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

Nota: Os nomes das áreas científicas foram abreviados por razões estéticas; os nomes completos estão disponíveis no Anexo I.

As áreas de “Ciências Empresariais e Administração” e “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção” concentram o maior número de diplomados, seguidas por “Ciências Sociais, Jornalismo e Informação” e “Saúde” (Figura 8 – esquerda). Por outro lado, as áreas com as taxas de desemprego mais elevadas são “Artes”, “Humanidades” e “Línguas” (Figura 8 – direita). Este padrão poderá refletir a escassez de oportunidades de emprego nestes setores em Portugal. Os dados relativos às coortes de 2016/2017 e 2020/2021 indicam que o fenómeno do desemprego nestas áreas é persistente (Figura 9).

Uma proporção significativa de diplomados participou em programas de mobilidade internacional durante o seu percurso académico, frequentemente através de iniciativas como o ERASMUS. Esta mobilidade pode ser altamente benéfica, proporcionando oportunidades para estabelecer contactos relevantes e adquirir experiências interculturais. Estas vivências contribuem para o reforço de competências transversais e aumentam a empregabilidade dos diplomados, melhorando as suas perspetivas de inserção no mercado de trabalho (Directorate-General for Education, Youth, Sport and Culture, European Commission, et al., 2014).

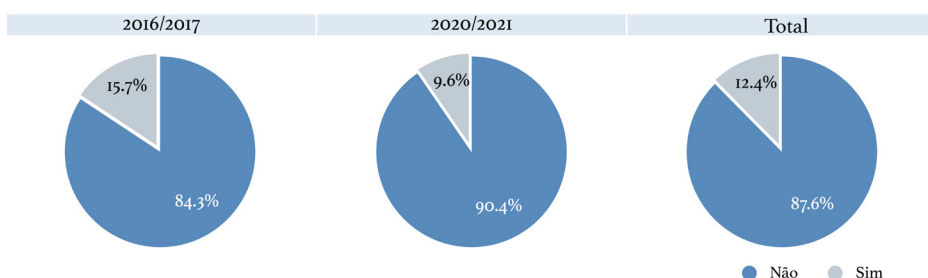


Figura 10. Proporção da força de trabalho com mobilidade internacional durante os estudos no ensino superior, por coorte

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

No total, 12,4% da população ativa declarou ter participado em algum tipo de mobilidade internacional durante o seu curso (Figura 10). No entanto, a desagregação por coorte sugere o impacto da pandemia de COVID-19 nesta variável, com apenas 9,6% dos diplomados de 2020/2021 a reportarem experiências de mobilidade internacional, em contraste com 15,9% dos diplomados de 2016/2017.

A distribuição da mobilidade internacional é idêntica entre diplomados empregados e desempregados (Figura 11), o que sugere que estas experiências poderão não ter um impacto direto na obtenção de emprego. Parte da literatura sobre mobilidade internacional de estudantes apresenta resultados semelhantes, indicando que os benefícios da mobilidade dependem fortemente de características específicas de quem faz mobilidade, como a área científica do curso (Van Mol et al., 2021; Waibel et al., 2018; Wiers-Jenssen & Støren, 2021).

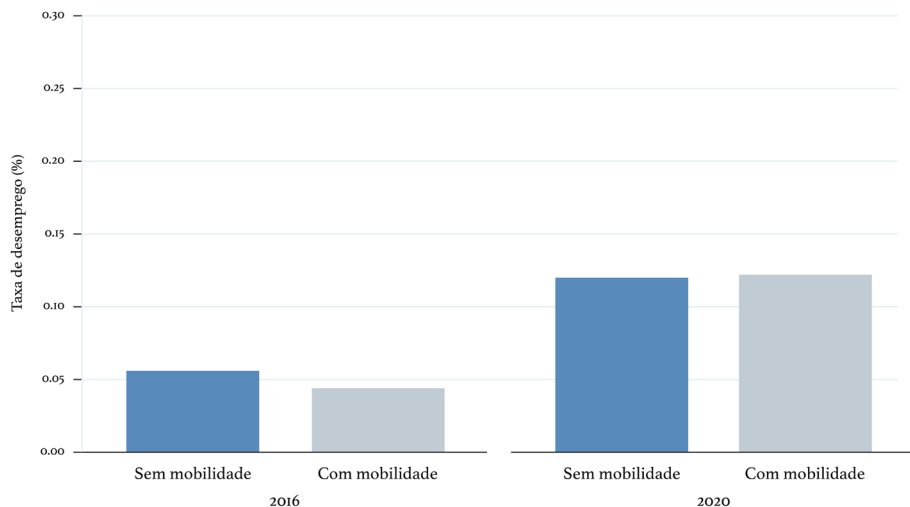


Figura 11. Taxa de desemprego por mobilidade internacional e coorte

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

Outro fator que pode contribuir para melhorar as perspectivas de empregabilidade é, em certa medida, a experiência profissional prévia, mesmo fora das formas tradicionais de emprego, ou o exercício de atividade profissional durante o percurso no ensino superior. Estas experiências permitem o desenvolvimento de competências profissionais, a acumulação de capital humano e uma preparação antecipada para os desafios de um mercado de trabalho competitivo (Helyer & Lee, 2014; Mincer, 1974). A base de dados Eurograduate disponibiliza informação sobre experiências profissionais anteriores e durante o curso, incluindo estágios, períodos de prática profissional, formas tradicionais de emprego, oficinas e formação em contexto de trabalho. Foi construída uma variável que representa o número total de experiências profissionais reportadas, variando entre 0 e 4.

Em média, os diplomados empregados reportaram ter tido mais experiências profissionais antes ou durante o ensino superior do que os diplomados desempregados, embora a diferença não seja muito expressiva (Figura 12). Estes resultados sugerem que as experiências profissionais adquiridas antes ou durante os estudos podem facilitar a inserção no mercado de trabalho, ao permitir a construção de redes profissionais, o desenvolvimento de competências valorizadas e os benefícios já mencionados. Contudo, os efeitos positivos destas experiências dependem do tipo de atividade desempenhada. Empregos relacionados com a área de estudo do curso superior tendem a ter um impacto positivo na empregabilidade, enquanto empregos não relacionados podem ter um efeito nulo ou até negativo² (Allen & van der Velden, 2009; Weiss et al., 2014).

[2] O inquérito Eurograduate inclui dados sobre áreas de estágios, períodos de prática profissional e empregos realizados durante os cursos de ensino superior. No entanto, dado que a medida construída abrange também outras formas de emprego, não foram apresentadas estatísticas específicas sobre este aspeto, uma vez que não seriam diretamente comparáveis com a informação anteriormente analisada.

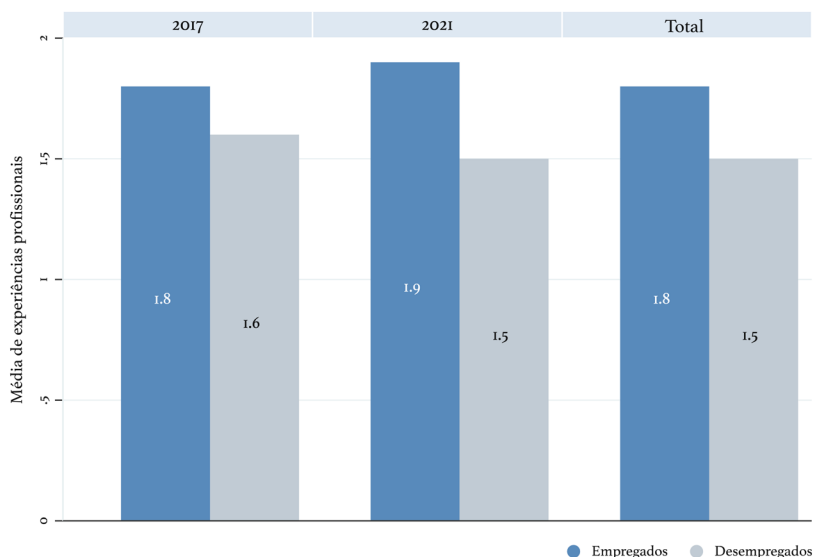


Figura 12. Média de experiências de trabalho prévia à conclusão por situação face ao emprego e por coorte
 Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

Características regionais

A base de dados Eurograduate disponibiliza informação regional segundo quatro dimensões distintas: localização da IES, residência durante os estudos, local de trabalho (para os indivíduos empregados) e residência à data do inquérito. Para efeitos de análise e estimação das taxas de desemprego, foi selecionada esta última variável – residência à data do inquérito – por se considerar a mais relevante.

Inicialmente, os dados regionais estavam disponíveis ao nível do município. No entanto, devido ao elevado número de municípios e à presença de muitos com zero observações, os dados foram agregados ao nível das regiões NUTS III, assegurando assim uma análise mais robusta e fiável.

A Tabela 6 apresenta a distribuição das taxas de desemprego, segundo o inquérito Eurograduate, pelas regiões NUTS III do país. As taxas de desemprego revelam-se assimétricas, com valores mais baixos concentrados no litoral – com exceção das regiões do Oeste e do Alto Minho, que apresentam valores mais elevados. As taxas mais elevadas de desemprego observam-se no interior norte do país.

Região	Taxa de Desemprego	N
Alto Minho	0.12	164
Cávado	0.12	827
Ave	0.09	265
Área Metropolitana do Porto	0.10	2460
Alto Tâmega e Barroso	0.25	53
Tâmega e Sousa	0.12	235
Douro	0.14	219
Terras de Trás-os-Montes	0.17	189
Região de Aveiro	0.08	390
Região de Coimbra	0.11	659
Região de Leiria	0.09	522
Viseu Dão Lafões	0.11	338
Beira Baixa	0.11	216
Beiras e Serra da Estrela	0.14	253
Oeste	0.16	82
Médio Tejo	0.12	167
Lezíria do Tejo	0.14	152
Grande Lisboa	0.07	4722
Península de Setúbal	0.05	284
Alentejo Litoral	0.04	47
Baixo Alentejo	0.08	160
Alto Alentejo	0.14	103
Alentejo Central	0.10	129
Algarve	0.10	292
R. A. Açores	0.14	196
R. A. Madeira	0.13	63
Estrangeiro	0.05	1355

Tabela 6. Taxas de desemprego por região NUTS III

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

	População ativa	Empregados	Desempregados	Taxa de desemprego
Região Autónoma dos Açores	1,5%	1,3%	2,0%	13,1%
Região Autónoma da Madeira	0,5%	0,4%	0,4%	8,8%
Estrangeiro	10,6%	9,8%	5,1%	4,7%

Tabela 7. Distribuição da população ativa, dos diplomados empregados e desempregados, e taxas de desemprego nas regiões autónomas e no estrangeiro

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

Como apresentado na Tabela 7, as Regiões Autónomas contribuem de forma residual para a população ativa de diplomados, sendo que os Açores registam a taxa de desemprego mais elevada entre as duas regiões insulares. Mais de um décimo da potencial população ativa diplomada em 2016/17 e 2020/21 reside no estrangeiro. Este resultado permite ter uma estimativa da migração de diplomados portugueses neste período.

4. DETERMINANTES DO DESEMPREGO DOS DIPLOMADOS

4.1 ESCOLHA DAS VARIÁVEIS

Para avaliar os determinantes do desemprego dos diplomados, estimamos um modelo de regressão logística (Logit) para cada uma das duas coortes de diplomados do ensino superior em Portugal: aqueles que diplomaram em 2016/2017 ($t+5$) e em 2020/2021 ($t+1$). Esta distinção temporal permite analisar diferentes horizontes de inserção no mercado de trabalho, sendo que a primeira coorte teve mais tempo para se integrar no mercado de trabalho, enquanto a segunda enfrentou as condições de emprego já de si imediatas após a obtenção do diploma, mas incluindo os efeitos disruptivos da pandemia de COVID-19.

A base de dados utilizada é o inquérito Eurograduate 2022, que fornece informação representativa a nível nacional sobre os resultados no mercado de trabalho e características sociodemográficas dos diplomados. A variável dependente, desemprego, é definida como 1 se o diplomado se encontrava desempregado no momento do inquérito, e 0 caso contrário.

Consideram-se empregados os diplomados que declararam estar empregados por conta de outrem ou por conta própria, mesmo que tenham selecionado outras opções. As respostas inconsistentes foram resolvidas classificando os respondentes como empregados se indicaram ter um emprego remunerado. Os diplomados inativos foram excluídos da análise, com vista apenas à análise da população ativa. Assim, a proporção estimada de desemprego corresponde à taxa de desemprego, uma vez que considera a proporção de desempregados apenas entre a população ativa.

Dada a natureza binária da variável dependente, a regressão logística é o método apropriado e amplamente utilizado na literatura sobre empregabilidade (Axelrad et al., 2018; Baldry, 2016; Voorhees, 1987). O modelo inclui fatores demográficos, académicos e contextuais.

Especificamente, as variáveis explicativas incluem género, idade, média final de curso, número de experiências profissionais antes da graduação, mobilidade internacional, tipo de instituição de ensino superior e nível de qualificação. São incluídos efeitos fixos para a área de estudo e região, de forma a analisar as diferenças estruturais entre disciplinas académicas e mercados de trabalho regionais.

Um segundo modelo introduz termos de interação entre o nível de qualificação e a área de estudo, com o objetivo de identificar se os benefícios de empregabilidade de um grau de mestrado variam entre disciplinas. Esta abordagem responde a evidência prévia que sugere que as qualificações avançadas não geram retornos homogêneos em todas as áreas (Cerdeira et al., 2016; E. C. Norton & Dowd, 2018; Rodrigues et al., 2024). Um terceiro modelo avalia a interação entre o tipo de instituição e a área de estudo, explorando as diferenças entre os setores público e privado dentro das áreas de formação.

A seleção das variáveis explicativas baseia-se em quadros teóricos consolidados e em evidência empírica sobre os resultados no mercado de trabalho. A teoria do capital humano (Becker, 1964) postula que a educação e a experiência aumentam a produtividade e

a empregabilidade. A teoria da sinalização (Spence, 2002) interpreta a qualificação académica como um sinal de capacidade para os empregadores, enquanto a teoria da segmentação do mercado de trabalho (Doeringer & Piore, 2020) destaca os constrangimentos estruturais que limitam o acesso a emprego, o que parte as interações entre empregadores e diplomados em mercados diferentes.

As características demográficas, como o género e a idade, são normalmente incluídas devido à evidência consistente de disparidades logo à saída da instituição de ensino superior. As diferenças de género no desemprego estão bem documentadas. No caso da idade, o seu efeito é mais ambíguo, mas continua a ser relevante para interpretar o estágio da carreira do diplomado e a sua maturidade no mercado de trabalho, mesmo considerando que, neste contexto, a coorte é um valor temporal fixo definido após a conclusão do curso. O percurso académico é representado pela área científica do curso, nível de qualificação (licenciatura vs. mestrado), tipo de instituição e média final de curso. Espera-se que as áreas científicas do curso tenham uma influência diversa nos resultados de empregabilidade, sendo que as Artes e Humanidades enfrentam, em geral, maiores desafios de empregabilidade do que as áreas STEM ou da Saúde. O nível de qualificação reflete os anos de ensino superior obtidos, a média final serve como proxy para o mérito académico e capacidade individual, e o tipo de instituição capta diferenças institucionais que podem refletir a reputação ou qualidade do curso frequentado pelo diplomado.

A experiência profissional antes da obtenção do diploma é incluída para captar o papel da exposição precoce ao mundo do trabalho na transição entre a IES e o mercado de trabalho. A mobilidade internacional, frequentemente vista como um indicador de adaptabilidade e visão global para o diplomado, é também considerada. Por fim, a região de residência do diplomado é incluída para captar a influência potencial das oportunidades de emprego regionais nos resultados laborais.

As variáveis independentes refletem, assim, um equilíbrio entre atributos individuais e fatores sistémicos mais amplos. O género é uma variável binária (feminino = 1, masculino = 0), sendo as pessoas de género não-binário excluídas devido ao número reduzido de observações. A idade é incluída como variável discreta, truncada para excluir valores extremos superiores a 1,5 vezes o intervalo interquartil. As áreas de estudo são categorizadas segundo a classificação ISCED-F 2013 mas agrupadas conforme a opção presente no Eurograduate, resultando em 19 categorias. O nível de qualificação é simplificado em licenciaturas e mestrados, agregando os mestrados integrados à variável de mestrado, uma vez que existe uma correlação forte entre a existência de mestrados integrados e a classificação das áreas escolhida. A média final, reportada em valores inteiros de 10 a 20, é tratada como variável contínua no modelo de regressão. O tipo de instituição é representado por variáveis dummy com quatro categorias: universidade pública, politécnico público, universidade privada e politécnico privado. A experiência profissional é contabilizada como número discreto de até quatro experiências, incluindo estágios e empregos durante os estudos. A mobilidade internacional é captada como variável binária, refletindo se o diplomado teve ou não experiência de mobilidade enquanto estudante. As regiões são incluídas como variáveis categóricas ao nível NUTS III.

4.2 ESPECIFICAÇÃO DO MODELO

A regressão logística permite estimar a probabilidade de desemprego, ao mesmo tempo que possibilita a inclusão de efeitos de interação e efeitos fixos. Ao estimar modelos separadamente para cada coorte, é possível analisar trajetórias distintas de inserção no mercado de trabalho dos diplomados, de acordo com o tempo decorrido desde a conclusão do curso. Esta abordagem permite também acomodar diferenças na exposição às condições do mercado de trabalho e na duração desde a obtenção do diploma, aspetos particularmente relevantes face à disrupção económica provocada pela pandemia.

4.2.1 Modelo 1: Modelo-base

No modelo-base (Modelo 1), estimamos os efeitos marginais médios de cada fator na probabilidade de se estar desempregado, controlando para o conjunto completo de variáveis explicativas presentes na regressão. Devido à natureza não-linear do modelo, as interações na escala logarítmica podem omitir variações relevantes nas probabilidades de desemprego. Por esse motivo, recorreremos à análise de efeitos marginais pós-estimação, de forma a compreender melhor os efeitos das variáveis na prática. O modelo é especificado da seguinte forma:

$$\begin{aligned} \text{Logit}(\text{Pr}(\text{Desemprego}) = 1) \\ = \beta_0 + \beta_1 \text{Gênero}_{ijk} + \beta_2 \text{Idade}_{ijk} + \beta_3 \text{Média}_{ijk} + \beta_4 \text{Experiência}_{ijk} \\ + \beta_5 \text{Mobilidade}_{ijk} + \beta_6 \text{TipolES}_{ijk} + \beta_7 \text{Nível}_{ijk} + \gamma_j + \delta_k + \epsilon_{ijk} \end{aligned}$$

Em que γ_j e δ_k representam os coeficientes das variáveis dummy para a área científica do curso e para a região de residência atual do diplomado, respetivamente. As variáveis independentes são incluídas simultaneamente na mesma regressão. Esta análise é conceptualmente distinta da abordagem univariada utilizada nas estatísticas descritivas da secção anterior. Ao recorrer a uma abordagem multivariada, o efeito de cada variável sobre o desemprego é isolado dos restantes fatores incluídos na regressão. Ou seja, por exemplo, o coeficiente da variável “género” compara indivíduos com exatamente os mesmos atributos em todas as outras variáveis, exceto no género. Esta abordagem permite uma avaliação mais justa do efeito do género (e de todas as outras variáveis explicativas) de um diplomado na sua probabilidade de desemprego.

Os resultados da estimação evidenciam vários padrões relevantes, tanto ao nível das variáveis individuais como das variáveis associadas ao curso. A variável mais significativa ao nível individual é a média final de curso. O mérito académico surge de forma consistente como um forte preditor de integração bem-sucedida no mercado de trabalho. Um aumento de um valor na média reduz a probabilidade de desemprego em 0,7 pontos percentuais na coorte t+5 e em 1,1 pontos percentuais na coorte t+1, o que indica que, assumindo tudo o resto constante, os estudantes com melhor desempenho académico têm menor probabilidade de se encontrarem desempregados.

A experiência profissional antes da obtenção do diploma revela um efeito significativo apenas para os diplomados mais recentes. Na coorte $t+1$, os diplomados com quatro anos de experiência apresentaram uma probabilidade de desemprego 13,4 pontos percentuais inferior à dos que não tinham qualquer experiência. Mesmo um único ano de experiência reduz o risco de desemprego em mais de 6 pontos percentuais (Tabela 8). Estes resultados reforçam o valor da experiência prática durante os estudos, e tal efeito poderá estar majorado também devido aos contextos económicos incertos. No entanto, parte deste efeito pode também refletir a continuidade no emprego, e não apenas a aquisição de competências. Muitos diplomados, sobretudo de mestrado, tendem a permanecer no mesmo emprego após a conclusão do curso, o que dificulta a distinção do efeito da experiência prévia na retenção no emprego. Assim, embora a experiência prática desempenhe um papel relevante, o efeito observado pode também refletir padrões de continuidade no emprego já detido durante o diploma.

A médio prazo, contudo, a experiência profissional durante os estudos deixa de apresentar um efeito significativo na probabilidade de desemprego (coorte $t+5$). Isto sugere que, embora a experiência inicial facilite a entrada no mercado de trabalho, o seu efeito tende a diminuir ao longo do tempo, possivelmente porque a vantagem inicial se traduz em estabilidade no emprego, ou porque outros fatores (como a área de estudo ou qualificações adicionais) ganham maior relevância a médio prazo.

A região de residência do diplomado no momento do inquérito também apresenta significância estatística. Os diplomados residentes em regiões do interior, como Terras de Trás-os-Montes, Alto Tâmega e Barroso, e Beiras e Serra da Estrela, enfrentam riscos de desemprego significativamente mais elevados – entre 10 e 16 pontos percentuais acima da região de referência (Área Metropolitana de Lisboa), mas apenas na coorte mais recente. Na coorte mais distante, não se observam diferenças significativas entre regiões, o que sugere que os desequilíbrios regionais no desemprego possam estar a ser corrigidos ao longo do tempo. Este resultado levanta a questão sobre o tipo de emprego que os diplomados destas regiões acabam por obter, tema que será explorado com maior detalhe na segunda Parte deste relatório.

As diplomadas apresentam uma probabilidade ligeiramente superior de desemprego em ambas as coortes, embora o efeito seja estatisticamente significativo apenas no modelo $t+5$. Mantendo todas as outras variáveis constantes, uma diplomada tem uma probabilidade de desemprego 1,5 pontos percentuais superior à de um diplomado. As categorias de idade, por outro lado, não revelam uma relação consistente com o desemprego, o que indica que a idade, por si só, pode não afetar sistematicamente a empregabilidade dos diplomados, uma vez controlado o seu efeito para o das outras variáveis explicativas.

No que respeita às variáveis associadas ao curso, os resultados revelam padrões muito interessantes. A área de estudo continua a ser um determinante central da empregabilidade, e as disparidades são mais acentuadas entre os diplomados com menos tempo no mercado de trabalho. Comparando os resultados com a categoria-base – a área de Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção – na coorte $t+1$, os diplomados das áreas de Artes (15,4 p.p.),

Humanidades (13,5 p.p.), Línguas (11,9 p.p.), Ciências Sociais, Jornalismo e Informação (5,6 p.p.), Psicologia (15,0 p.p.), Ciências Naturais (14,4 p.p.), Agricultura (7,1 p.p.), Proteção Social (8,0 p.p.) e Serviços (6,3 p.p.) enfrentam probabilidades de desemprego significativamente mais elevadas, depois de isolado o efeito de todas as outras variáveis. Estas diferenças refletem desajustes estruturais persistentes entre a oferta formativa e a procura do mercado de trabalho em algumas áreas. Na coorte t+5, a maioria destas áreas continua a apresentar níveis de desemprego significativamente superiores, mas com diferenças de magnitude mais reduzidas, o que indica que as disparidades no desemprego tendem a atenuar-se com o tempo. Este resultado levanta, de novo, a questão sobre o tipo de emprego que estes diplomados acabam por obter, uma vez que não estavam empregados um ano após a graduação – questão que será explorada com maior detalhe na segunda Parte deste relatório.

No modelo, distingue-se entre diplomados de licenciatura e diplomados de mestrado. A diferença entre mestrado e mestrado integrado apresenta uma elevada correlação com as áreas de estudo consideradas, pelo que não é possível inserir variáveis de mestrado e mestrado integrado na mesma regressão. Assim, apenas se avalia a diferença entre licenciatura e mestrado. Para a coorte mais recente, a probabilidade de desemprego é inferior para os diplomados de mestrado (2,8 p.p.) em comparação com os de licenciatura. No entanto, esta diferença deixa de ser estatisticamente significativa na coorte t+5. Seria de esperar que melhores qualificações levassem a uma probabilidade menor de desemprego, mas o efeito de ter um mestrado não é tão significativo como o esperado.

Entre as variáveis associadas ao curso, a que apresenta menor poder explicativo é o tipo de instituição. As diferenças nas taxas de desemprego entre os diferentes tipos de instituição (universidade pública, politécnico público, universidade privada e politécnico privado) são inexistentes, o que sugere que outras variáveis do modelo são mais relevantes do que o tipo de instituição. No entanto, para a coorte mais distante, observa-se uma diferença significativa para os diplomados do setor politécnico privado, que, mantendo todas as outras variáveis constantes, apresentam uma probabilidade de desemprego 3,2 pontos percentuais inferior à dos diplomados de universidades públicas.

Em termos de qualidade do ajustamento do modelo, o modelo da coorte mais recente apresenta um poder explicativo ligeiramente superior ao da coorte de 2016/2017. Este resultado é expectável, uma vez que as fricções mais relevantes entre a entrada ou não no mercado de trabalho ocorrem nos primeiros anos após a graduação. Assim, é natural que as características pessoais tenham maior peso entre os diplomados mais recentes. Importa ainda referir que as taxas de desemprego são mais elevadas nesta coorte, o que aumenta a probabilidade de um determinado perfil cair em situação de desemprego e das variáveis individuais e de curso sejam mais relevantes para explicar quem fica desempregado. Provavelmente, ao analisar outros resultados no mercado de trabalho, nomeadamente os relacionados com a qualidade do emprego, os anos de carreira terão maior poder explicativo.

Região	2017 (t+5)		2021 (t+1)	
Mulher	0.015 (0.006)	**	0.014 (0.008)	
Idade (Categoria base: 27-29)				
23-26	-0.010 (0.007)		-0.012 (0.012)	
30-32	0.011 (0.008)		0.031 (0.022)	
33-39	0.020 (0.009)	*	-0.029 (0.014)	*
Média final de curso	-0.007 (0.002)	**	-0.011 (0.003)	**
Experiência anterior no mercado de trabalho (categoria base: Sem experiência)				
1 ano	0.012 (0.010)		-0.064 (0.018)	**
2 anos	0.001 (0.010)		-0.096 (0.018)	**
3 anos	-0.016 (0.010)		-0.130 (0.018)	**
4 anos	-0.000 (0.019)		-0.134 (0.022)	**
Experiência internacional durante o curso	0.006 (0.008)		0.018 (0.013)	
Áreas científicas (Categoria base: Engenharia, indústrias transformadoras e construção)				
Ciências da Educação	0.039 (0.024)		0.001 (0.031)	
Formação de Professores	0.015 (0.016)		0.045 (0.032)	
Artes	0.105 (0.017)	**	0.154 (0.023)	**
Humanidades	0.130 (0.037)	**	0.135 (0.041)	**
Línguas	0.103 (0.028)	**	0.119 (0.031)	**

Região	2017 (t+5)		2021 (t+1)	
Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	0.043	**	0.056	**
	(0.011)		(0.017)	
Psicologia	0.040	*	0.150	**
	(0.018)		(0.029)	
Ciências Empresariais e Administração	0.007		-0.018	
	(0.007)		(0.011)	
Direito	0.008		0.019	
	(0.010)		(0.017)	
Ciências Naturais, Matemática e Estatística	0.076	**	0.144	**
	(0.016)		(0.024)	
Tecnologias da Informação e Comunicação	0.002		-0.000	
	(0.018)		(0.025)	
Arquitetura e Urbanismo	0.023		-0.016	
	(0.018)		(0.024)	
Agricultura, Silvicultura, Pesca e Ciências Veterinárias	0.012		0.071	*
	(0.015)		(0.032)	
Medicina e Medicina Dentária	-0.011		-0.034	
	(0.010)		(0.019)	
Saúde	0.016		-0.030	*
	(0.012)		(0.013)	
Ciências Farmacêuticas	-0.014		0.002	
	(0.010)		(0.028)	
Proteção Social	0.040	*	0.080	**
	(0.020)		(0.029)	
Serviços	0.048	**	0.063	**
	(0.016)		(0.022)	
Tipo de IES (Categoria base: Universitário público)				
Politécnico público	-0.004		0.005	
	(0.008)		(0.011)	
Universitário privado	-0.002		0.015	
	(0.009)		(0.012)	
Politécnico privado	-0.032	*	-0.016	
	(0.013)		(0.022)	

Região	2017 (t+5)	2021 (t+1)	
Mestrado	-0.002 (0.008)	-0.028 (0.010)	**
Região NUTS III (Categoria base: Grande Lisboa)			
Alto Minho	0.066 (0.037)	0.031 (0.038)	
Cávado	0.016 (0.015)	0.033 (0.017)	
Ave	0.003 (0.023)	0.019 (0.029)	
Área Metropolitana do Porto	0.013 (0.009)	0.021 (0.011)	
Alto Tâmega e Barroso	0.062 (0.059)	0.169 (0.084)	*
Tâmega e Sousa	0.002 (0.022)	0.063 (0.034)	
Douro	0.027 (0.025)	0.062 (0.035)	
Terras de Trás-os-Montes	0.037 (0.033)	0.138 (0.046)	**
Região de Aveiro	-0.004 (0.016)	0.032 (0.026)	
Região de Coimbra	0.021 (0.015)	0.067 (0.022)	**
Região de Leiria	0.000 (0.016)	0.048 (0.026)	
Viseu Dão Lafões	0.009 (0.019)	0.057 (0.029)	*
Beira Baixa	0.002 (0.020)	0.025 (0.032)	
Beiras e Serra da Estrela	0.009 (0.023)	0.110 (0.033)	**
Oeste	0.085 (0.051)	0.035 (0.053)	

Região	2017 (t+5)	2021 (t+1)
Médio Tejo	0.042 (0.029)	0.052 (0.053)
Lezíria do Tejo	0.005 (0.026)	0.089 (0.045)
Península de Setúbal	-0.036 (0.013)	** -0.001 (0.026)
Alentejo Litoral	-0.005 (0.043)	
Baixo Alentejo	-0.023 (0.019)	0.034 (0.039)
Alto Alentejo	0.033 (0.045)	0.041 (0.047)
Alentejo Central	-0.006 (0.025)	0.028 (0.040)
Algarve	0.016 (0.022)	0.015 (0.025)
R. A. Açores	-0.005 (0.020)	0.060 (0.036)
R. A. Madeira		0.054 (0.067)
Estrangeiro	-0.026 (0.007)	** -0.011 (0.013)
Número de observações	6376	6768
Pseudo R ²	0.085	0.096
Log likelihood	-1206.59	-2196.96

Tabela 8. Efeitos marginais por coorte

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

Nota: $p < 0,05$ (*), $p < 0,01$ (**); não foi possível estimar o coeficiente para a R. A. Madeira devido à ausência de desempregados na amostra nesta região naquela coorte.

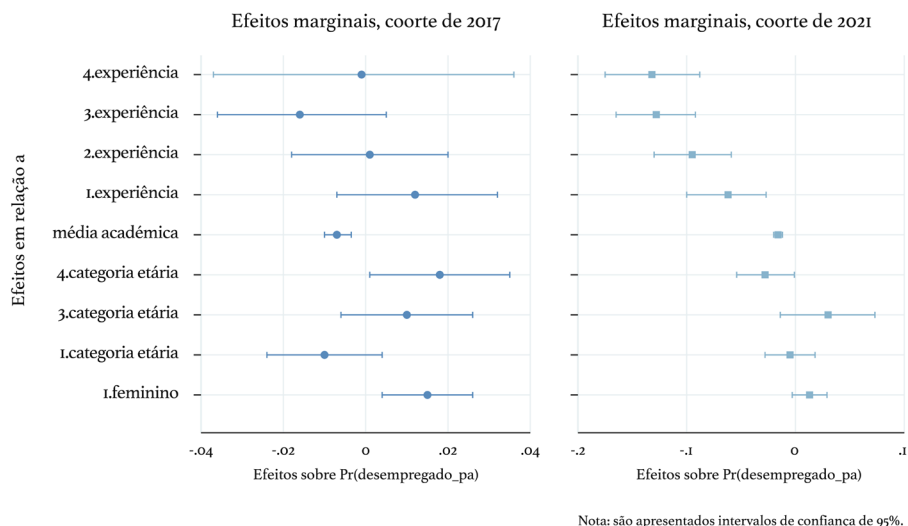


Figura 13. Efeitos marginais por coorte

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

4.2.2 Modelo 2: interação entre o nível de ensino e a área científica do curso

Para explorar a heterogeneidade do desemprego entre diplomados nas diferentes áreas científicas, foi estimado um segundo modelo que incorpora variáveis de interação entre o nível de ensino (licenciatura vs. mestrado) e a área científica do curso. Estas interações permitem avaliar, através do coeficiente φ , se os efeitos associados ao nível de ensino variam consoante a área científica. As regressões foram novamente estimadas separadamente por coorte, com as mesmas variáveis já consideradas anteriormente.

$$\text{Logit}(Y_{ij}) = \text{Modelo base} + \varphi(\text{Nível} \times \text{Área Científica}) + \epsilon_{ij}$$

As estimativas para as probabilidades de desemprego para cada combinação entre o nível de ensino e a área científica são apresentadas nas Figuras 14 e 15, acompanhadas pelos respetivos intervalos de confiança a 95%. Cada ponto representa a probabilidade marginal prevista de desemprego, distinguindo entre diplomados com grau de Licenciatura e de Mestrado em cada área científica. Estes gráficos evidenciam a heterogeneidade existente entre domínios científicos e demonstram como o nível de habilitação influencia o risco de desemprego. Mesmo após o controlo por características individuais e regionais, persistem diferenças estruturais significativas entre áreas.

Contudo, alguns efeitos marginais apresentam intervalos de confiança alargados, reflexo do número reduzido de observações em determinados subgrupos e da maior variabilidade dos resultados entre diplomados com grau de Mestrado. Os resultados revelam que o efeito da obtenção de um grau de Mestrado na probabilidade de desemprego não é uniforme entre áreas científicas, não sendo estatisticamente significativo na maioria dos casos.

Na coorte de 2021 (t+1), os diplomados com grau de Mestrado nas áreas de Línguas; Ciências Sociais, Jornalismo e Informação; e Ciências Empresariais e Administração apresentaram um risco de desemprego inferior ao dos seus homólogos com grau de Licenciatura. No entanto, para ambas as coortes, a principal conclusão é que o grau de Mestrado não tem um efeito estatisticamente significativo na redução do desemprego. Para a coorte de 2016/2017, não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre possuir um grau de Mestrado ou de Licenciatura no que respeita à taxa de desemprego, em nenhuma das áreas analisadas. Este resultado é consistente com os obtidos na regressão associada ao modelo-base.

A inclusão de termos de interação reduz substancialmente o número de observações por subgrupo, especialmente nas áreas com menor representatividade. Como consequência, os intervalos de confiança são mais amplos em vários casos, particularmente entre diplomados com grau de Mestrado, refletindo uma maior variabilidade amostral. Apesar disso, os padrões gerais observados mantêm-se coerentes com os resultados das regressões principais e das estatísticas descritivas.

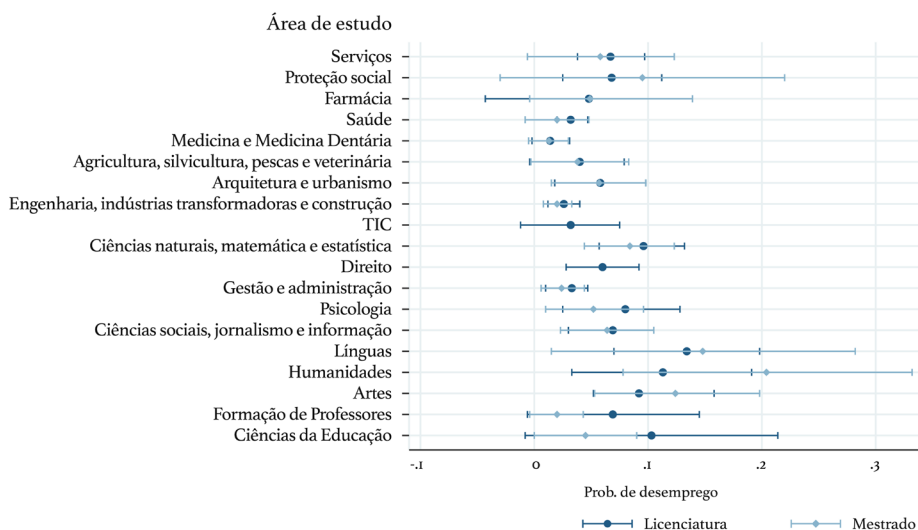


Figura 14. Probabilidade de desemprego por área de estudo e nível de grau, coorte de 2017 (t+5)

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

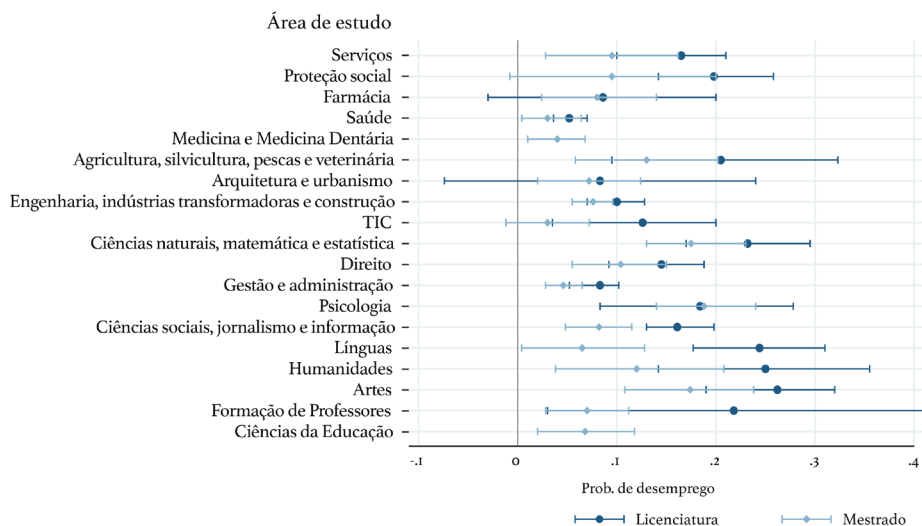


Figura 15. Probabilidade de desemprego por área de estudo e nível de grau, coorte de 2021 (t+1)

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

4.2.3 Modelo 3: área científica por tipo de instituição (pública ou privada)

O terceiro modelo analisa se a probabilidade de desemprego varia entre áreas científicas consoante o grau tenha sido obtido numa IES pública ou privada. Apenas na área da Saúde se observam efeitos estatisticamente significativos entre os setores público e privado, sendo que os diplomados provenientes do setor público apresentam uma probabilidade de desemprego inferior à dos seus homólogos oriundos do setor privado (Figuras 16 e 17).

Em ambas as coortes, o que mais se realça não é o efeito do setor institucional em si, mas sim a acentuada heterogeneidade entre áreas científicas no que respeita à probabilidade de queda numa situação de desemprego. Estes resultados sugerem que fatores estruturais relacionados com a procura no mercado de trabalho e com a regulação profissional desempenham um papel mais determinante na taxa de desemprego do que o subsistema institucional de origem.

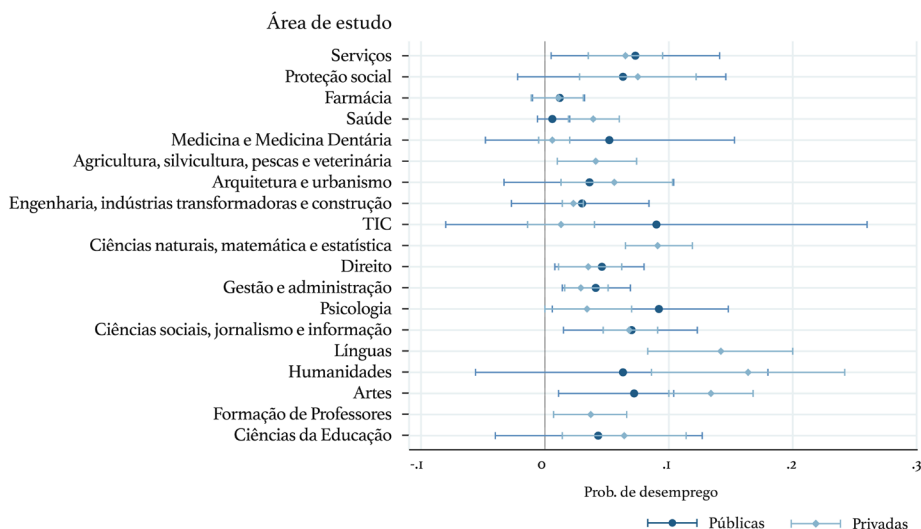


Figura 16. Probabilidade prevista de desemprego por área de estudo e tipo de instituição de ensino superior (pública vs privada), t+5

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

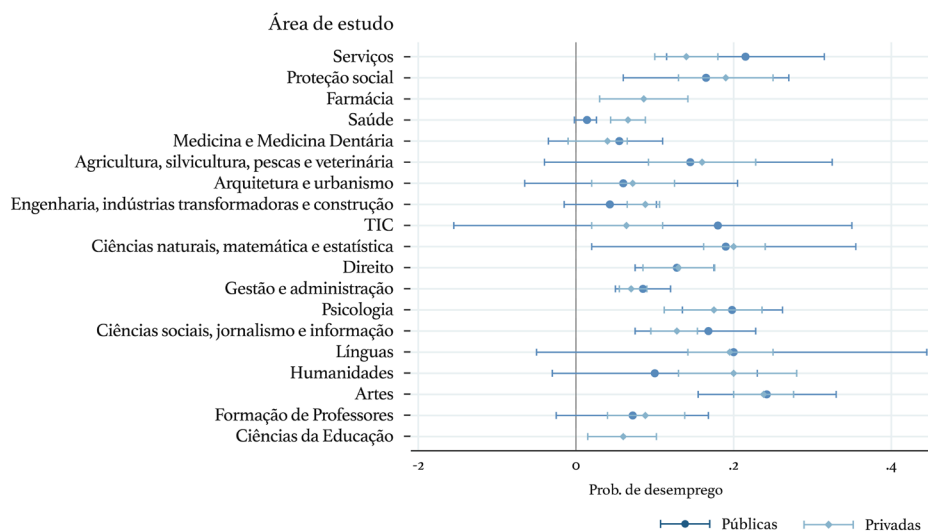


Figura 17. Probabilidade prevista de desemprego por área de estudo e tipo de instituição de ensino superior (pública vs privada), t+1

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

5. ANÁLISE DE CONTEÚDO ÀS ENTREVISTAS

5.1 Perceções sobre a fiabilidade e adequabilidade das atuais métricas de desemprego dos diplomados

Uma questão prévia relevante e que foi discutida com os dois *stakeholders* prende-se com a própria justiça de usar a taxa de desemprego, em termos genéricos, para aferir os resultados dos cursos e a qualidade dos mesmos. Esta é uma questão relevante num contexto em que as instituições de ensino superior (IES) têm vinda a ser pressionadas para fomentar a empregabilidade dos seus cursos e diplomados e inclusivamente avaliadas em função desse mesmo indicador. As respostas dos nossos interlocutores apontam ambas para uma ambivalência de sentimento, no sentido em que consideram a taxa de desemprego um indicador importante também para a avaliar a qualidade dos cursos e que não deve, portanto, ser menosprezado, pese embora exista um conjunto de outros indicadores tanto relacionados com a qualidade do emprego como com outras esferas que são igualmente relevantes:

“É uma medida útil, mas incompleta. A taxa de desemprego é um dos resultados possíveis para se avaliar os resultados dos cursos. Outras possíveis são também a rapidez de encontrar emprego, bem como as medidas relacionadas com a qualidade desse mesmo emprego.” (INE)

“Eu sinceramente não vejo outra...podíamos estar a falar da qualidade propriamente dita a nível de ensino, a nível dos professores, mas isso. Nós temos visto em vários projetos o objetivo final é aumentar a empregabilidade. E para isso tem de ser com a taxa de emprego ou desemprego. Não estou a (ver) outra forma. Dentro do possível, sim. É uma medida importante. (...) É lógico que depois temos a parte das remunerações, da estabilidade, da qualidade do emprego. Mas o primeiro impacto é se o jovem está empregado ou desempregado.” (DGEEC)

Apesar da importância reconhecida pelos entrevistados sobre a taxa de desemprego como uma das medidas relevantes para informar as políticas públicas e as famílias e estudantes, existe unanimemente o reconhecimento que o atual indicador de desemprego presente no portal do Infocursos tem enormes problemas. E os principais problemas reconhecidos por estes interlocutores institucionais não fogem aos que já têm sido apontados ao longo deste relatório. Reconhecem explicitamente que o indicador existente tem problemas de construção ao limitar-se aos inscritos em centros de emprego, e também de cobertura deixando de fora inativos e não-inscritos. Por outro lado, introduz assim eventuais assimetrias por áreas de estudo, ou seja, em algumas áreas pode existir uma maior predisposição para os diplomados se inscreverem em centros de emprego. Todos estes problemas com o indicador seriam ainda exacerbados em cursos com menor número de

diplomados e em que, portanto, qualquer pequena variação no número absoluto de inscritos nos centros de emprego teria um efeito muito maior na taxa de desemprego do curso:

“Nós temos essencialmente os dados do desemprego registado, que são, desculpem-se, um bocado enganadores. Acho que temos de ter todos a consciência disso, porque estamos ali a apanhar os jovens que à partida se predispõem a procurar emprego e para isso têm de ter alguma motivação para ir a um centro de emprego. E de facto, há de haver áreas em que não há tanta apetência para a pessoa que termina o seu mestrado, a sua licenciatura, para se inscrever no centro. Estou-me a lembrar, por exemplo, das instituições sociais, que são as nossas áreas, e se calhar outras. Há de haver uma boa dimensão de pessoas que ficam aqui um bocadinho fora destas medidas do desemprego, via Centros de Emprego. Portanto, que é assimétrico entre áreas, no fundo (...) e essas limitações também são obviamente maiores num curso que tenha muito poucos alunos, não é?” (DGEEC)

“É o único que existe. Mas o indicador tem problema de construção e cobertura. (...) Os problemas são ainda maiores [em cursos com poucos diplomados] mas já são significativos em qualquer curso.” (INE)

Sobre o benefício de se continuar a publicar este indicador, dados os seus problemas de construção e cobertura, as opiniões são já bastante divergentes. O responsável do INE afirma taxativamente que não vê benefícios na publicação do indicador tal como está. Já os responsáveis da DGEEC (responsável pela sua publicação) salientam que apesar dos seus problemas, o indicador dá pelo menos alguma orientação aos estudantes e famílias, e que os problemas com o indicador são indicados nas notas técnicas, mesmo que admitam que provavelmente essas mesmas notas não serão muito utilizadas por quem procura o indicador. Por outro lado, a interrupção da sua publicação poderia dar azo à interpretação de que se poderiam estar a esconder dados:

“Não. Os problemas são grandes. A sua forma de construção é básica e pode induzir em erro. Mas o problema de cobertura é o pior. Poucos graduados se inscrevem no IEFP.” (INE)

“É assim, agora vou defender a nossa dama. Depois de publicarmos, tirássemos, era logo, olha, quem é que fez a decisão política? E quem é que escondia dados? (...) o nosso papel enquanto produtor de estatística é dar o dado e meter as notas técnicas associadas. Pois (usa) quem quiser, mesmo com todas as limitações.” (DGEEC)

“Acho que dá pelo menos uma perspetiva de orientação. Se há coisa que é muito importante aqui é a orientação. Nós ficamos com uma perspetiva de que este curso parece ser um curso que tem procura no mercado. Este curso parece não ter tanta

procura, mas ninguém fica impedido de concorrer. É um indicador naquele conjunto de indicadores que temos e que pode ser fortalecido com outros indicadores para criar a perspectiva. Ficar só com essa é redutor.” (DGEEC)

5.2 POTENCIAIS RISCOS E CONSEQUÊNCIAS INSTITUCIONAIS DO USO E DIVULGAÇÃO DAS MÉTRICAS DE DESEMPREGO

Neste tema, em geral, as percepções dos interlocutores institucionais são frequentemente divergentes. Não tanto relativamente ao possível efeito da divulgação pública das taxas de desemprego por curso sobre o comportamento das instituições, o recrutamento de estudantes ou a reputação institucional. Esta é uma questão a que o responsável do INE preferiu não responder, e em que os responsáveis da DGEEC salientaram que esperam efetivamente que haja algum efeito do ponto de vista da decisão das famílias. E que a percepção que têm, face ao aumento exponencial do acesso à plataforma Infocursos durante o período de inscrições no ensino superior, é que efetivamente o indicador é utilizado para a tomada de decisões, apesar do indicador em si ter, como vimos, problemas. Em relação às IES, estas usam esses dados para autopromoção dos seus cursos, embora nos casos e que o indicador não lhes seja favorável optem ou por não colocar esses dados ou por usar os produzidos pelos seus próprios observatórios que são frequentemente mais positivos:

“Eu quero acreditar que sim porque senão não vale a pena (...) se temos ali um curso com 70% [taxa de desemprego], eu trabalho com a minha família, com os meus filhos que querem ir para o ensino superior e digo, não vais para aqui, vais para ali. Isto é o que nós esperamos e que achamos. Nós, quando publicamos o Infocursos, temos ali um pico nos acessos (...) esse pico queríamos acreditar que se, de facto, sejam as famílias a verificar. As famílias vão procurar e depois (tomam) decisões.” (DGEEC)

“E a importância para as instituições é tal, que durante o processo em que está o Infocursos, nós temos muitos pedidos de esclarecimento sobre o valor que lá está. As instituições querem perceber exatamente, porque sabem que isso tem impacto junto dos seus clientes. Ou seja, para conclusão, é um grande instrumento de marca.” (DGEEC)

“Os estudantes e famílias não tomam os números [da taxa de desemprego] por certos.” (INE)

“Nós nunca medimos a utilização que é dada pelas universidades, ou mesmo pelas famílias. Porque o infocursos, quando foi criado, é mais para as famílias terem ali um indicador de, bem, sei lá, a ver se este curso vale a pena. E isso preocupa-nos um bocadinho, porque nós temos lá cursos com taxa de desemprego zero, e outros com taxa de desemprego cem. E se calhar o valor real é o mesmo para os dois.” (DGEEC)

A grande diferença de opinião, no entanto, refere-se à possível organização e divulgação das taxas de desemprego sob a forma de um ranking por curso ou área de estudo. Da parte do INE havia total abertura à publicação de *rankings*, desde que esse processo fosse feito com um indicador melhor de desemprego e, preferencialmente, até sob a forma de um indicador sintético que agregasse várias dimensões, ou *rankings* diferentes que medissem igualmente coisas diferentes. Do ponto de vista dos interlocutores da DGEEC a produção de *rankings* não faz sentido, quer no atual contexto e indicador, quer mesmo se existissem dados mais fiáveis. Até porque os *rankings* tendem a comparar o incomparável, sem ter em atenção fatores importantes à entrada para o ensino superior como o próprio contexto socioeconómico dos alunos e famílias.

“Pessoalmente não me oponho aos rankings e penso que podem ser úteis no sentido em que ajudam à orientação. Mas o indicador [atual] não é bom. Não me oporia, mas com um indicador sintético que agregasse vários componentes distintos. (...) Sim, os estudantes e famílias devem ter essa informação, desde que contextualizada e com melhores indicadores e também como rankings.” (INE)

“Não. Nós aqui somos anti-rankings, porque não é o nosso papel, enquanto produtores de estatística, estar a fazer rankings. Nós estamos aqui para dar informação a quem quiser para fazer os rankings. E fazemos isso, por exemplo, nos rankings das escolas. Não são os rankings do Ministério. Nós, o Ministério, dá os dados aos órgãos de comunicação social que depois produzem os seus rankings. O que é que temos vindo a fazer? Damos cada vez mais informação para eles poderem contextualizar e comparar o comparável. Aqui, se nós fizéssemos isso, estávamos a comparar o incomparável, não me parece correto estar a comparar um curso de medicina com um curso de agricultura.” (DGEEC)

“Ou porque isso teria algum prejuízo institucional em instituições que ficassem eventualmente menos bem classificadas, ou porque há um problema de facto com o indicador e, portanto, o indicador não é fiável e não faz sentido usar para fazer esse tipo de exercícios. Para fazer algo desse género, sempre tinha que pôr o nível socioeconómico, como nas escolas secundárias. (...) A questão é que, na verdade, esse ranking, no fundo, não ia mostrar nem o esforço nem a qualidade institucional. Iria, pelo menos, mostrar coisas que já eram, que já entravam de forma diferente no sistema.” (DGEEC)

5.3 AVALIAÇÃO SOBRE A METODOLOGIA PARA CÁLCULO DA TAXA DE DESEMPREGO

Em termos gerais, a apresentação da metodologia proposta neste estudo, por estimação, teve uma receção muito positiva entre os interlocutores de ambas as instituições. Face à medida existente aliás são inteiramente reconhecidas as vantagens da mesma e não apenas para a taxa de desemprego.

“Sim, teria vantagens face ao existente, mas faria também depois (um ranking) por salários e indicadores de qualidade do emprego e não só por taxa de desemprego.” (INE)

“Face ao atual indicador do Infocursos, sim, tem algumas vantagens. A nossa ideia é aproximarmos o máximo possível da realidade. E já sabemos que a taxa de desemprego registada no IEFP tem algumas complicações. É lógico que isto é uma decisão que tem impacto em outras coisas, da própria DGES, ou seja, isto teria de ser sempre conversado com a DGES.” (DGEEC)

As reservas registadas prendem-se com as de proceder à publicação de um indicador deste género em simultâneo com o atual indicador, por poder ser confuso. E também com o avançar neste sentido antes de estar feita a ligação administrativa com as restantes bases de dados.

“Creio que apresentar dois indicadores para a taxa de desemprego seria confuso. Ou este substitui o existente ou vai criar confusão.” (INE)

“Esta mensagem tinha que ser muito bem passada, porque senão ninguém vai compreender porque é que (a) metodologia está lá”. (DGEEC)

“Deve ser aplicada já com a parte dos dados administrativos, para não andarmos a saltar a fazer quebras de série. Porque (imagine-se) que os dados administrativos demoravam um ano e mais e nós avançávamos com este e no próximo ano já tínhamos este indicador. Depois daqui a dois anos já tínhamos outro indicador.” (DGEEC)

Um ponto relevante é que mesmo depois da interligação entre bases de dados e obtenção de microdados com identificadores individuais, poderia continuar a fazer sentido, na ótica destes interlocutores institucionais, a aplicação de uma metodologia semelhante à proposta neste estudo, como complemento à taxa de desemprego oficial do INE e com os devidos cuidados para que não sejam confundidas.

“Mas também se pode usar esta metodologia com a totalidade dos dados administrativos, que mesmo assim, obviamente, não têm as mesmas tantas vantagens como têm agora,

porque agora o indicador é mau, mas mesmo que faça a taxa real por curso, pode ter alguma vantagem, ao nível de lá estar, de suavizar um bocadinho”. (DGEEC)

“Se fosse outro nome qualquer, de outra coisa qualquer. Porque a taxa de desemprego é administrativa, é do INE. (...) Provavelmente seria um indicador de empregabilidade melhor. Talvez. Pois, é que se mudasse o nome...um indicador de empregabilidade.” (DGEEC)

5.4 AVANÇOS E PERSPETIVAS FUTURAS SOBRE A RECOLHA E PUBLICAÇÃO DE DADOS DE DESEMPREGO DOS DIPLOMADOS EM PORTUGAL

Perspetivam-se avanços importantes da recolha e publicação de dados mais fiáveis para a medição do desemprego dos diplomados em Portugal. Portugal está relativamente próximo de conseguir disponibilizar microdados e indicadores fiáveis sobre os diplomados e os seus percursos no mercado de trabalho com base em fontes administrativas. A viabilidade técnica já está ao alcance, mas a concretização depende da articulação institucional e da alocação de recursos humanos adequados.

“Não está longe, provavelmente em menos de 12 meses. Depende da colaboração e sobretudo dos recursos humanos disponíveis. Existe um movimento na UE para tentar obter dados administrativos nas várias áreas e com identificadores individuais e ligá-los, integrá-los em todas as áreas.” (INE)

O principal entrave é a falta de envio e validação sistemática dos dados, nomeadamente os provenientes do inquérito RAIDES (Recolha Anual de Informação Detalhada sobre Estudantes e Diplomados do Ensino Superior). Embora existam bases de dados relevantes (como IRS, Segurança Social, e dados de desemprego registado até 2023), ainda há lacunas ao nível do indivíduo que dificultam a produção de estatísticas completas e validadas. Salienta-se, apesar disso, um contributo muito válido do interlocutor do INE a salientar que nunca será possível ter efetivamente a taxa de desemprego ‘real’, uma vez que a definição de desemprego inclui as intenções de procura de trabalho ativa, e isso é impossível de aferir de forma administrativa, sem ser por inquérito.

“Se começarem a receber de forma contínua e atempada e regularmente é preciso validar e ter presente que o INE já tem todas as competências necessárias. Neste caso, precisamos do inquérito RAIDES (nacional com IES) e o INE pode certificar processos estatísticos. A DGEEC ainda não enviou estes dados, talvez por falta de recursos humanos para preparar a base de dados.” (INE)

“A taxa de desemprego real nunca será possível obter e disponibilizar.” (INE)

De qualquer forma, assim que esses obstáculos forem ultrapassados, os principais objetivos e méritos dessa utilização de microdados, com identificação individual e ligação a várias bases de dados das Finanças, Segurança Social e outras são naturalmente de melhorar a qualidade das estatísticas, reduzir a sobrecarga da recolha de dados e fornecer informação útil e acionável para os vários públicos. Uma grande dimensão de melhoria dessas mesmas estatísticas, para além da expansão quase total da cobertura que não estaria já dependente da inscrição no centro de emprego, passa pela articulação de diferentes estatísticas de qualidade do emprego como salários, tipo de contrato e outros. Por outro lado, existiria abertura e interesse em disponibilizar estes dados também á comunidade científica. Isto não só permitiria estudos muito mais completos e abrangentes sobre o desemprego (e emprego) dos diplomados como daria melhor informação para o desenho de políticas públicas mais eficazes nestes domínios.

“Substituir e simplificar inquéritos existentes. Melhorar estatísticas, diminuir sobrecarga da recolha de dados, publicar indicadores com mais qualidade. Há protocolos em curso.” (INE)

“Vai permitir dar outra resposta e acima de tudo é permitir à comunidade científica, a vocês, utilizarem estes dados como quiserem. Qual é o tipo de emprego? Qual é o tipo de contrato? Em que setor da economia?” (DGEEC)

“No Infoescolas, que é para a parte do secundário, do básico, etc., todos os anos temos 4 ou 5 indicadores novos. Alimentamos, estamos sempre a inventar. No Infocursos, temos estado mais estáveis (...) a nossa ideia é continuarmos a introduzir indicadores.” (DGEEC)

6. ESTIMATIVA DAS TAXAS DE DESEMPREGO AO NÍVEL DO CURSO

Esta secção responde ao objetivo de fornecer uma estimativa fiável da taxa de desemprego ao nível do ciclo de estudos, que possa complementar ou enriquecer a informação atualmente disponível no portal Infocursos da DGEEC. Dado que não é objetivo do projeto divulgar estimativas específicas de desemprego por curso, apresentam-se estatísticas agregadas dessas estimativas e procede-se à sua comparação com os valores disponibilizados pelo portal Infocursos (quando existentes), com o intuito de avaliar as diferenças entre ambas as medidas.

6.1 MODELO PREDITIVO DA PROBABILIDADE DE DESEMPREGO AO NÍVEL DO CURSO

Na secção anterior, foi especificada uma regressão logística para estimar a probabilidade de desemprego. No entanto, dado que menos de 5% dos diplomados se encontram em situação de desemprego em muitas combinações entre instituição e área de estudo, o modelo logístico tende a sobrestimar sistematicamente a taxa de desemprego quando uma área contém apenas um número reduzido de observações de desempregados. Para evitar estas probabilidades inflacionadas, optou-se por um modelo de probabilidade linear (LPM), que oferece estimativas mais estáveis e de mais fácil interpretação quando os resultados são agregados ao nível do ciclo de estudos. As variáveis utilizadas no modelo são as seguintes:

$$Unemployed_i = \alpha_0 + \sum_{j=1}^J \beta_j Institution_{ij} + \sum_{k=1}^K \gamma_k Field_{ik} + \delta Level_i + \theta X_i + \varepsilon_i$$

As variáveis explicativas incluem um conjunto de indicadores categóricos relativos à instituição de ensino superior (IES) frequentada pelo diplomado, abrangendo 79 instituições distintas presentes na base de dados Eurograduate; e à área de estudo, com base na classificação ISCED ao nível de quatro dígitos, que compreende 89 áreas distintas. Esta abordagem permite controlar diferenças estruturais entre instituições e áreas académicas. A utilização deste nível elevado de desagregação possibilita agrupar cursos com perspetivas de empregabilidade semelhantes sob a mesma classificação de área de estudo.

No que respeita ao nível de qualificação, manteve-se a distinção entre “Licenciatura” e “Mestrado”, uma vez que a separação entre “Mestrado de 2.º Ciclo” e “Mestrado Integrado” se torna redundante ao nível de quatro dígitos da classificação ISCED, dado que os mestrados integrados existem apenas em cursos específicos. Todas as restantes variáveis explicativas – como a média final do curso, experiência profissional prévia, género e idade – foram modeladas conforme descrito na secção anterior. Embora o modelo de probabilidade linear (LPM) não seja ideal para inferência ao nível individual, apresenta-se como uma solução estável, transparente e de fácil agregação, características que são precisamente as requeridas para a construção de indicadores ao nível do ciclo de estudos.

Para estimar as taxas de desemprego ao nível do ciclo de estudos, foi aplicada uma metodologia em dois passos. Num primeiro momento, estima-se um modelo de regressão por OLS, que prevê a probabilidade individual de desemprego em função de um conjunto de características dos diplomados, tais como a instituição de ensino, a área científica do curso, o nível do curso, a média final, a experiência profissional prévia, o género e a idade.

Num segundo passo, calcula-se a probabilidade de desemprego prevista para cada diplomado da amostra e agregam-se essas previsões individuais ao nível do curso (caracterizado pela sua instituição, área e nível de ensino). Este procedimento permite obter taxas médias de desemprego previstas por curso, controladas pelas características do perfil dos estudantes. Por outras palavras, a taxa de desemprego estimada para cada curso reflete o que seria expectável, tendo em conta as características dos diplomados presentes no curso. Por exemplo, se um curso tende a atrair estudantes com médias mais elevadas ou com mais experiência profissional, esse fator é incorporado no resultado previsto.

Para os cursos que não estão representados na amostra, utilizam-se os valores médios dos diplomados da mesma coorte para simular o seu perfil. Este método aproveita a variabilidade real observada nos indivíduos, proporcionando estimativas mais fiáveis e detalhadas – o que é particularmente importante em casos com tamanhos amostrais reduzidos. A cada estimativa é também associado um intervalo de confiança, garantindo a transparência estatística dos resultados.

Como exemplo, suponha-se que se pretende estimar a taxa de desemprego para os diplomados da Licenciatura em Economia da Universidade do Porto. O procedimento decorre em duas etapas:

1. Estimação do modelo:

Procede-se à estimação de uma regressão linear por OLS, utilizando dados ao nível do diplomado. O objetivo é criar um modelo para o risco de desemprego em função da área de estudo, instituição de ensino, nível de grau académico, média final de curso, experiência profissional, género e idade.

2. Agregar as previsões obtidas:

Para cada diplomado desse curso específico (Licenciatura em Economia da Universidade do Porto), calcula-se a probabilidade prevista de desemprego com base nas suas características individuais e nos coeficientes estimados pelo modelo:

$$\hat{y}_i = \hat{\beta}_0 + \hat{\beta}_{UPorto} + \hat{\beta}_{Econ} + \hat{\beta}_{Lic} + \dots + \sum \hat{\beta}_n X_{i,n}$$

Posteriormente, calcula-se a média das probabilidades previstas de desemprego para todos os diplomados desse curso específico. Este valor médio constitui a estimativa da taxa de desemprego associada à Licenciatura em Economia da Universidade do Porto, baseada no perfil real dos seus diplomados:

$$\hat{Y}_{Econ,UPorto,Lic} = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^N \hat{y}_i$$

Para garantir que a variabilidade amostral não compromete a robustez das conclusões, associa-se a cada estimativa um intervalo de confiança a 95%. Considera-se que uma estimativa é robusta apenas quando esse intervalo tem uma amplitude inferior a 15 pontos percentuais. Este critério assegura que pequenas flutuações nos dados ao nível individual não distorcem as tendências observadas ao nível dos grupos. Aplicando este critério, obtêm-se 454 cursos com estimativas comparáveis às disponibilizadas pelo Infocursos, mantendo-se, ainda assim, uma cobertura representativa de todo o sistema de ensino superior para efeitos de análise.

Limitações da análise

O modelo OLS assume homoscedasticidade e uma relação linear que, no caso de uma variável dependente de natureza binária, como é o caso do desemprego, não são plenamente verificadas; no entanto, estimamos o modelo também com uma regressão logística, e demonstramos que não existem diferenças significativas na ordenação resultante. O viés de não-resposta é atenuado através da aplicação dos pesos da base de dados Eurograduate, e a regra de precisão dos quinze pontos percentuais previne o espremer excessivo dos resultados para obtenção de uma estimativa. Importa salientar que o modelo não é capaz de antecipar choques locais ocorridos após a data do inquérito; os valores apresentados devem, por isso, ser interpretados como uma medida de taxa de desemprego expectável, e não como uma medida de desemprego em tempo real.

Cobertura do indicador por instituição de áreas científicas

A Figura 18 apresenta a distribuição da previsão para a taxa de desemprego dos cursos para ambas as coortes. As probabilidades são ponderadas de acordo com o número de diplomados no país em cada ano. O histograma revela uma distribuição fortemente enviesada à esquerda: a maioria dos diplomados enfrenta uma probabilidade prevista de desemprego inferior a 10%. No entanto, a curva correspondente à coorte de 2021 encontra-se visivelmente deslocada para a direita. Os diplomados em início de carreira, inquiridos aproximadamente um ano após a conclusão do curso, enfrentam uma entrada no mercado de trabalho significativamente mais difícil do que os seus pares cinco anos após a obtenção do diploma. Dado que as barras são ponderadas pelo número de diplomados, a cauda direita, embora longa, é pouco densa, representando um número reduzido de diplomados; existem programas com risco de desemprego muito elevado, mas estes não dominam o sistema em termos de volume de diplomados.

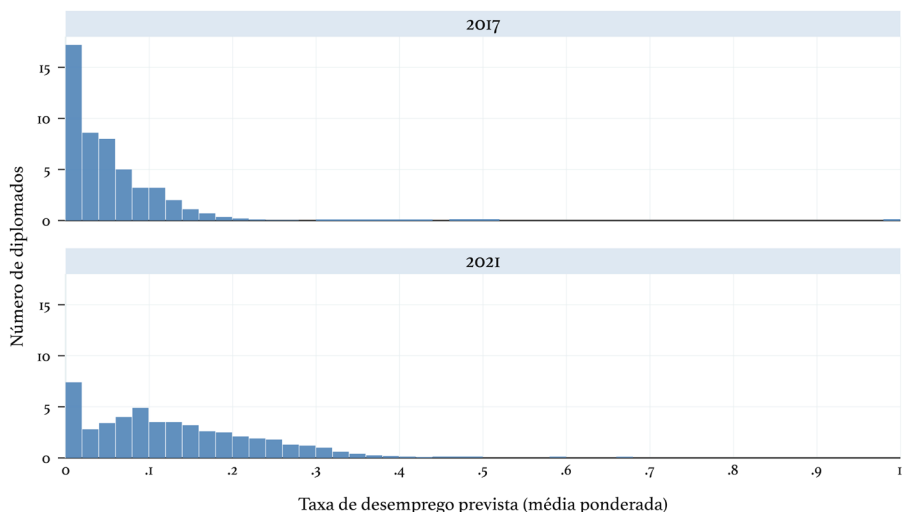
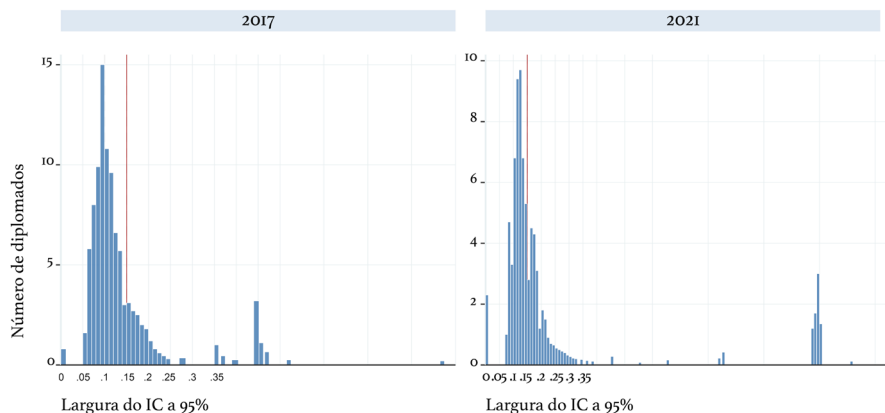


Figura 18. Distribuição da probabilidade prevista de desemprego ponderada pelo número de diplomados, 2017 (t+5), 2021 (t+1)

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

A precisão das estimativas é analisada através dos histogramas da amplitude dos intervalos de confiança a 95% (Figura 19). O gráfico geral confirma que a grande maioria das estimativas ao nível dos cursos se situa abaixo da linha vermelha dos 0,15. Quando os dados são desagregados por coorte, o padrão torna-se ainda mais evidente: na coorte de 2016/2017, a amplitude modal dos intervalos situa-se ligeiramente acima dos dez pontos percentuais, sendo muito poucas as estimativas que ultrapassam o limiar dos quinze pontos. Na coorte de 2021, a distribuição desloca-se marginalmente para a direita, mas mesmo nesta coorte quase todas as estimativas são consideradas robustas.



Linha vermelha: 15 pontos percentuais (critério de publicação)

Figura 19. Largura dos intervalos de confiança a 95%, 2017 (t+5), 2021 (t+1)

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

As Figuras 20 e 21 reorganizam as estimativas por curso nas 20 áreas científicas usadas no Eurograduate. A hierarquia observada revela-se notavelmente estável. Em ambas as coortes, os diplomados das áreas de “Artes”, “Humanidades”, “Línguas” e, com alguma variação, “Psicologia”, “Agricultura” e “Ciências Naturais” enfrentam as maiores probabilidades previstas de desemprego. Em contraste, “Medicina”, “Saúde”, as “Tecnologias da Informação e Comunicação” (TIC), a “Engenharia” e “Farmácia” continuam a registar os riscos de desemprego mais baixos.

Como já identificado ao longo do relatório, o que se altera de forma mais significativa entre os dois gráficos é o nível absoluto de desemprego: na coorte de 2021, as probabilidades previstas situam-se vários pontos percentuais acima das observadas cinco anos após a obtenção do diploma. Ainda assim, a ordenação relativa das áreas permanece praticamente inalterada. O padrão observado aponta, assim, para um desequilíbrio estrutural – e não meramente cíclico – entre a procura do mercado de trabalho e a oferta de diplomados em determinadas áreas de formação.

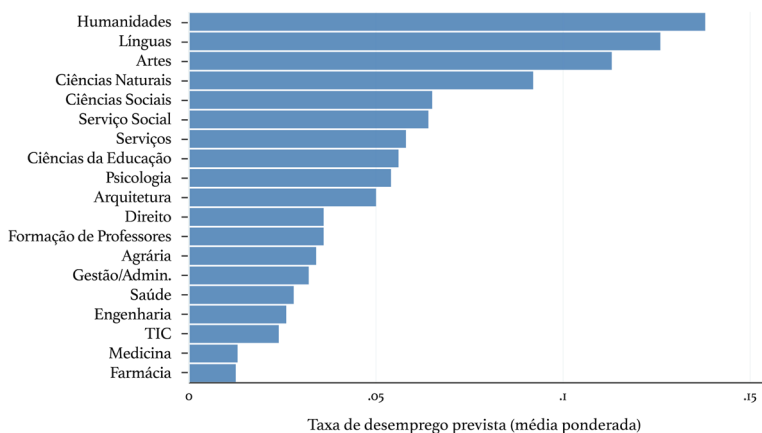


Figura 20. Taxa de desemprego prevista por área de estudo, 2017 (t+5)

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

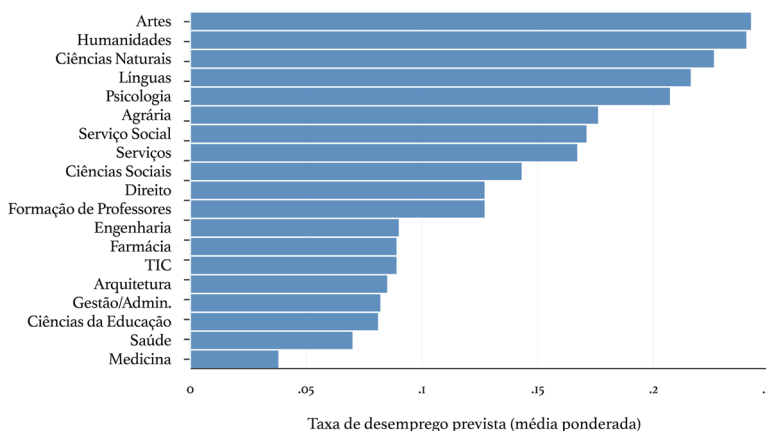


Figura 21. Taxa de desemprego prevista por área de estudo, 2021 (t+1)

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

As Figuras 22 e 23 organizam a estimativa da taxa de desemprego por tipo de instituição. Estas revelam uma hierarquia de risco clara e notavelmente estável. Em ambas as coortes, as maiores probabilidades previstas de desemprego são observadas entre os diplomados dos institutos politécnicos privados, seguidos pelos diplomados dos politécnicos públicos. Os diplomados das universidades privadas apresentam resultados moderadamente melhores, enquanto os diplomados das universidades públicas registam, de forma consistente, o risco de desemprego mais baixo.

A diferença absoluta entre os extremos desta hierarquia é de apenas alguns pontos percentuais, o que indica que os efeitos institucionais são visivelmente mais fracos do que os amplos diferenciais entre áreas de estudo documentados anteriormente. Ainda assim, a ordenação é robusta e sugere que possam existir alguns sinais transmitidos ao mercado de trabalho sobre o estatuto institucional. Em suma, e para efeitos de análise ao nível da taxa de desemprego, o local onde se estuda tem importância, mas a área científica do que se estuda é significativamente mais determinante.

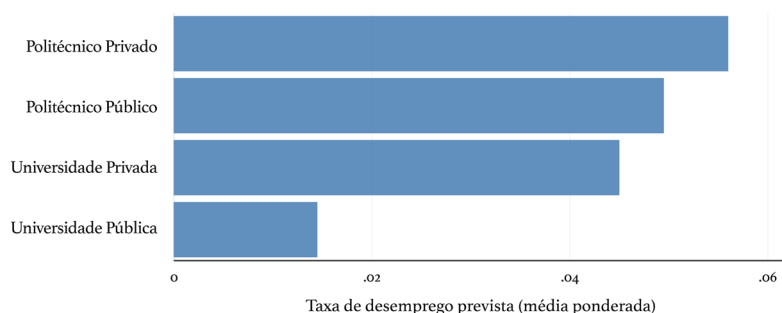


Figura 22. Taxa de desemprego prevista por tipo de instituição, 2017 (t+5)

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

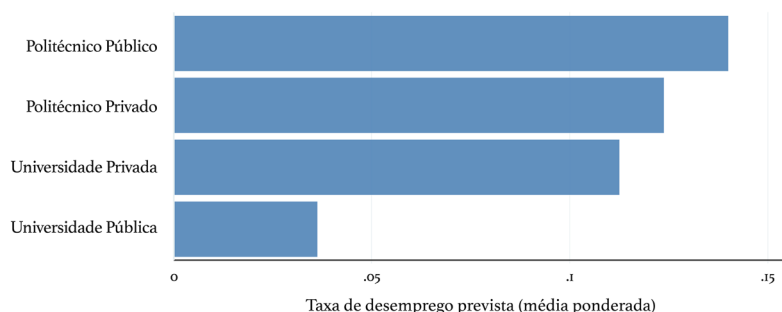


Figura 23. Taxa de desemprego prevista por tipo de instituição, 2021 (t+1)

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

Os resultados obtidos com base no modelo estimado a partir da base de dados do Eurograduate revelam, em primeiro lugar, que a maior parte do desemprego observado imediatamente após a obtenção do diploma é de natureza temporária. Quando se compara a coorte de 2021 (inquirida aproximadamente um ano após a conclusão do curso) com a coorte de 2017 (cinco anos após), observa-se uma deslocação significativa de toda a distribuição da previsão da taxa de desemprego para a esquerda, o que indica que a grande maioria dos diplomados consegue integrar-se no mercado de trabalho durante os primeiros cinco anos após a graduação.

Em segundo lugar, os dados confirmam que a área científica do curso, mais do que o tipo de instituição, é o principal determinante da variabilidade das taxas de desemprego: estudar na área das Artes, Humanidades ou Ciências Naturais tem um impacto muito mais relevante nas perspetivas de desemprego do que o facto do curso ter sido realizado numa universidade pública, num politécnico ou no setor privado. Embora existam hierarquias institucionais – com os diplomados das universidades públicas a registarem, de forma consistente, o risco mais baixo, e os dos politécnicos privados o mais elevado – a diferença entre os extremos é de apenas alguns pontos percentuais, ao passo que os desfasamentos entre áreas disciplinares são várias vezes superiores. Aquando da análise multivariada realizada na secção 4, não foram identificadas diferenças significativas entre as diversas tipologias institucionais.

Em terceiro lugar, o próprio indicador revela-se fiável. Em ambas as coortes, quase todas as estimativas ao nível dos cursos estão contidas em intervalos de confiança a 95% com amplitude inferior ao limiar de quinze pontos percentuais definido para efeitos de divulgação. Desde que os poucos intervalos mais amplos sejam suprimidos ou devidamente assinalados, a medida é suficientemente robusta para publicação. Em conjunto, estes três factos constituem uma base empírica sólida para a discussão seguinte, onde as estimativas do Eurograduate são comparadas com os dados de desemprego do Infocursos.

6.2 Comparação com a medida do Infocursos 2021

A edição de 2021 do Infocursos reporta taxas de desemprego para 1.068 cursos, agregando informação relativa a diplomados entre os anos letivos de 2016/2017 e 2019/2020. Apenas 454 desses cursos satisfazem igualmente o nosso critério de precisão, representando 14% dos 3.180 cursos que compunham o sistema de ensino superior português no ano letivo de 2020/2021 (Tabela 10). Dentro deste subconjunto emparelhado, o Infocursos reporta uma taxa média de desemprego de 4,9%, enquanto o modelo Eurograduate prevê, para a coorte de 2021 (t+1), uma taxa de 13,3%, três vezes superior. No entanto, o Infocursos 2021 não fornece um ponto de comparação direto, uma vez que a sua janela móvel de quatro anos tem início em 2016 (Tabela 9).

	Coorte (e distância-t)	N (cursos)	Média	Desvio padrão
IEFP 2021	Agregados 2017-20 (com correspondência, IC <15%)	454	4,89%	3.32 pp
Previsão do modelo t+1	Diplomados 2021 (t+1)	454	13,34%	9.30 pp
Previsão do modelo t+5*	Diplomados 2017 (t+5)	2128	5,61%	4.78 pp

Tabela 9. Taxas de desemprego média: Infocursos 2021, Eurograduate t+5, Eurograduate t+1

* O IEF-2021 não apresenta qualquer valor de desemprego para a coorte de 2016; por sua vez, as edições anteriores do IEF-2021 utilizam uma janela móvel de quatro anos distinta, o que inviabiliza a comparabilidade direta dos dados.

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

Embora as duas séries apresentem níveis distintos, existe alguma correlação entre estas. A correlação de Pearson calculada para os 454 cursos comparáveis é de 0,15 ($p < 0,01$). Apesar de a correlação ser positiva e estatisticamente significativa, o seu valor é bastante baixo, o que indica a existência de diferenças relevantes entre o indicador proposto neste relatório e o indicador calculado pelo Infocursos com base na informação do IEF. Tal como discutido em secções anteriores, a definição adotada pelo Eurograduate aproxima-se mais da definição de desemprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT), enquanto o indicador do Infocursos assenta em pressupostos bastante distintos quanto ao cálculo do desemprego. Assim, argumentamos que ambos os indicadores medem dimensões diferentes do fenómeno do desemprego, e que este coeficiente de correlação positivo, mas baixo, valida esta ideia. É também possível que os dois indicadores tratem de forma distinta várias áreas científicas, em resultado de comportamentos diferenciados dos diplomados no que respeita ao registo do desemprego.

Uma comparação visual reforça esta conclusão. Na Figura 24 (Distribuições das taxas de desemprego: infocursos e modelo t+5), a distribuição do Infocursos apresenta um pico acentuado ligeiramente abaixo dos 5%, enquanto a curva baseada no Eurograduate t+5 é mais larga e exibe uma cauda direita mais prolongada, o que é consistente com uma cobertura mais ampla de cursos cujos diplomados enfrentam piores resultados no mercado de trabalho.

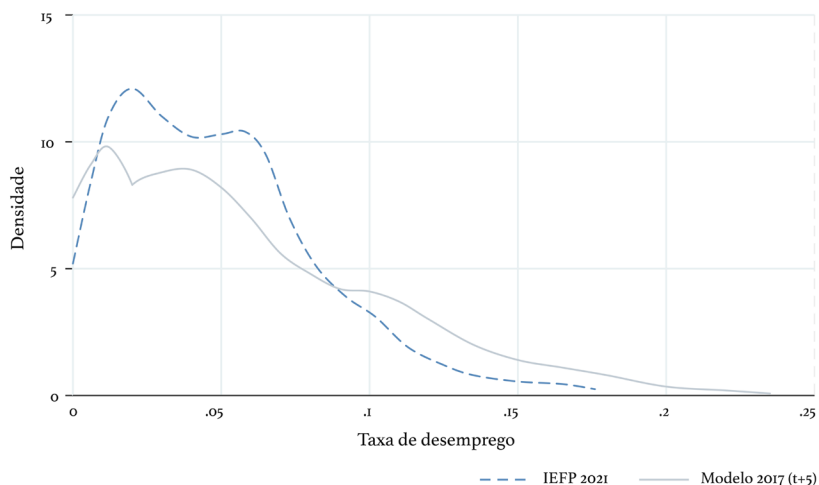


Figura 24. Distribuições das taxas de desemprego: Infocursos e modelo t+5

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Eurograduate 2022.

Valor acrescentado do modelo

A metodologia utilizada pelo Infocursos subestima inevitavelmente o desemprego, uma vez que não capta diplomados que emigram, que encontram trabalho informal, que desistem de procurar emprego ou que simplesmente não recorrem aos serviços do IEFP. O inquérito Eurograduate tem uma definição de desemprego mais apropriada, mas abrange apenas uma parte da população diplomada ao contrário da informação de base do Infocursos. A taxa de resposta é 13% é modesta, mas está em linha com as práticas internacionais em inquéritos a diplomados, e os dados são ponderados pelo género, área científica e instituição, de forma a mitigar o viés de não-resposta. Ainda assim, alguns cursos tiveram um número reduzido de respostas, ou até nenhuma, mesmo sendo cobertos pelo estudo.

Para produzir um indicador verdadeiramente abrangente ao nível do sistema, combinamos a informação presente no inquérito com um modelo preditivo. O modelo é estimado com base nos respondentes do inquérito, utilizando variáveis como instituição, área ISCED-F, nível de estudo, média final, experiência profissional e características demográficas, sendo depois aplicado a todos os cursos registados no sistema nacional, incluindo aqueles com pouca ou nenhuma cobertura no inquérito. Uma previsão só é publicada quando o intervalo de confiança a 95% resultante tem uma amplitude inferior a 15 pontos percentuais. Assim, embora o Eurograduate não tenha respostas para todos os cursos, a etapa de modelação permite gerar indicadores de desemprego para o curso utilizando a informação da instituição-área-grau para uma parte mais ampla do sistema de ensino superior, ao mesmo tempo que assinala a incerteza estatística associada a cada valor – algo que o indicador Infocursos não contempla. A Tabela 10 apresenta uma comparação

dos argumentos teóricos entre o indicador do Infocursos e a aplicação da nossa metodologia com base no Eurograduate.

Indicador	Indicador infocursos	Modelo de regressão com base no inquérito Eurograduate
Âmbito	Inclui apenas desempregados registados no IEFP.	Utiliza dados do inquérito, cobrindo uma parte da população e com uma definição de desemprego mais próxima ao INE.
Atualidade	Baseia-se em dados históricos, referentes a coortes de diplomados de 1 a 4 anos antes da obtenção do diploma.	Analisa diplomados um ano e cinco anos após a obtenção do diploma.
Granularidade	Apresenta resultados ao nível do ISCED 6 e Mestrados Integrados com mais de 30 diplomados em 4 anos.	Apresenta estimativas específicas por instituição, área e grau, excluindo instituições não presentes na amostra e estimativas com intervalos de confiança amplos.
Viés	Subestima o desemprego ao ignorar os desempregados que não se registam no IEFP.	Baseia-se em respostas a inquéritos, captando diplomados que procuram ativamente emprego, mesmo que não estejam formalmente registados como desempregados
Análise de Robustez	Não apresenta intervalos de confiança nem outra medida de robustez.	Fornece intervalos de confiança para todas as estimativas.

Tabela 10. Comparação entre a média móvel do Infocursos e o modelo preditivo deste estudo

7. CONCLUSÃO

Nesta primeira parte do relatório, apresentamos uma perspetiva atualizada sobre a questão do desemprego no ensino superior em Portugal. Após uma breve revisão da literatura, discutimos o estado atual da medição do desemprego no país e as limitações das bases de dados existentes para abordar esta problemática. Em seguida, com base nos dados do inquérito Eurograduate, oferecemos um contributo empírico ao explorar as taxas de desemprego no país. A nossa ênfase nas medidas de desemprego justifica-se pela escassez de informação desagregada na literatura relativamente a este indicador no sistema de ensino superior, bem como pela necessidade de responder às preocupações expressas pelo Tribunal de Contas quanto à disponibilização de mais informação para estudantes e famílias sobre a empregabilidade no ensino superior português, ao nível dos ciclos de estudo.

Em primeiro lugar, analisamos os determinantes individuais e de curso associados aos níveis de desemprego dos diplomados do ensino superior português, considerando duas coortes – um ano e cinco anos após a conclusão do curso. Entre os determinantes individuais, a média final do curso destaca-se como a variável mais relevante, sendo preditiva das taxas de desemprego tanto para a coorte mais recente como para a mais distante. A experiência profissional prévia aumenta a probabilidade do diplomado se manter empregado, mas apenas um ano após a graduação. O mesmo se verifica para os diplomados que, à data do inquérito, residiam numa região do interior do país. Ser do sexo feminino aumenta significativamente a probabilidade de desemprego, mas apenas cinco anos após a conclusão do curso. A idade à data do inquérito e a experiência internacional durante o curso não apresentam efeitos significativos na probabilidade de desemprego.

Ao nível do curso, a área de estudo revela-se o principal determinante do desemprego. Estudantes das áreas de Artes; Psicologia; Ciências Naturais; Matemática e Estatística; Humanidades; e Línguas apresentam uma probabilidade de desemprego pelo menos 10 pontos percentuais superior à dos estudantes das áreas de Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção. Esta diferença mantém-se estatisticamente significativa cinco anos após a obtenção do diploma, embora com menor magnitude. A conclusão de um mestrado reduz a probabilidade de desemprego face à licenciatura, mas apenas no primeiro ano após a conclusão do curso. O tipo de instituição de ensino superior frequentada não apresenta, em geral, efeitos estatisticamente significativos sobre a probabilidade de desemprego, com exceção dos diplomados de institutos politécnicos privados, que apresentam menor probabilidade de desemprego cinco anos após a graduação.

Uma análise mais detalhada da interação entre o nível de curso e o subsistema de ensino, por área de estudo, revela que apenas em três áreas (Línguas; Ciências Sociais, Jornalismo e Informação; e Gestão e Administração) os diplomados de mestrado apresentam uma menor probabilidade de desemprego face aos de licenciatura, e apenas na coorte mais recente. O efeito da instituição pública é relevante apenas na área da Saúde, onde os diplomados de instituições públicas apresentam menores probabilidades de desemprego em ambas as coortes.

Na maioria das variáveis analisadas, os efeitos são mais pronunciados na coorte mais recente. Este resultado é expectável, dado que o primeiro contacto com o mercado de trabalho é particularmente determinante, sendo as características pessoais e académicas dos diplomados fatores relevantes para os empregadores no processo de seleção. Com o passar do tempo, estas características perdem relevância, as taxas de desemprego diminuem e a obtenção de emprego torna-se mais acessível. Assim, cinco anos após o diploma, a questão já não é tanto se o diplomado consegue emprego, mas sim que tipo de emprego obtém. Ao analisar outras variáveis relevantes do mercado de trabalho, como salários, tipo de contrato ou alinhamento entre o emprego e a área de formação, é expectável que as diferenças entre diplomados com diferentes características se tornem mais evidentes ao fim de cinco anos.

As entrevistas realizadas evidenciam que, apesar de ser amplamente reconhecida a importância da taxa de desemprego como indicador da qualidade e resultados dos cursos do ensino superior, tanto o INE como a DGEEC apontam limitações graves na sua atual construção e cobertura. O indicador Infocursos, baseado no desemprego registado nos centros de emprego é considerado incompleto e enviesado, dado que não capta os diplomados inativos ou não inscritos, podendo introduzir assimetrias entre áreas de estudo. Ambos os interlocutores sublinham que, apesar de útil para uma orientação geral, este dado deve ser sempre acompanhado de outros indicadores, nomeadamente sobre qualidade do emprego, salários e tempo de inserção profissional.

Há, contudo, divergências entre as instituições quanto à utilidade da manutenção e divulgação do indicador tal como está. Enquanto o INE mostraria abertura à sua descontinuação por considerar que pode induzir em erro, a DGEEC sustenta a sua manutenção com base no valor orientador que proporciona a estudantes e famílias, mesmo reconhecendo as suas falhas metodológicas. A questão da produção de *rankings* com base em dados de desemprego divide igualmente opiniões: o INE mostra-se recetivo à sua criação, desde que assente em indicadores mais robustos e agregadores, ao passo que a DGEEC rejeita essa abordagem por considerar que os *rankings* tendem a comparar realidades incomparáveis e podem ter efeitos institucionais indesejáveis.

Finalmente, existe consenso entre os interlocutores quanto ao potencial da metodologia proposta no estudo como alternativa mais robusta ao indicador atual e mesmo eventualmente como complemento a indicadores mais robustos, quando estes existam. A utilização de microdados administrativos, com ligação entre diferentes bases de dados e identificação individual, é vista como um avanço crucial para a produção de estatísticas mais fiáveis e informativas sobre os diplomados. Apesar de ainda existirem entraves institucionais e de recursos à sua plena implementação, há uma perspetiva otimista quanto à sua viabilidade a curto prazo, destacando-se a possibilidade de melhorar a qualidade da informação pública e científica sobre o emprego dos diplomados e de apoiar políticas públicas mais eficazes.

Na secção 6 propusemos uma estimativa da taxa de desemprego por curso, com vista a complementar o indicador presente na DGEEC para o mesmo propósito, no seu portal

Infocursos. A medida em questão baseia-se num método econométrico, de onde se estima um efeito sobre as características estruturais associadas aos cursos na taxa de desemprego. A partir desse efeito e das características individuais dos diplomados que compõem esse curso, é estimada uma taxa para cada curso do ensino superior português. Contudo, por motivo de robustez dos resultados, apenas são consideradas as estimativas que resultem num intervalo de confiança a 95% para a previsão inferior a 15 pontos percentuais.

É de realçar que o objetivo dos autores não é o de revelar os resultados obtidos para cada par curso-instituição, pelo que a análise para os resultados obtidos é feita de forma agregada. A partir dessa análise, evidenciamos um resultado muito importante e que já havia sido identificado: Existe muita mais variabilidade do indicador da taxa de desemprego ao nível da área científica do que ao nível da instituição, evidenciando que o determinante mais importante para a taxa de desemprego é a área científica do curso, e não a instituição onde este é tirado. Relembramos que para obter a estimativa do modelo, foi considerada uma divisão bastante abrangente de áreas (ISCED-F 2013 a 4 dígitos) ao indicador construído.

Quando comparando o indicador obtido pelo modelo a partir da base de dados do Eurograduate com o indicador infocursos, verificamos que o indicador construído neste relatório tem 1) Uma definição de taxa de desemprego mais próxima da utilizada pelo INE, o que resulta numa estimativa de taxas de desemprego 3 vezes superior face ao verificado na DGEEC; 2) Uma maior cobertura de cursos, permitindo obter estimativas sobre mais cursos, e eliminando cursos com base em critérios de natureza estatística ao invés do critério utilizado na DGEEC para a eliminação, de natureza mais ad-hoc; 3) uma correlação baixa com o indicador Infocursos para os cursos onde existem estimativas para ambos os indicadores. Tal indica que os fenómenos de empregabilidade medidos nos dois indicadores variam significativamente entre cursos, indiciando que os indicadores têm uma natureza muito diferente. Por este motivo, defendemos a utilização deste indicador no futuro, e que pode ser calculado a partir da base de dados do Eurograduate – que se espera que seja recorrente de 4 em 4 anos para o sistema de ensino superior português.

Todos os resultados obtidos no projeto beneficiariam de uma implementação mais bem-sucedida do inquérito Eurograduate. Apesar de contar com um número razoável de observações, o Eurograduate representa cerca de 13% do sistema de ensino superior. Embora esta amostra seja útil para identificar tendências a um nível mais agregado, como nas primeiras questões de investigação, os resultados devem ser interpretados com cautela quando se pretende uma desagregação ao nível dos ciclos de estudo. No entanto, a entrevista realizada ao INE deixou claro que os inquéritos são o único meio de aferir as taxas de desemprego de acordo com as estatísticas nacionais e a definição da OIT, uma vez que os registos administrativos não captam as intenções da população não empregada em entrar no mercado de trabalho, dificultando a distinção entre população inativa e desempregada. Esta é precisamente a limitação metodológica do indicador Infocursos. Assim, apenas através de um inquérito a diplomados com uma taxa de resposta mais elevada será possível obter previsões mais robustas sobre os níveis de desemprego.

A par do alerta do Tribunal de Contas, as entrevistas realizadas ao INE e à DGEEC evidenciam a atual escassez de informação para avaliar os resultados no mercado de trabalho ao nível dos ciclos de estudo. Esta primeira parte demonstra que iniciativas como o inquérito Eurograduate, quando acompanhadas de uma análise estatística adequada, permitem uma compreensão muito mais aprofundada do estado atual do ensino superior em Portugal, em relação à informação atualmente recolhidas pelas entidades oficiais.

PARTE 2

QUALIDADE DO EMPREGO DOS DIPLOMADOS DO ENSINO SUPERIOR

I. INTRODUÇÃO: DA EMPREGABILIDADE À QUALIDADE DO EMPREGO

Em Portugal, a proporção de jovens adultos com ensino superior aumentou acentuadamente nas últimas duas décadas, refletindo a rápida expansão da participação no ensino superior. Esta expansão suscitou uma preocupação crescente não só com o facto de os diplomados encontrarem emprego, mas também com a qualidade do emprego que conseguem obter. Na sequência da implementação do Processo de Bolonha, a empregabilidade afirmou-se como um objetivo central de política pública em toda a Europa. A investigação em Portugal sobre as dimensões da empregabilidade dos diplomados centrou-se, em larga medida, no desemprego ou em indicadores simples de emprego (ver, por exemplo, Alves et al., 2017). A literatura mais recente sustenta que a mera obtenção de um emprego já não é suficiente: a atenção está em dimensões como a estabilidade no emprego, a adequação salarial e o alinhamento do emprego com as expectativas e as qualificações dos diplomados (Alves et al., 2017).

A qualidade do emprego é um conceito multidimensional que tem sido operacionalizado através de diversos quadros de referência complementares, tanto na literatura académica como em instituições de referência. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) destaca três dimensões: qualidade dos rendimentos, segurança no mercado de trabalho e qualidade do ambiente de emprego (Cazes et al., 2015). A Eurofound (Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho) (2012) propõe uma abordagem multidimensional que abrange os salários, a segurança, o tempo de trabalho e aspetos intrínsecos, como a satisfação no emprego. De forma semelhante, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2013) sublinha a importância de assegurar a combinação entre rendimento adequado, estabilidade no emprego e dignidade no trabalho.

Aplicada aos diplomados do ensino superior, a qualidade do emprego abrange várias dimensões inter-relacionadas. Estas incluem os rendimentos, a segurança no emprego e as avaliações subjetivas de aspetos do emprego, como a satisfação, bem como o grau em que os empregos utilizam as qualificações e competências dos diplomados e das respetivas áreas de estudo. Nesta perspetiva, a qualidade do emprego não se limita a saber se os diplomados estão empregados, mas também diz respeito à qualidade e à sustentabilidade da sua integração no mercado de trabalho. Isto é particularmente relevante em contextos como o de Portugal, onde o ensino superior se expandiu de forma substancial, mas em que os diplomados continuam a enfrentar retornos heterogéneos em termos de salários, estabilidade contratual, satisfação e adequação entre a formação e o emprego. Por isso, é necessária uma abordagem multidimensional para captar as diferentes formas pelas quais as vantagens e desvantagens no mercado de trabalho se distribuem entre os diplomados.

Esta perspetiva multidimensional é também sublinhada pelo Tribunal de Contas (2022), que observou que os indicadores tradicionais subestimam a complexidade do que se pretende medir em relação aos resultados dos diplomados no mercado de trabalho.

Já existem alguns resultados na literatura que analisam diferentes vertentes da qualidade do emprego no mercado de trabalho dos diplomados portugueses. No que respeita aos salários, os prémios salariais associados aos diplomados de licenciatura em Portugal diminuíram substancialmente desde o início dos anos 2000, embora os retornos dos graus de mestre e de doutoramento se mantenham elevados (Almeida et al., 2017). As disparidades salariais entre mulheres e homens persistem, sobretudo entre as coortes mais antigas (Carneiro et al., 2014).

Em termos da qualidade do vínculo laboral, o mercado de trabalho em Portugal apresenta uma das maiores proporções de contratos temporários na União Europeia (Eurostat, 2022). Os diplomados iniciam frequentemente a sua trajetória profissional com contratos temporários, o que adia a estabilidade e a progressão na carreira (Carneiro et al., 2012), e este relatório indica que o emprego temporário é mais prevalente entre os diplomados mais jovens. No que respeita à satisfação no emprego, a investigação mostra que os diplomados em situação de desajuste entre as suas qualificações e o emprego reportam níveis de satisfação mais baixos (Verhaest & Van Der Velden, 2013), enquanto os resultados do Eurograduate indicam que as mulheres reportam uma satisfação ligeiramente inferior e que a coorte de 2020–21 apresentou, no geral, níveis de satisfação mais baixos do que os diplomados de 2016–17.

No que respeita ao desalinhamento vertical (sobrequalificação ou subqualificação), este é comum no mercado de trabalho português. Com recurso aos Quadros de Pessoal, Araújo e Carneiro (2023) mostram que cerca de metade dos trabalhadores recém-contratados no setor privado em Portugal enfrenta alguma forma de desalinhamento vertical no momento de entrada no emprego. Entre os diplomados, o desalinhamento não se distribui de forma uniforme pelas áreas de estudo. Os diplomados do ensino superior sobrequalificados concentram-se em áreas como a Economia, Ciências Sociais e Direito, e áreas mais abrangentes, como as Humanidades, Ciências Sociais e Economia, estão mais expostas à sobrequalificação (Allen, 2001; Pimenta & Pereira, 2019).

A segunda parte deste relatório contribui para o debate sobre a empregabilidade dos diplomados em Portugal ao deslocar o foco das taxas de emprego, que foram abordadas na primeira parte do trabalho, para a aferição da qualidade do emprego, recorrendo à base de dados Eurograduate. Ao analisar conjuntamente salários, estabilidade contratual, satisfação no emprego e desalinhamento, o relatório oferece uma perspetiva sobre a estratificação das trajetórias iniciais no mercado de trabalho entre os diplomados do ensino superior em Portugal.

A base de dados do Eurograduate disponibiliza informações muito detalhadas sobre diplomados em dois momentos distintos das suas trajetórias profissionais iniciais: a coorte de 2016/2017, inquirida cinco anos após a conclusão do curso, e a coorte de 2020/2021, inquirida um ano após a conclusão. Assim, a primeira questão de investigação relevante é em que medida as dimensões da qualidade do emprego diferem entre estas duas coortes. Atendendo à riqueza da base de dados no que respeita aos perfis sociodemográficos e aos percursos educativos dos diplomados, a segunda questão de investigação é compreender de que forma os resultados no mercado de trabalho podem ser explicados em função destas características dos diplomados e dos seus respetivos graus ou qualificações. Por fim, dado que as variáveis que podem aferir a qualidade

do emprego são múltiplas, e que a avaliação da qualidade do emprego exige uma leitura conjunta dessas dimensões, analisamos se diferentes situações de desvantagem no mercado de trabalho se acumulam nos mesmos perfis de diplomados. Para responder a estas questões, focamo-nos em cinco dimensões da qualidade do emprego: salário por hora, estabilidade contratual, satisfação no emprego, desalinhamento vertical e desalinhamento horizontal.

Em síntese, esta parte do relatório mostra que a área de estudo é o principal determinante das dimensões da qualidade do emprego analisados. Os diplomados em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e em Engenharia tendem a apresentar perfis mais favoráveis em termos de salários e de satisfação e, em alguns casos, de menor exposição ao desalinhamento, ao passo que nas Artes, Humanidades, Bem-estar e em várias áreas associadas aos Serviços surgem mais frequentemente associadas a resultados mais fracos, incluindo remunerações mais baixas, menor estabilidade contratual e maiores riscos de desalinhamento. Ainda que se trate, em todos os casos, de resultados do mercado de trabalho, estas dimensões não estão perfeitamente correlacionadas, uma vez que salários, estabilidade contratual, satisfação no emprego e desalinhamento vertical e horizontal apenas se sobrepõem parcialmente. Isto significa que os diplomados podem ter bom desempenho numa dimensão e, ainda assim, permanecer em desvantagem noutra, reforçando a importância de analisar a qualidade do emprego sob diversas perspetivas. As comparações entre coortes sugerem continuidade na estrutura das desigualdades, mas também indícios de intensificação da desvantagem na coorte de 2020/21, em particular na estabilidade contratual e no desalinhamento, em linha com um contexto de entrada inicial no mercado de trabalho menos favorável. Por fim, o índice de desvantagem cumulativa confirma que condições adversas tendem a concentrar-se nos mesmos indivíduos: as mulheres, os diplomados com desempenho académico mais baixo, os que seguiram vias não universitárias e, sobretudo, os trabalhadores a tempo parcial apresentam maiores probabilidades de experienciar múltiplas desvantagens simultaneamente.

Os resultados apresentados nesta parte do relatório convidam à reformulação de como as dimensões da qualidade do emprego dos diplomados são discutidas em Portugal. As linhas de diferenciação mais salientes na qualidade do emprego parecem organizar-se sobretudo pelas áreas de estudo, e não pelas instituições de ensino superior. Isto é relevante porque os padrões empíricos evidenciados em salários, estabilidade contratual, satisfação no emprego e desalinhamento vertical ou horizontal apontam para um mercado de trabalho em que o conteúdo das qualificações e as suas ligações com os mercados são determinantes mais relevantes do que os rótulos institucionais. Embora este resultado não seja surpreendente, ele não é tão comum no discurso público, no qual representantes institucionais e famílias atribuem um peso significativo às características das instituições para justificar sucessos e insucessos no desempenho dos diplomados do ensino superior.

Ao considerar esta interpretação centrada nas áreas de estudo, emergem também implicações para a forma como o sistema de ensino superior português é concebido enquanto objeto de política pública. Se a diferenciação nos resultados de empregabilidade for impulsionada sobretudo pelas áreas, então tentativas de “resolver” resultados desiguais através da hierarquização implícita das instituições ou da concentração da oferta num conjunto reduzido de locais tenderão

a não ser bem-sucedidas, e além disso, podem fragilizar o papel de coesão territorial que um sistema geograficamente distribuído pode desempenhar. Do mesmo modo, e já alinhado com o discurso público, é aconselhada prudência face à ideia de tratar a empregabilidade como critério suficiente ou exclusivo para ajustar a oferta de vagas entre áreas. Embora não haja informação suficiente disponível para que os estudantes e as famílias decidam em condições de informação completa, as escolhas dos estudantes não são puramente instrumentais em relação aos retornos no mercado de trabalho. Muitos optarão por disciplinas específicas (incluindo aquelas com ligações ocupacionais mais difusas) por razões de preferência e de projeto de vida, e uma estratégia centrada em restringir ou expandir vagas com base na empregabilidade poderá, sobretudo, gerar deslocações entre instituições e territórios, em vez de alterar substantivamente a procura. Neste contexto, o papel público apropriado é menos o de “corrigir” escolhas e mais o de assegurar que as escolhas sejam feitas em condições de transparência, permitindo que famílias e potenciais estudantes compreendam os compromissos entre áreas em termos de remuneração, estabilidade, satisfação e desalinhamento.

Por fim, se os estudantes de origens socioeconómicas mais desfavorecidas estiverem desproporcionalmente representados em áreas com resultados de empregabilidade mais fracos, então a melhoria da informação sobre as trajetórias específicas por área de estudo torna-se, por si só, um mecanismo de equidade. Neste sentido, discutem-se de seguida os avanços recentes do Governo português neste domínio, que poderão dar o impulso inicial ao sistema de acompanhamento de diplomados de que Portugal necessita, para disponibilizar às instituições, aos estudantes e às famílias os dados indispensáveis para uma tomada de decisão informada.

1.1 DESENVOLVIMENTOS RECENTES NA RECOLHA DE DADOS DE EMPREGABILIDADE DOS DIPLOMADOS EM PORTUGAL

A primeira parte deste relatório analisou em profundidade os determinantes do desemprego entre diplomados do ensino superior em Portugal, com base nos dados do EUROGRADUATE 2022. Para esse efeito, foram realizadas entrevistas com o Instituto Nacional de Estatística (INE) e a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) com o objetivo, entre outros, de avaliar os avanços na recolha de dados para o acompanhamento de diplomados numa perspetiva administrativa. A principal questão, no que respeita à divulgação destes dados, prende-se à ligação entre diferentes fontes necessária para obter um retrato completo dos diplomados portugueses. A informação educativa é recolhida pela DGEEC no âmbito do RAIDES (Recolha Anual de Informação Detalhada sobre Estudantes e Diplomados do Ensino Superior), enquanto a informação sobre o emprego em geral e sobre outras dimensões da qualidade do emprego, como o salário e o tipo de contrato, é detida pelo INE, através da combinação de dados da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira.

À data da escrita da primeira parte do relatório e até ao momento de elaboração da segunda parte (março de 2026), não se registaram avanços visíveis ao público nesta matéria. Importa, contudo, sublinhar que os dados administrativos, embora permitam produzir informação de âmbito nacional sobre os diplomados portugueses, não conseguem captar alguns resultados relevantes no mercado de trabalho. Em particular, não permitem medir adequadamente o desemprego, uma vez que a verificação de “estar no mercado de trabalho” exige recolha por meio de inquérito, nem a satisfação no emprego e, em certa medida, as perceções de desalinhamento vertical e horizontal, que não são observáveis por via administrativa.

Além disso, mesmo depois de obtidos os dados administrativos, não se garante que estes cubram todos os diplomados. A dificuldade específica de obter dados administrativos de emprego relativos a pessoas que trabalham no estrangeiro — que não são naturalmente abrangidas pelos conjuntos de dados nacionais — tem vindo a ser discutida na linha da frente dos países com sistemas mais robustos de recolha de dados administrativos. Neste contexto, o projeto METLEX (Methodological and Legal Support for Tracking Mobile Graduates in EU), financiado pela Comissão Europeia no âmbito das atividades do Eurograduate 2026, está a testar a ligação de dados administrativos entre diferentes países (Chéquia, Polónia e Roménia) do Espaço Europeu de Ensino Superior.

Contudo, entre as duas partes do relatório, registaram-se dois avanços relevantes, ao nível governamental, no que respeita à recolha de dados para o acompanhamento de diplomados.

O primeiro diz respeito ao trabalho que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) está a desenvolver na criação de um exercício de Avaliação de Competências para Portugal. O projeto 24PT12, “Fostering a Higher Education Better Adapted to the Labour Market: Towards an Improved Skills Forecasting System” (em tradução livre: Promover um Ensino Superior mais Adaptado ao Mercado de Trabalho: Rumo a um Sistema Melhorado de Previsão de Competências), ao abrigo do contrato REFORM/IM2024/006, foi dinamizado pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).

O objetivo geral do projeto é reforçar a capacidade de Portugal para ajustar a oferta de ensino superior à evolução das necessidades do mercado de trabalho, através do desenho de um sistema de Avaliação e Antecipação de Competências para Portugal. Pretende-se também impulsionar a ligação entre as fontes de dados já existentes, tanto de inquéritos como de natureza administrativa, de modo a alimentar um sistema de previsão das necessidades de competências no país num determinado horizonte temporal. Embora o acompanhamento de diplomados, ao estilo do Eurograduate, não esteja entre as principais prioridades de recolha de dados deste sistema, trata-se de um avanço muito relevante neste domínio, que poderá gerar informações úteis para compreender melhor os resultados dos diplomados no mercado de trabalho. O sistema perspetivado para Portugal aproxima-se mais dos modelos utilizados na Estónia, designadamente o OSKA (<https://oska.kutsekoda.ee/en/>). O produto final do projeto, incluindo um roteiro para a implementação do sistema em Portugal, foi apresentado a 23 de junho de 2026 em Lisboa.

O segundo avanço prende-se à atribuição formal de responsabilidades ao Instituto para o Ensino Superior (IES I.P.), que, em traços gerais, corresponde às funções da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES). O IES I.P. é a entidade responsável pela certificação dos diplomas atribuídos aos diplomados do ensino superior em Portugal. Nos seus novos estatutos, cabe-lhe igualmente implementar um inquérito aos diplomados do ensino superior em Portugal, com o objetivo de analisar os percursos educativos e de emprego dos diplomados portugueses, em linha com o Eurograduate. O mandato para recolher informação junto dos diplomados decorre do consentimento explícito destes, prestado no momento do registo do respetivo diploma, que autoriza o IES I.P. a contactá-los para fins da análise destes percursos. Isto significa que a primeira coorte de diplomados que poderá prestar consentimento ao abrigo deste enquadramento é a de 2026/2027, pelo que a recolha de dados relativa a estes diplomados levará ainda alguns anos a estar plenamente operacional.

Os planos do Governo incluem a realização de um inquérito anual aos diplomados, de dimensão muito reduzida, que será substituído pelo Eurograduate a cada quatro anos, de modo a alinhar com o calendário de recolha de dados do Eurograduate. No entanto, ainda é demasiado cedo para avaliar se estas intenções produzirão resultados e permitirão a implementação de um procedimento centralizado de acompanhamento de diplomados em Portugal.

2. DETERMINANTES DA QUALIDADE DO EMPREGO

A literatura classifica os determinantes da qualidade do emprego em três grandes grupos: características individuais, fatores educativos e institucionais, e condições contextuais mais amplas ou macroeconómicas (Holman & McClelland, 2011). Esta secção apresenta uma revisão de literatura muito breve sobre os principais determinantes das dimensões da qualidade do emprego abordados neste relatório.

2.1 SALÁRIOS

Os salários constituem uma dimensão central da qualidade do emprego e um dos indicadores mais diretos dos retornos do ensino superior no mercado de trabalho. Os rendimentos captam não só a produtividade individual, mas também a qualidade dos ajustamento do emprego, o grau de utilização de competências, e condições estruturais mais amplas dos mercados de trabalho. Na investigação sobre o ensino superior, os resultados salariais são, por isso, centrais para avaliar se a expansão educativa se traduziu em melhores oportunidades económicas para os diplomados ou em maior heterogeneidade e compressão salarial. Seguindo a literatura, podemos agrupar os determinantes dos salários dos diplomados em fatores individuais, institucionais e contextuais.

Os fatores individuais são dos mais importantes na explicação dos salários. Por exemplo, a literatura documenta diferenças salariais entre mulheres e homens em diversos países e mostra que estas persistem mesmo entre trabalhadores com níveis elevados de escolaridade. As mulheres tendem a auferir salários inferiores aos dos homens, o que, em termos gerais, reflete uma combinação de segregação ocupacional, diferenças nas trajetórias profissionais e retornos desiguais às competências (Blau & Kahn, 2017). Segundo Rubery e Grimshaw (2014), em particular, a disparidade salarial entre mulheres e homens mantém-se persistente em toda a Europa, apesar de numerosas mudanças sociais e de política pública que se antecipava que a reduzissem.

A investigação sobre o acompanhamento de diplomados mostra também que as mulheres tendem, em geral, a encontrar-se em posições temporárias ou com remunerações mais baixas nas fases iniciais das suas carreiras (Van der Velden & Allen, 2011). Quanto a outros fatores individuais, a idade e a experiência profissional prévia também são relevantes. Os diplomados com experiência de emprego durante os estudos (em particular, estágios) apresentam, em regra, salários mais elevados e emprego mais estável, na medida em que uma exposição precoce ao mercado de trabalho ajuda a ajustar melhor o trabalhador ao emprego e funciona como sinal junto dos empregadores. O nível do grau é outro determinante-chave, sendo as qualificações após a licenciatura, em geral, associadas a rendimentos mais elevados, embora a evidência sugira igualmente que estes prémios se tenham vindo a enfraquecer ao longo do tempo em sistemas de ensino superior massificados (ver Almeida, Figueiredo, Cerejeira, et al., 2017; Figueiredo et al., 2013; Green & Zhu, 2010).

Os fatores institucionais, em particular a área de estudo e as características das instituições de ensino superior, estão entre os preditores mais fortes da heterogeneidade salarial entre diplomados. A evidência internacional mostra que graus associados a profissões com elevada procura ou regulamentadas apresentam retornos salariais substancialmente superiores aos de áreas mais gerais (Altonji et al., 2012). A investigação portuguesa confirma igualmente este padrão, mostrando que diplomados de CTEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) e de áreas relacionadas com a saúde apresentam, de forma sistemática, melhores resultados do que os das humanidades e das ciências sociais, quer em termos salariais, quer em termos de qualidade do alinhamento entre a formação e o emprego (Tavares et al., 2023a). Em contraste, uma vez controladas a área de estudo e o nível do grau, as diferenças entre instituições públicas e privadas, ou entre instituições com diferentes níveis de prestígio, tendem a ser mais limitadas, sugerindo que, em Portugal, as dimensões da qualidade do emprego são determinados sobretudo pela área da formação e não por rótulos institucionais.

Os fatores contextuais também moldam os resultados salariais, ao condicionarem as oportunidades disponíveis no momento de entrada no mercado de trabalho. As condições económicas regionais influenciam os níveis salariais através de diferenças na procura de trabalho, na composição setorial e na produtividade, pelo que os diplomados empregados em regiões mais dinâmicas tendem a obter melhores remunerações. As condições de entrada ao longo do ciclo económico são igualmente relevantes. A evidência de recessões anteriores mostra que concluir os estudos em contextos de mercado de trabalho mais fracos pode ter efeitos persistentes nos rendimentos, uma vez que a entrada no primeiro emprego influencia frequentemente as trajetórias profissionais subsequentes (Kahn, 2010). No caso português, é provável que a pandemia e o período subsequente tenham afetado de forma desproporcionada a coorte de 2020/21, contribuindo para resultados iniciais mais desfavoráveis em termos de salários e de estabilidade no emprego (Rodrigues et al., 2024). Em termos globais, as diferenças salariais entre diplomados do ensino superior refletem a interação entre características individuais, trajetórias educativas e o contexto económico mais amplo em que ocorre a transição para o emprego.

De modo geral, a literatura mostra que os salários entre diplomados do ensino superior refletem a interação entre características individuais, percursos educativos e o contexto económico. No entanto, os salários captam apenas uma dimensão da qualidade do emprego e podem divergir de outros indicadores, como a estabilidade e a satisfação.

2.2 TIPO DE CONTRATO

Uma característica relevante da empregabilidade é o tipo de contrato estabelecido entre o trabalhador e a entidade empregadora, nomeadamente a dicotomia entre contrato a termo e precariado sem termo. Embora um contrato a termo possa ser entendido como uma forma de precariedade, pode também constituir um primeiro passo no processo de recrutamento e ser encarado como uma etapa experimental no percurso rumo a um contrato mais permanente

(Portugal & Varejão, 2022). As entidades empregadoras recorrem a contratos a termo para avaliarem a adequação do trabalhador à função, num contexto de informação imperfeita (Salladarré & Hlaimi, 2014).

No entanto, os empregos a termo podem transformar-se numa situação duradoura para muitos trabalhadores, uma vez que, em geral, implicam menores custos de despedimento e, por isso, proporcionam maior flexibilidade de decisão perante mudanças imprevistas, que podem ocorrer tanto no mercado de trabalho como nos setores em que as empresas operam. É razoável assumir que a ideia de que os contratos a termo são apenas um trampolim para contratos sem termo se verifica apenas parcialmente, sendo que, em muitos países, as taxas de conversão de contratos temporários em contratos permanentes dentro das mesmas empresas se situam em cerca de um terço do total de contratos (Salladarré & Hlaimi, 2014). Assim, entre os recém-diplomados, é importante avaliar a prevalência deste tipo de contrato, que pode variar significativamente entre 1 e 5 anos após a entrada no mercado de trabalho.

Na literatura, a maioria dos estudos empíricos simplifica as tipologias de contratos a uma distinção binária entre contratos a termo e contratos sem termo. De forma semelhante a este estudo, apenas um número limitado de trabalhos procura identificar os determinantes dos trabalhadores se situarem numa destas duas categorias contratuais. A literatura é ainda mais escassa quando se centra exclusivamente em diplomados do ensino superior. As abordagens mais comuns tratam o tipo de contrato como variável explicativa de outras características associadas à qualidade do emprego. Entre os mais frequentes estão a satisfação no emprego (Canzio et al., 2023; Goldan et al., 2023), os salários (Fauser & Gebel, 2023) e aspetos mais amplos da carreira, como a mobilidade laboral futura (Filomena & Picchio, 2022; Eberlein et al., 2024). Outro aspeto importante associado a este tipo de contrato é a sua utilização como determinante da saúde (Benach et al., 2014). Assim, a identificação dos determinantes de estar numa posição com contrato sem termo ou a termo é menos frequente na literatura.

No entanto, a maioria dos artigos mais recentes adota uma abordagem diferente. O tipo de contrato é, em geral, usado em combinação com um conjunto de variáveis para construir “índices de precariedade”, uma vez que o emprego precário é considerado um conceito multidimensional que abrange outras dimensões da qualidade do emprego, como os salários, a sobrequalificação e o número de horas trabalhadas (Kreshpaj et al., 2020). Assim, o tipo de contrato de trabalho, enquanto variável a ser explicada, tende a ser relegado ao segundo plano em favor de um conceito mais amplo de precariedade.

Quer usando o tipo de contrato como variável autónoma, quer analisando índices de precariedade, a literatura identifica padrões relevantes que explicam estas variáveis. Uma vez que grande parte da literatura não se centra exclusivamente em diplomados do ensino superior, um primeiro resultado importante é que níveis mais elevados de escolaridade estão, em geral, associados a menores probabilidades de contratação a termo (Bratić & Vukšić, 2014; Karabchuk, 2012; Kretsos & Livanos, 2016). Orfao et al. (2021) concluem que o ensino superior constitui um ativo importante para reduzir a probabilidade de contratos a termo, mas que esta variável tem um efeito mais baixo, ainda que positivo, em Portugal, Itália e Espanha. Baranski (2014) observa,

na Polónia, que o ensino superior se associa a uma menor propensão de contratos a termo, mas apenas entre indivíduos com 30 ou mais anos, o que é compatível com a hipótese do “contrato a termo como etapa de transição”. Através de um índice multidimensional de precariedade, Lee e Baek (2024) identificam que as trajetórias de precariedade estão fortemente associadas a trabalhadores com níveis de escolaridade mais baixos.

Em termos de características pessoais, a maioria dos artigos analisados aborda a variável género e conclui que as mulheres têm maior probabilidade de se encontrarem em contratos a termo (Barański, 2014; Orfao et al., 2021; Salladarre & Hlaimi, 2007) ou numa posição mais precária (Lee & Baek, 2025). Murillo-Huertas et al. (2023) concluem igualmente, com base num conjunto de dados para Espanha entre 2006 e 2019, que as mulheres apresentam uma probabilidade mais elevada de estar abrangidas por um contrato a termo, e decompõem ainda as diferenças entre homens e mulheres através de uma decomposição de Oaxaca–Blinder. Sendo uma exceção relevante, Karabchuk (2012) identifica que, na Rússia, as mulheres estão, em geral, mais associadas a contratos sem termo, característica que a autora descreve como específica do mercado de trabalho russo.

Como esperado, os mais jovens tendem, em geral, a estar mais associados a contratos a termo (Bratić & Vukšić, 2014; Karabchuk, 2012; Salladarre & Hlaimi, 2007; Sapkal & Sundar, 2017). No entanto, na Coreia do Sul, o índice de precariedade parece estar menos correlacionado com a idade, uma vez que muitos trabalhadores mais velhos encerram as suas carreiras com contratos a termo (Lee & Baek, 2025).

Outras variáveis ao nível individual são consideradas relevantes. Trabalhar durante os estudos diminuiu a probabilidade de se estar abrangido por um contrato a termo num conjunto de países europeus incluídos no European Labour Force Survey (Garrouste & Rodrigues, 2014). Estar casado ou ter filhos é igualmente relevante para explicar a natureza dos contratos, uma vez que as pessoas que nunca casaram estão associadas a uma maior proporção de contratos a termo (Salladarre & Hlaimi, 2007; Kretsos & Livanos, 2016), enquanto ter filhos reduz a probabilidade de estar em contratos a termo (Baranski, 2014).

A área de estudo do diplomado parece ser uma variável importante para explicar este fenómeno. Num artigo centrado em diplomados do ensino superior com menos de três anos após a conclusão do curso, Garrouste e Rodrigues (2014) utilizaram dados do European Labour Force Survey para identificar os determinantes de obter uma posição com contrato sem termo ou com contrato a termo. Os autores focam-se na área de estudo do diplomado e concluem que há uma heterogeneidade relevante entre as áreas na maioria dos países da amostra. Em particular, os diplomados de Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção e de Ciências Sociais, Comércio e Direito apresentam maior probabilidade de encontrar emprego com contrato sem termo, ao passo que diplomados de Humanidades, Línguas e Artes e de Formação de Professores e Ciências da Educação apresentam menor probabilidade.

Tanto quanto é do nosso conhecimento, não existem trabalhos que testem o tipo de instituição de ensino superior como fator que explique a probabilidade dos diplomados estarem abrangidos por contratos a termo. Na abordagem mais próxima, Sapkal e Sundar (2017)

analisam, para a Índia no período 2009–2012, se o diploma num grau de natureza mais vocacional influencia a prevalência de contratos a termo, mas não encontraram diferenças estatisticamente significativas entre o tipo de grau.

As diferenças entre países são testadas sempre que os estudos utilizam mais do que um país (Garrouste & Rodrigues, 2014; Kretsos & Livanos, 2016) e, em geral, observa-se uma heterogeneidade significativa ao nível do país, sendo o país uma variável relevante para explicar diferenças nos níveis de contratos a termo ou de precariedade. O mesmo se verifica entre setores de atividade, estando documentadas diferenças importantes (Bratić & Vukšić, 2014; Kretsos & Livanos, 2016). A dimensão da empresa, medida pelo número de trabalhadores, tem um efeito neutro ou negativo na explicação dos níveis de contratos a termo, uma vez que empresas com mais de 25 trabalhadores se associam a níveis mais baixos de emprego a termo (Salladarre & Hlaimi, 2007), embora não se tenha observado um efeito semelhante na Polónia (Barański, 2014).

2.3 SATISFAÇÃO NO EMPREGO

A satisfação no emprego capta avaliações subjetivas do emprego que os salários e o tipo de contrato, por si só, não conseguem captar. Na literatura, é tipicamente operacionalizada como uma apreciação global do grau em que o emprego corresponde às expectativas individuais, abrangendo tanto dimensões intrínsecas quanto extrínsecas. A satisfação no emprego não pode, evidentemente, ser atribuída diretamente à experiência de ensino superior do diplomado, mas constitui um resultado importante da qualidade do emprego a considerar quando se analisa o efeito do ensino superior nos percursos e nas dinâmicas futuras de inserção profissional dos diplomados.

Entre os fatores individuais, o género é uma variável frequentemente estudada, embora a evidência seja mista. Alguns estudos reportam níveis de satisfação no emprego mais baixos entre mulheres (Espinoza et al., 2024, para diplomados chilenos), enquanto outros não encontram diferenças estatisticamente significativas após controlar pelas outras características do emprego (Gajderowicz et al., 2014, para vários países europeus; Kalamatianou, 2018, para diplomados gregos em ciências sociais; De Santis et al., 2021, para diplomados argentinos em ciências económicas). Shi et al. (2023), para diplomados do ensino superior na China, concluem que as mulheres apresentam satisfação no emprego ligeiramente superior à dos homens, mas apenas entre trabalhadores sobrequalificados. Em termos gerais, o efeito do género tende a diluir-se à medida que as estimações econométricas se tornam mais robustas no controlo de outros fatores explicativos.

O desempenho académico e a experiência profissional prévia estão positivamente associados à satisfação no emprego, em parte, através do seu efeito na qualidade do alinhamento entre o emprego e as qualificações. Nessa linha, o artigo de Hojda et al. (2022) identifica que ter experiência profissional anterior num emprego diferente da área do curso contribui para uma menor satisfação no emprego. O mesmo estudo conclui que a experiência internacional durante os estudos não tem um efeito estatisticamente significativo numa medida conjunta de

alinhamento e satisfação no emprego. A idade do diplomado no início do emprego apresenta associação negativa com a satisfação no emprego, no contexto da China (Shi et al., 2023).

Dos artigos analisados, apenas o trabalho de Shi et al. (2023) relaciona a satisfação no emprego com o tipo de instituição, concluindo que o efeito do tipo de instituição sobre a satisfação no emprego não é estatisticamente significativo. A maioria dos estudos adota abordagens centradas numa única instituição de ensino superior, o que não permite avaliar este efeito.

A área de estudo é o preditor institucional mais consistente da satisfação no emprego. Os diplomados de áreas com fortes ligações ocupacionais (por exemplo, Engenharia e Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC) reportam níveis mais elevados de satisfação no emprego, enquanto os de Artes, Humanidades e Ciências Sociais tendem a apresentar níveis mais baixos, em linha com a maior exposição ao desalinhamento entre a formação e o emprego (Robst, 2007). No âmbito das Ciências Económicas, De Santis et al. (2021) documentam que diplomados em Contabilidade e Administração apresentam maior satisfação no emprego do que os de Economia. De forma semelhante a Robst, Hojda et al. (2022) concluem, para diplomados polacos, que os diplomados em Ciências Naturais têm maior probabilidade de apresentar níveis mais elevados de satisfação no emprego. Contudo, Espinoza et al. (2024) reportam um resultado no sentido oposto, concluindo que os diplomados em Educação, Humanidades e Saúde são significativamente mais satisfeitos no emprego do que os diplomados de outras áreas e das CTEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática). Os autores atribuem este resultado à inclusão, na regressão, de variáveis como o salário, sugerindo que os diplomados destas áreas apresentam maior satisfação no emprego após corrigir pela sua “situação de precariedade”, isto é, que alguns diplomados de CTEM estariam mais insatisfeitos com a sua condição se auferissem um salário semelhante ao recebido em Educação e Humanidades. Sem comparar diretamente áreas distintas, Gajderowicz et al. (2014) contribuem para a discussão ao identificar que os determinantes da satisfação no emprego variam significativamente entre as áreas de estudo, sendo a mensagem principal a de que os mercados de trabalho e o seu funcionamento se encontram claramente segmentados por estas áreas.

As condições contextuais no momento de entrada no mercado de trabalho também são relevantes. Concluir o curso durante uma recessão económica associa-se a níveis mais baixos de satisfação no emprego nas fases iniciais da carreira (Kahn, 2010). No presente relatório, a pandemia de COVID-19 pode constituir uma influência contextual semelhante para os que concluíram em 2020–2021, quando comparados à coorte anterior, que entrou no mercado de trabalho muito antes da pandemia.

Como já foi identificado em discussões anteriores, a literatura tende, em geral, a examinar a forma como estas características da qualidade do emprego se correlacionam entre si. Em particular, no caso da satisfação no emprego, medidas de desalinhamento vertical e horizontal são variáveis explicativas frequentemente utilizadas para explicar este resultado. Um dos achados mais robustos na literatura é a associação negativa entre o desalinhamento vertical e a satisfação no emprego. Os diplomados sobrequalificados e diplomados que trabalham fora da sua área reportam, de forma consistente, níveis mais baixos de satisfação no emprego do que

os diplomados alinhados (Allen, 2001; Verhaest & Van Der Velden, 2013; Kalamatianou, 2018; De Santis et al., 2021; Shi et al., 2023). No que respeita ao desalinhamento horizontal, Espinoza et al. (2024) documentam que um alinhamento maior se traduz em maior satisfação no emprego.

A qualidade do contrato é também abordada, verificando-se que trabalhadores com uma maior perceção de risco de cessação do contrato apresentam menor satisfação no emprego (Chadi & Hetschko, 2016; Aleksynska, 2018; Kalamatianou, 2018), embora a diferença entre contrato sem termo e contrato a termo não revele diferenças estatisticamente significativas na satisfação no emprego no caso chileno (Espinoza et al., 2024). A literatura documenta ainda a relação positiva, bastante expectável, entre salário e satisfação no emprego (Kalamatianou, 2018; De Santis et al., 2023; Shi et al., 2023; Espinoza et al., 2024).

2.4 SOBREQUALIFICAÇÃO

A sobrequalificação, ou desalinhamento vertical, ocorre quando um trabalhador detém qualificações superiores às exigidas para o emprego. Trata-se de um fenómeno amplamente documentado na literatura, com evidência consistente de penalizações salariais associadas e menor satisfação no emprego em comparação com trabalhadores alinhados (Allen, 2001; McGuinness, 2006a). Do ponto de vista teórico, a sobrequalificação pode ser interpretada como uma forma dos trabalhadores acumularem experiência, servindo por isso como uma lógica transitória com vista a melhores alinhamentos (Sicherman, 1991; Baert, Cockx & Verhaest, 2013), ou como uma característica mais persistente da segmentação do mercado de trabalho, refletindo o desfazamento entre a expansão do sistema educativo e a procura de emprego (Hartog, 2000).

Entre os determinantes individuais, as mulheres têm maior probabilidade do que os homens de se encontrarem em situação de sobrequalificação em muitos contextos nacionais, em parte como reflexo de segregação ocupacional. A experiência profissional prévia e os estágios reduzem o risco de sobrequalificação no momento de entrada no mercado de trabalho, provavelmente porque contribuem para um melhor alinhamento entre o diplomado e o posto de trabalho. Em relação ao grau os diplomados de mestrado apresentam taxas de sobrequalificação mais elevadas porque a oferta de empregos que requerem esse nível de qualificação não acompanha o ritmo de expansão da formação após a licenciatura (Quintini, 2011).

A área científica do curso está entre os preditores mais fortes da sobrequalificação. Os diplomados de profissões regulamentadas (por exemplo, medicina, farmácia, engenharia) enfrentam taxas de sobrequalificação substancialmente mais baixas, ao passo que os diplomados de áreas mais gerais, como as artes, as humanidades e as ciências sociais, estão consideravelmente mais expostos (Verhaest & van der Velden, 2013; Verhaest et al., 2017). Em Portugal, a sobrequalificação é particularmente prevalente entre as coortes mais jovens e entre diplomados de áreas não-CTEM.

2.5 ABORDAGENS METODOLÓGICAS NA LITERATURA

A literatura desenvolveu um conjunto de abordagens empíricas para analisar a qualidade do emprego em múltiplas dimensões. Esta subsecção revê as principais abordagens metodológicas utilizadas em estudos desse tipo e enquadra, nessa literatura, a estratégia empírica adotada neste relatório. As metodologias combinam, tipicamente, estatística descritiva com modelos econométricos (por exemplo, método dos mínimos quadrados, (OLS), logit e logit multinomial). A análise fatorial é tipicamente utilizada para sintetizar indicadores de desalinhamentos de competências (OCDE, 2019), que não serão abordados neste relatório.

As análises empíricas dos resultados salariais entre diplomados do ensino superior são, em geral, conduzidas no âmbito do quadro teórico do capital humano, e recorrem a regressões para caracterizar diferenciais salariais entre indivíduos e grupos. Na literatura, a especificação empírica padrão consiste em estimar equações salariais por mínimos quadrados (OLS), em particular em estudos baseados em inquéritos a diplomados. Esta abordagem é amplamente aceite quando o objetivo é descritivo ou correlacional, isto é, o de identificar padrões nos resultados salariais em função de características individuais, percursos educativos e contexto do mercado de trabalho, mais do que identificar causalidade dos percursos educativos nos rendimentos.

Nos estudos de acompanhamento de diplomados, os salários são, mais frequentemente, operacionalizados como salário médio por hora e como o seu logaritmo. Esta opção reflete a necessidade de acomodar a diversidade do número de horas trabalhadas por semana e de atenuar a marcada assimetria à direita das distribuições de rendimentos, sobretudo em amostras de início de carreira. Van der Velden e Allen (2011), recorrendo ao inquérito REFLEX, estimam regressões por mínimos quadrados (OLS) do salário por hora em função do género, idade, nível do grau, área de estudo e experiência profissional prévia, justificando explicitamente esta abordagem pela natureza transversal dos dados e pelo enfoque em diplomados nas fases iniciais de integração no mercado de trabalho. Inquéritos europeus a diplomados subsequentes adotam estratégias semelhantes. Em particular, o trabalho analítico do Eurograduate baseia-se em salários por hora auto-reportados, combinados com procedimentos de truncagem (trimming) ou winsorização, de modo a assegurar robustez e comparabilidade (Eurograduate, 2022).

Estudos baseados em dados administrativos adotam, em regra, especificações muito semelhantes, mas com mais variáveis de controlo. As análises que recorrem a bases de dados que relacionam o empregador e o trabalhador, como no caso dos Quadros de Pessoal em Portugal, estimam regressões do logaritmo do salário por OLS e incluem, controlos para todo um conjunto de características da empresa. Alves et al. (2017) seguem esta abordagem para analisar a desigualdade salarial por género, e mostram que os diferenciais salariais por género e escolaridade persistem mesmo após controlar para as características do emprego e da empresa. A evidência proveniente de meta-análises sobre os prémios salariais confirma que as regressões por OLS constituem a espinha dorsal empírica da literatura em diferentes contextos institucionais e países (Psacharopoulos & Patrinos, 2018).

As diferenças de género nos salários dos diplomados são, em geral, analisadas no mesmo quadro de regressão. Embora alguns estudos estendam a análise através de técnicas de decomposição, em particular, através da decomposição de Oaxaca–Blinder, estes métodos são tipicamente utilizados como complemento às regressões salariais de base, e não como substitutos. Blau e Kahn (2017) apresentam uma aplicação abrangente desta abordagem em contexto internacional, e as aplicações para Portugal recorrem, de forma semelhante, a decomposições para aprofundar a interpretação das estimativas por OLS (Alves et al., 2017).

Os determinantes institucionais dos salários, em particular a área científica do curso, são incorporados através de efeitos fixos. A literatura documenta, de forma consistente, discrepâncias significativas nos resultados salariais entre áreas. Altonji et al. (2012) estimam equações de rendimentos que estimam diferenças entre graus e áreas, recorrendo tanto a OLS como a estratégias de variáveis instrumentais, para controlar para a seleção nos percursos educativos. Contudo, o uso de variáveis instrumentais exige dados administrativos e dados de acesso sobre os inquiridos que não estão disponíveis na maioria dos inquéritos a diplomados. Por isso, os estudos europeus e portugueses recorrem tipicamente a especificações OLS com um conjunto detalhado de controlos para a área de estudo, o nível do grau e o tipo de instituição, como em Tavares et al. (2023b).

Uma extensão adicional das regressões salariais consiste na inclusão de indicadores que captem desalinhamentos verticais ou de competências. McGuinness (2006) estima regressões salariais por OLS, comparando trabalhadores alinhados e sobrequalificados, e documenta penalizações salariais sistemáticas associadas à sobrequalificação. Quintini (2011) incorpora, de forma semelhante, índices de desalinhamento de competências em regressões salariais com recurso a dados da OCDE, mostrando que o desalinhamento entre as competências detidas e as competências exigidas está associado a menores rendimentos.

Por fim, os fatores contextuais são, em geral, captados através de indicadores de coorte ou de variáveis que refletem as condições do mercado de trabalho no momento de entrada. Recorrendo a dados em painel, Kahn (2010) mostra que a obtenção do diploma durante uma recessão económica tem efeitos negativos persistentes sobre os salários. Na ausência de dados em painel, os inquéritos a diplomados costumam aproximar estes efeitos através de comparações entre coortes ou de interações específicas por coorte, uma abordagem adotada no enquadramento analítico do Eurograduate, mas bem mais explorada noutras bases de dados do género, como o European Labour Force Survey.

De um modo geral, a estratégia empírica adotada neste relatório, que consiste na estimação por OLS de salários por hora winsorizados e padronizados, com controlos para características individuais, percursos educativos, características institucionais e condições contextuais, está alinhada com as práticas predominantes na literatura. Com base nestas práticas metodológicas, a secção seguinte apresenta os dados do Eurograduate e descreve a estratégia empírica para analisar os diferentes aspetos da qualidade do emprego entre recém-diplomados em Portugal.

3. METODOLOGIA

3.1 QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

A segunda parte do relatório analisa de que forma a qualidade do emprego entre os diplomados do ensino superior em Portugal varia segundo as dimensões do mercado de trabalho e entre diferentes grupos de diplomados. Esta segunda parte é o seguimento natural da primeira, que se centrava nas determinantes do desemprego, sendo a análise agora sobre a qualidade dos empregos dos diplomados após a conclusão do ensino superior.

Esta parte aborda três questões de investigação. Em primeiro lugar, em que medida os resultados de qualidade do emprego diferem entre as coortes de diplomados, em particular entre diplomados com diferentes anos de experiência no mercado de trabalho? Em segundo lugar, até que ponto a qualidade do emprego pode ser associada a características individuais, trajetórias académicas e perfis institucionais, incluindo género, desempenho académico, nível do grau, área de estudo, tipo de instituição, experiência profissional prévia e circunstâncias familiares? Em terceiro lugar, de que forma as diferentes desvantagens na qualidade dos empregos tenderão a acumular-se nos mesmos diplomados, e que características dos diplomados tendem a acumular mais desvantagens?

Para responder a estas questões, analisamos cinco dimensões da qualidade do emprego: o salário por hora, a qualidade do vínculo, a satisfação no emprego, o desalinhamento vertical e o desalinhamento horizontal. Começamos por documentar, do ponto de vista descritivo, diferenças entre coortes e segundo as características dos diplomados nestas variáveis; em seguida, estimamos modelos de regressão multivariados para cada dimensão; e, por fim, adotamos uma perspetiva multidimensional, examinando a incidência cumulativa de desvantagens ao longo destas cinco dimensões.

3.2 O INQUÉRITO EUROGRADUATE NO CONTEXTO PORTUGUÊS

A investigação sobre os resultados dos diplomados no mercado de trabalho em Portugal recorre a várias fontes de dados complementares, nomeadamente aos Quadros de Pessoal, ao Inquérito ao Emprego e ao Inquérito Eurograduate. Estas fontes diferem no seu âmbito e no seu potencial analítico. Os dados administrativos e os inquéritos aos agregados familiares são essenciais para acompanhar o emprego e os salários em termos agregados, mas o Inquérito Eurograduate é particularmente valioso para o presente relatório, mais focado em políticas de ensino superior, uma vez que combina dimensões da qualidade do emprego de natureza percecional, como a satisfação com o emprego, com informações detalhadas sobre as trajetórias educativas dos diplomados. Isto torna-o especialmente adequado para analisar dimensões da empregabilidade dos diplomados que vão além do mero estatuto de emprego, incluindo

a estabilidade contratual, a satisfação no emprego e diferentes formas de desalinhamento educativo. Este enfoque é consistente com os objetivos mais amplos do projeto, que pretende analisar não apenas o desemprego, mas também a qualidade do emprego dos diplomados no mercado de trabalho.

O Eurograduate é um inquérito de grande escala de acompanhamento de diplomados, coordenado a nível europeu, concebido para monitorizar os resultados iniciais dos diplomados do ensino superior no mercado de trabalho. Tem como população-alvo os diplomados entre um e cinco anos após a conclusão do curso e disponibiliza informações sobre diversos grupos de variáveis, incluindo características sociodemográficas e de contexto familiar, percursos educativos e qualificações, experiências de transição para o emprego e características do emprego atual. Para além de indicadores clássicos do mercado de trabalho, como a situação perante o emprego, os rendimentos, as horas de trabalho e o tipo de contrato, o inquérito inclui medidas de satisfação no emprego, mobilidade geográfica, desalinhamento educativo e o alinhamento entre as competências dos diplomados e os requisitos dos seus postos de trabalho. Esta combinação de informação objetiva e percecionada torna o Eurograduate particularmente adequado para os objetivos deste relatório.

O exercício de recolha de 2022, o primeiro em que entra Portugal, abrange diplomados dos anos letivos de 2016/17 e 2020/21, permitindo comparações entre coortes. Neste relatório, recorreremos à versão portuguesa da base de dados do Eurograduate, alojada nos servidores da DGEEC. Para assegurar consistência e comparabilidade ao longo das análises, é descrita a construção dos principais indicadores e definida a amostra a ser utilizada tanto nas análises descritivas quanto nas econométricas.

Construção das variáveis relativas à qualidade do emprego

Construímos as variáveis da qualidade do emprego da forma habitualmente utilizada na literatura:

- **Salário bruto por hora (winsorizado):** Os salários por hora foram calculados através do rendimento mensal dividido pelo número de horas semanais reportadas, e depois multiplicado por 4,33. Para reduzir a influência de *outliers*, os salários são winsorizados nos percentis 3 e 97 em cada coorte, ou seja, valores inferiores ao percentil 3 e superiores ao percentil 97 são substituídos pelos valores desses percentis. As análises salariais são restritas a diplomados empregados que trabalham pelo menos 15 horas por semana, o que exclui empregos residuais e melhora a comparabilidade entre indivíduos.
- **Tipo de contrato:** A estabilidade contratual é captada através de um indicador binário igual a 1 se o diplomado detiver um contrato sem termo (permanente) e igual a 0 se o contrato for a termo ou estiver classificado como “outro”. Esta variável é definida apenas para os inquiridos a quem se aplica a pergunta sobre o contrato, isto é, para os trabalhadores por conta de outrem.

- **Satisfação no emprego:** A satisfação global no emprego é medida numa escala de 5 pontos. A codificação original do inquérito Eurograduate é invertida, de modo que valores mais elevados correspondam a níveis mais elevados de satisfação (1 = satisfação mais baixa; 5 = satisfação mais elevada).
- **Desalinhamento vertical:** O desalinhamento vertical compara o grau mais elevado concluído pelo diplomado com o nível de qualificações exigido pelo emprego atual, sendo esta última medida percecionada pelo diplomado. Definem-se três categorias: alinhado (qualificações obtidas iguais às exigidas), sobrequalificado (qualificações obtidas superiores às exigidas) e subqualificado (qualificações obtidas inferiores às exigidas).
- **Desalinhamento horizontal:** O desalinhamento horizontal capta o grau em que o emprego do diplomado está relacionado com a sua área de estudo. O indicador é construído a partir da média de três itens do inquérito Eurograduate, nomeadamente, se “o seu emprego atual está alinhado com o curso em relação à área de formação”, “o seu emprego atual está alinhado com o curso em relação à sua posição”, e “o seu emprego atual está alinhado com o curso em relação ao nível das suas tarefas”, que se referem à correspondência entre as qualificações, a área de estudo, posição ocupada e as tarefas desempenhadas pelo diplomado. As respostas são registadas numa escala de cinco pontos, que varia entre correspondência muito baixa e correspondência muito elevada entre o emprego e a área de estudo. Quando apenas um ou dois dos indicadores estava disponível, a média foi calculada apenas para os indicadores disponíveis. A média resultante foi depois arredondada para o número inteiro mais próximo.

Estes indicadores constituem as variáveis de interesse analisadas nas secções descritivas e econométricas que se seguem.

Construção da amostra

Cada modelo econométrico é estimado utilizando o subconjunto da amostra com informação não omissa sobre a variável dependente correspondente e sobre o conjunto completo de variáveis de controlo incluídas na especificação de base. Uma vez que alguns indicadores dependem de informação específica, por exemplo, a variável do rendimento bruto por hora requer dados válidos sobre rendimentos e horas de trabalho, e o tipo de contrato é observável apenas para trabalhadores por conta de outrem, o número de observações válidas varia entre modelos.

A Tabela 1 apresenta as amostras finais utilizadas nas análises de regressão para cada variável dependente e coorte. Todos os modelos incluem os mesmos controlos de base: género, idade e idade ao quadrado, média final (GPA), nível do grau, área de estudo, tipo de instituição, experiência profissional prévia ou de estágio durante os estudos, estado civil, existência de filhos, situação de trabalho a tempo parcial (trabalhar menos de 30 horas por semana), um

indicador de mobilidade inter-regional dentro de Portugal (se o diplomado trabalha numa região NUTS III diferente da região da instituição de ensino superior frequentada), e coorte.

Uma vez que as variáveis de controlo não mudam entre as variáveis da qualidade do emprego, as diferenças no tamanho amostral entre resultados refletem apenas as variações na disponibilidade de dados para as variáveis relevantes. Detalhes adicionais sobre a construção da amostra e a disponibilidade das variáveis são apresentados na Tabela D1 do Apêndice D..

Variável dependente	Coorte 2017	Coorte 2021
Salário bruto por hora (OLS)	4 879	5 374
Tipo de contrato (logit)	4 100	4 631
Satisfação com o emprego (OLS)	5 109	5 759
Desalinhamento vertical (logit)	5 102	5 756
Desalinhamento horizontal (logit ordinal)	5 109	5 763

Tabela 1. Amostras utilizadas nos modelos de regressão.

Nota: Os tamanhos amostrais correspondem ao número de observações utilizadas nos modelos de regressão apresentados nas Tabelas 8-12. As diferenças entre as variáveis dependentes decorrem de requisitos específicos de informação de cada uma delas.

3.3 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Esta secção apresenta evidência descritiva sobre os indicadores da qualidade do emprego dos diplomados do ensino superior em Portugal, utilizando as coortes de 2016/17 e 2020/21 do inquérito Eurograduate. A análise centra-se em cinco dimensões da qualidade do emprego: salário por hora, estabilidade contratual, satisfação no emprego, desalinhamento vertical e desalinhamento horizontal.

A secção desenvolve-se em três etapas. Em primeiro lugar, descrevemos a composição das duas coortes. Em segundo lugar, comparamos a distribuição dos indicadores de qualidade do emprego entre coortes. Em terceiro lugar, analisamos diferenças segundo algumas características seleccionadas dos diplomados, nomeadamente o género, o nível do grau e o tipo de instituição. Todos os resultados apresentados nesta secção são incondicionais, isto é, não controlam para outras características dos diplomados.²

3.3.1 Composição da amostra

A Tabela 2 apresenta as principais características das duas coortes. A coorte de 2020/21 é, em média, mais jovem e inclui uma proporção mais elevada de mulheres em comparação com a coorte de 2016/17. Apresenta igualmente uma menor proporção de indivíduos casados ou com filhos.

[2] As tabelas que servem de base às figuras apresentadas nesta secção estão disponíveis no Apêndice C.

A distribuição pelo nível do ciclo de estudos é, em termos gerais, semelhante entre as coortes, observando-se, na coorte de 2020/21, uma proporção ligeiramente mais elevada de diplomados de Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP) e uma proporção mais baixa de diplomados de mestrado integrado. A composição por tipo de instituição mantém-se relativamente estável entre as coortes.

A Figura 1 apresenta a distribuição dos diplomados por área de estudo. Embora a distribuição global seja semelhante, observam-se diferenças nas proporções relativas das áreas entre as coortes.

Variável	Categoria / Estatística	Coorte 2017	Coorte 2021
Sexo	Mulheres (%)	60,7	64,4
Idade	Média (Desvio-padrão)	31,6 (7,6)	27,3 (7,8)
Média Final	10–13,9	24,7	20,8
	14–15,9	40,8	39,9
	16–17,9	27,9	31,8
	18–20	6,6	7,6
Estado Civil	Casado / Unido de facto (%)	54,5	27,6
Filhos	Com filhos (%)	19,6	10,2
Tipo de IES	Universitário Público (%)	50,4	49,4
	Politécnico Público (%)	32,4	29,9
	Universitário Privado (%)	13,6	15,9
	Politécnico Privado (%)	3,6	4,9
	CTeSP (%)	2,9	4,3
Nível do grau	Licenciatura (%)	59,9	61,1
	Mestrado 2º Ciclo (%)	26,9	26,7
	Mestrado Integrado (%)	10,3	7,9
Características do Emprego	Tempo parcial (<30h/semana) (%)	6,4	10,6
	Trabalha numa NUTS III diferente (%)	41,6	37,2
Dimensão da amostra	N	7 415	10 773

Tabela 2. Características da amostra por coorte

Notas: As percentagens referem-se às proporções dentro de cada coorte. “Casado/ unido de facto” refere-se a respondentes que reportam estar casados, em união registada ou a coabitar com um(a) parceiro(a). A idade é apresentada como média (desvio padrão). No caso das características do emprego, as percentagens são calculadas com base em diplomados empregados com informação válida na variável correspondente.

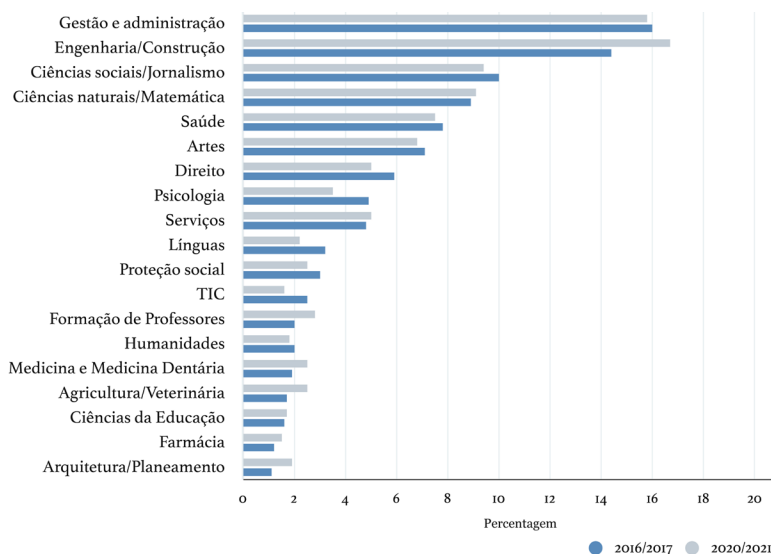


Figura 1. Distribuição dos diplomados por área científica e coorte

Nota: As percentagens correspondem a proporções dentro de cada coorte. As áreas científicas estão ordenadas pela sua proporção na coorte 2020/21. Os rótulos do gráfico mantêm-se iguais aos da base de dados. Número de observações: 2017 = 7 415; 2021 = 10 773

3.3.2 Comparação entre coortes das variáveis da qualidade do emprego

A Figura 2 apresenta, por coorte, o salário por hora médio e a proporção de diplomados com contrato sem termo³. Os salários médios são mais baixos na coorte de 2020/21 quando comparados com a coorte de 2016/17. A proporção de diplomados com contrato sem termo é também mais baixa na coorte mais recente. A Figura 3 apresenta a distribuição da satisfação no emprego, do desalinhamento vertical e do alinhamento horizontal. Os níveis de satisfação no emprego são semelhantes entre coortes, com a maioria dos diplomados a reportar valores na parte superior da escala.

A distribuição do desalinhamento vertical difere entre coortes. A proporção de diplomados sobrequalificados é mais elevada em 2020/21, enquanto a proporção de diplomados subqualificados é mais baixa. O alinhamento horizontal também difere entre coortes, observando-se uma deslocação da distribuição entre categorias.⁴

[3] As estatísticas descritivas do salário por hora, incluindo os tamanhos amostrais e as medidas de dispersão, são apresentadas na Tabela D1 do Apêndice D.

[4] A tabela de frequências é apresentada no Apêndice.

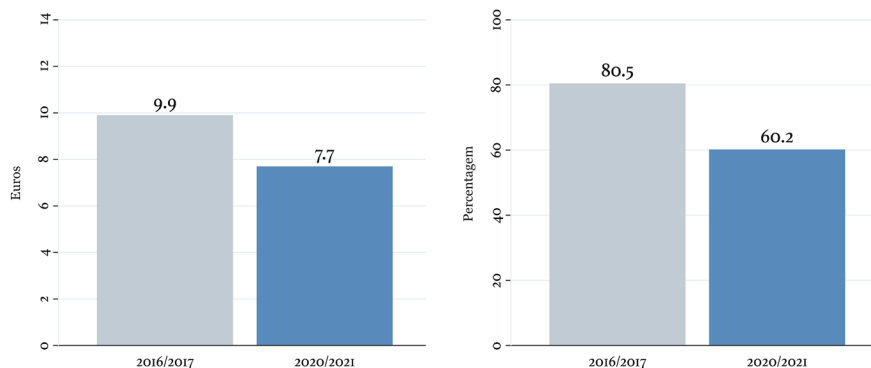


Figura 2. Salário e tipo de contrato dos diplomados de ensino superior, por coorte

Nota: Os salários por hora são calculados a partir dos rendimentos mensais e das horas de trabalho reportadas e são winsorizados nos percentis 3 e 97, de modo a limitar a influência de valores extremos. A proporção de diplomados com contrato sem termo corresponde à percentagem de diplomados empregados por conta de outrem que reportam ter contrato de trabalho permanente. Os rótulos do gráfico mantêm-se iguais aos da base de dados.

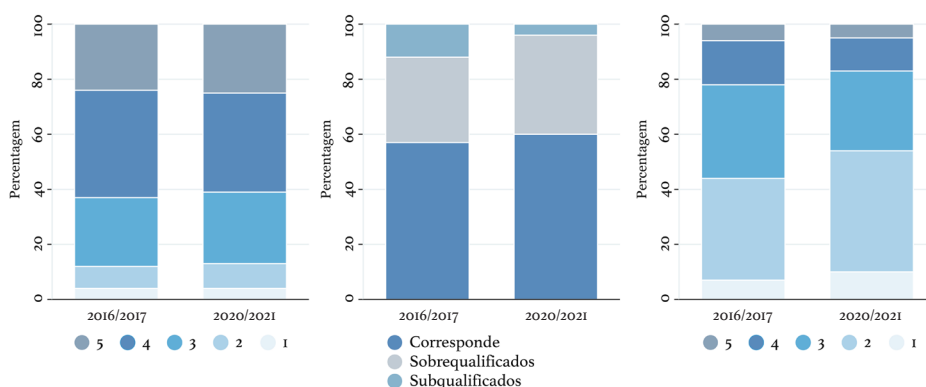


Figura 3. Distribuições da satisfação no emprego, do desalinhamento vertical e do desalinhamento horizontal, por coorte

Nota: As percentagens somam 100 em cada coorte. A satisfação no emprego é medida numa escala de cinco pontos, que varia de 1 (muito insatisfeito) a 5 (muito satisfeito). O desalinhamento vertical compara o nível de escolaridade exigido pelo emprego com a escolaridade obtida pelo diplomado e distingue entre diplomados alinhados, sobrequalificados e subqualificados. O desalinhamento horizontal é medido numa escala de cinco pontos, que varia de 1 (alinhamento muito baixo) a 5 (alinhamento muito elevado), indicando em que medida o emprego está relacionado com a área do diplomado. Número de observações: Satisfação no emprego (2017 = 6 407; 2021 = 6 971); Desalinhamento vertical (2017 = 6 396; 2021 = 6 968); Desalinhamento horizontal (2017 = 6 411; 2021 = 6 979). Os rótulos do gráfico mantêm-se iguais aos da base de dados.

3.3.3 Diferenças por características dos diplomados

Esta subsecção apresenta diferenças nas variáveis de qualidade do emprego de acordo com um conjunto de características dos diplomados, nomeadamente género, nível do grau e tipo de instituição. Os resultados são apresentados separadamente por coorte.

As estatísticas apresentadas são incondicionais e não controlam por outras características. Os resultados detalhados encontram-se no Apêndice D (Tabelas D2–D5).

3.3.3.1 Salário bruto por hora

Os salários por hora (Tabela 3) diferem de forma sistemática tanto por coorte quanto as características dos diplomados. Os diplomados do sexo masculino auferem salários brutos por hora mais elevados do que os das diplomadas em ambas as coortes, e os salários médios são mais baixos na coorte de 2020/21.

As diferenças salariais são também evidentes entre níveis de ensino, estando, em geral, níveis de escolaridade mais elevados associados a salários mais altos. Os diplomados de mestrado integrado apresentam os salários médios mais elevados, enquanto os diplomados de CTeSP reportam os mais baixos. Observam-se igualmente diferenças por tipo de instituição, com os diplomados de universidades públicas a auferirem, em média, salários mais elevados.

Estes padrões fornecem uma visão descritiva da desigualdade salarial entre diplomados, que é analisada com mais detalhe na análise de regressão, na qual o efeito das variáveis explicativas é controlado pelo efeito de todas as outras variáveis.⁵

Grupo	Categoria	2017 N	2017 Média	2017 DP	2021 N	2021 Média	2021 DP
Painel A: Género	Homens	2 365	11,4	6,8	2 373	8,6	4,2
	Mulheres	3 522	8,9	5,3	3 941	7,1	3,3
	Diferença		2,52*			1,50*	
Painel B: Nível de estudos*	CTeSP	152	6,9	3,5	170	5,7	2,8
	Licenciatura	3 584	9,2	5,6	3 398	7,0	3,3
	Mestrado 2º ciclo	1 518	10,9	6,5	2 081	8,4	4,1
	Mestrado Integrado	649	12,0	7,1	693	9,0	4,2
Painel C: Tipo de instituição*	Universitário Público	2 894	10,8	6,6	2 966	8,2	4,0
	Politécnico Público	2 063	8,7	5,1	2 058	7,1	3,5
	Universitário Privado	723	9,8	5,9	937	7,3	3,7
	Politécnico Privado	223	8,7	5,3	381	7,4	3,4

Tabela 3. Salários por hora por coorte e características dos diplomados (euros, winsorizados)

Nota: Os salários por hora são calculados como o rendimento mensal dividido pelo número de horas semanais, multiplicado por 4,33, e winsorizados nos percentis 3 e 97 dentro de cada coorte. A amostra para salários inclui diplomados empregados que trabalham pelo menos 15 horas por semana e com informação válida sobre rendimentos e horas de trabalho. Para o género, os p-values baseiam-se em testes-t bidirecionais. Para o nível do grau e o tipo de instituição, os p-values baseiam-se em testes ANOVA unidirecionais. ** p < 0,01; * p < 0,05.

[5] As estatísticas univariadas detalhadas que servem de base às figuras apresentadas nesta secção são apresentadas no Apêndice D (Tabelas D2–D5).

3.3.3.2 Tipo de contrato

A proporção de diplomados com contrato sem termo difere entre coortes e, segundo as características dos diplomados, também varia. Em ambas as coortes, esta proporção é mais elevada entre os homens do que entre as mulheres (Tabela 4).

Entre os níveis de grau, a proporção de contratos sem termo é relativamente elevada em 2016/17 e, em 2020/21, mais baixa em todos os grupos. Embora não se observem diferenças relevantes entre os níveis de grau, verificam-se diferenças por tipo de instituição, com os diplomados de instituições politécnicas privadas a apresentar proporções mais elevadas de contratos sem termo.

Grupo	Categoria	2017 N	% Sem termo	2021 N	% Sem termo
Painel A: Género	Homens	2 066	83,1	2 102	65,3
	Mulheres	3 107	78,8	3 467	57,1
	Diferença		4,3*		8,2*
Painel B: Nível de estudos*	CTeSP	143	81,8	182	63,7
	Licenciatura	3 130	80,7	2 957	59,2
	Mestrado 2º ciclo	1 370	79,1	1 821	63,5
	Mestrado Integrado	542	82,5	635	53,9
Painel C: Tipo de instituição*	Universitário Público	2 561	78,5	2 673	58,3
	Politécnico Público	1 815	83,3	1 841	62,6
	Universitário Privado	654	78,0	792	56,6
	Politécnico Privado	165	91,5	289	72,3

Tabela 4. Contrato sem termo por coorte e características dos diplomados

Nota: O contrato sem termo é um indicador binário igual a 1 para contratos sem termo e o caso contrário. As percentagens são calculadas dentro de cada coorte. A amostra para contratos inclui diplomados empregados com informação válida sobre o tipo de contrato. * indica diferenças estatisticamente significativas na coorte (teste do qui-quadrado), $p < 0,05$.

3.3.3.3 Satisfação no emprego

A Tabela 5 apresenta a proporção de diplomados que se declaram “satisfeitos” ou “muito satisfeitos” com o seu emprego (pontuações de 4 ou 5), por coorte e características dos diplomados. Em ambas as coortes, os homens reportam taxas de satisfação no emprego mais elevadas do que as das mulheres. As diferenças por nível do grau são limitadas em 2017, mas mais visíveis em 2021, quando os diplomados de mestrado integrado apresentam maior satisfação no emprego face aos restantes graus. As diferenças entre os tipos de instituição são relativamente reduzidas.

Grupo	Categoria	2017 N	2017 Satisfeito (%)	2021 N	2021 Satisfeito (%)
Painel A: Género	Homens	2 550	67,9	2 592	64,5
	Mulheres	3 837	60,2	4 348	59,6
	Diferença		7,7*		4,9*
Painel B: Nível de estudos*	CTeSP	166	57,8	202	63,9
	Licenciatura	3 885	63,2	3 734	60,8
	Mestrado 2º ciclo	1 672	63,8	2 303	60,1
	Mestrado Integrado	684	63,7	733	68,3*
Painel C: Tipo de instituição*	Universitário Público	3 097	63,7	3 246	61,3
	Politécnico Público	2 196	62,2	2 244	59,6
	Universitário Privado	869	66,6	1 051	66,8
	Politécnico Privado	245	55,1	431	58,7

Tabela 5. Satisfação no emprego por coorte e características dos diplomados

Nota: A satisfação no emprego é medida numa escala de 1–5 (1 = muito insatisfeito, 5 = muito satisfeito). “Satisfeito” corresponde a pontuações de 4 ou 5. As percentagens são calculadas em cada coorte. A amostra inclui diplomados empregados com informação válida sobre satisfação no emprego. * indica diferenças estatisticamente significativas na coorte (teste do qui-quadrado de), $p < 0,05$. As diferenças por grau são estatisticamente significativas apenas na coorte de 2021.

3.3.3.4 Desalinhamento vertical

A Tabela 6 apresenta a distribuição do desalinhamento vertical (alinhado, sobrequalificado, subqualificado) por coorte e características dos diplomados. Em ambas as coortes, a sobrequalificação é frequente, sendo a sua incidência mais elevada na coorte mais recente. As diferenças por grau são substanciais, já que a sobrequalificação é particularmente elevada entre diplomados de CTeSP e de mestrado (2.º ciclo), enquanto os diplomados de mestrado integrado apresentam taxas mais elevadas de alinhamento. Observam-se igualmente diferenças por tipo de instituição, com os diplomados de universidades públicas a apresentarem proporções mais baixas de alinhamento em ambas as coortes.

Grupo	Categoria	2017 Alinhado (%)	2017 Sobrequalificado (%)	2017 Subqualificado (%)	2021 Alinhado (%)	2021 Sobrequalificado (%)	2021 Subqualificado (%)
Painel A: Género	Homens	52,3	36,3	11,4	43,6	53,0	3,3
	Mulheres	52,0	38,3	9,7	41,6	56,3	2,1
	CTeSP	20,1	43,8	36,1	20,9	69,8	9,2
Painel B: Nível de estudos*	Licenciatura	60,2	25,7	14,2	45,7	51,1	3,2
	Mestrado 2º ciclo	30,8	66,1	3,1	29,5	69,8	0,6
	Mestrado Integrado	69,4	29,4	1,2	69,4	30,2	0,4
	Universitário Público	47,7	41,0	11,3	37,4	60,2	2,4
Painel C: Tipo de instituição*	Politécnico Público	57,4	34,0	8,7	48,8	48,8	2,4
	Universitário Privado	52,0	35,2	12,8	39,7	56,9	3,4
	Politécnico Privado	66,1	29,6	4,3	61,1	36,7	2,3

Tabela 6. Desalinhamento vertical por coorte e características dos diplomados

Nota: O desalinhamento vertical compara o nível de escolaridade exigido pelo emprego com o nível de escolaridade obtido pelo diplomado. As categorias são alinhado, sobrequalificado e subqualificado. As percentagens são calculadas dentro de cada coorte. * indica diferenças estatisticamente significativas dentro da coorte, com base em testes do qui-quadrado ($p < 0,05$).

3.3.3.5 Desalinhamento horizontal

O desalinhamento horizontal refere-se à relação entre a área de estudo do diplomado e o seu emprego atual. A distribuição do alinhamento horizontal difere entre coortes e segundo as características dos diplomados. O desalinhamento horizontal é medido numa escala de cinco pontos, em que valores mais elevados indicam maior alinhamento entre a formação do diplomado e o emprego atual. Este indicador é construído como a média arredondada de três itens que captam o alinhamento entre qualificação, área de estudo e tarefas desempenhadas no emprego, como detalhado na secção metodológica.

Observam-se diferenças por género, por níveis de grau e por áreas de estudo, com variação na proporção de diplomados que reportam níveis mais elevados ou mais baixos de alinhamento entre os seus estudos e o emprego atual. Estes padrões descritivos fornecem uma base para a análise multivariada apresentada na secção seguinte.

Grupo	Categoria	2017 N	2017 Média	2017 DP	2021 N	2021 Média	2021 DP
Painel A: Género	Homens	2 551	2,8	1	2 595	2,6	1
	Mulheres	3 840	2,8	1	4 352	2,5	1
	Diferença		0,06*			0,09*	
Painel B: Nível de estudos*	CTeSP	167	3,0	1,2	201	2,5	1,1
	Licenciatura	3 887	2,8	1,0	3 738	2,5	1,0
	Mestrado 2º ciclo	1 673	2,8	1,0	2 307	2,7	1,0
	Mestrado Integrado	684	2,5	0,9	733	2,5	0,8
Painel C: Tipo de instituição*	Universitário Público	3 097	2,7	1	3 248	2,5	1
	Politécnico Público	2 198	2,8	1	2 247	2,6	1
	Universitário Privado	871	2,7	1	1 053	2,5	1
	Politécnico Privado	245	2,8	1	431	2,6	1

Tabela 7. Desalinhamento horizontal por coorte e características dos diplomados
 Nota: A tabela apresenta médias e desvios-padrão por coorte e características dos diplomados. A amostra inclui diplomados empregados com informações válidas sobre o desalinhamento horizontal. * indica diferenças estatisticamente significativas dentro da coorte (testes t bidirecionais para comparações por género e ANOVA unidirecional para comparações entre níveis de grau e tipos de instituição). Valores mais próximos de 5 indicam um alinhamento forte, enquanto valores mais próximos de 1 indicam um alinhamento fraco.

3.4 MÉTODOS

Esta secção apresenta os modelos empíricos utilizados para analisar as variáveis da qualidade do emprego entre diplomados do ensino superior em Portugal, com base no inquérito Eurograduate 2022. A análise centra-se em cinco dimensões da qualidade do emprego: salário por hora, estabilidade contratual, satisfação no emprego, desalinhamento vertical e desalinhamento horizontal. Todos os modelos são estimados separadamente para as coortes de 2016/17 e 2020/21, utilizando as amostras analíticas descritas na Tabela 1.

Analizamos estas cinco dimensões da qualidade do emprego utilizando um conjunto comum de variáveis explicativas. Esta estratégia de modelação permite documentar, de forma transparente e comparável, padrões de estratificação entre dimensões. Embora estes resultados estejam relacionados (por exemplo, os salários e o tipo de contrato podem influenciar a satisfação no emprego), a modelação dessas relações causais exigiria pressupostos de identificação mais fortes do que aqueles que os dados disponíveis permitem sustentar. Por esta razão, interpretamos os resultados como associações condicionais, e não como efeitos causais.

3.4.1 Especificação-Base e variáveis de controlo

Para cada dimensão, estimamos modelos específicos por coorte que relacionam a qualidade do emprego com um conjunto comum de características individuais, educativas e do mercado de trabalho. As variáveis explicativas de interesse são o género, a média final (GPA), a experiência profissional prévia durante os estudos, o estado civil, a existência de filhos, o nível do grau, a área de estudo, o tipo de instituição, o trabalho a tempo parcial e a mobilidade inter-regional. Todos os modelos são estimados separadamente para as coortes de 2016/17 e 2020/21, utilizando desvios-padrão robustos.

3.4.2 Salário por hora

Seguimos a especificação do modelo por OLS:

$$\log(\text{salario_hora})_{ic} = \alpha_c + \gamma_c Z_{ic} + \varepsilon_{ic}$$

Onde $\log(\text{salario_hora})_{ic}$ é o logaritmo do salário por hora do diplomado para o indivíduo i na coorte c , α_c é uma constante específica da coorte, Z_{ic} é o vetor de variáveis explicativas e ε_{ic} é o termo de erro.

As variáveis explicativas incluídas em Z_{ic} são o género, a idade e idade ao quadrado, média final do curso, experiência profissional prévia ou de estágio durante os estudos, estado civil, existência de filhos, nível do grau, área de estudo, tipo de instituição, situação de trabalho a tempo parcial e mobilidade inter-regional.

As variáveis explicativas incluídas em Z_{ic} são o género, a idade e idade ao quadrado, média final do curso, experiência profissional prévia ou de estágio durante os estudos, estado civil, existência de filhos, nível do grau, área de estudo, tipo de instituição, situação de trabalho a tempo parcial e mobilidade inter-regional.

Conforme descrito na Secção 3.2, os salários por hora são construídos a partir do rendimento mensal e do número de horas semanais de trabalho, e são winsorizados dentro de cada coorte.

Como verificação de robustez e para comparabilidade com estudos existentes, uma segunda especificação utiliza o logaritmo dos salários mensais, igualmente winsorizados por coorte. Estes resultados são apresentados na Tabela E1 do Apêndice E.

3.4.3 Tipo de contrato

A estabilidade contratual é analisada através de um indicador binário, que indica se o diplomado tem um contrato sem termo ou não, tal como definido na Secção 3.2. O modelo é estimado com base nos diplomados empregados com informação válida sobre o tipo de contrato.

Para cada coorte, estimamos um modelo logit e reportamos os efeitos marginais médios:

$$Pr(\text{contrato_sem_termo}_{ic}=1 \mid Z_{ic}) = \Lambda(\alpha_c + \gamma_c Z_{ic}),$$

Onde a variável $\text{contrato_sem_termo}_{ic}$ é igual a 1 se o diplomado i na coorte c detiver um contrato sem termo e o caso contrário, Z_{ic} é o vetor de variáveis explicativas descrito acima; α_c é uma constante específica da coorte, e $\Lambda(\cdot)$ é a distribuição logística, na sua função acumulada.

As variáveis explicativas incluídas em Z_{ic} são as mesmas do modelo salarial: género, idade centrada e idade centrada ao quadrado, média final (GPA), experiência profissional prévia ou de estágio durante os estudos, estado civil, existência de filhos, nível do grau, área de estudo, tipo de instituição, situação de trabalho a tempo parcial e mobilidade inter-regional.

3.4.4 Satisfação no emprego

A satisfação no emprego é medida numa escala de cinco pontos, em que valores mais elevados indicam níveis mais elevados de satisfação. A especificação principal é estimada por OLS.

$$\text{satisfacao_emprego}_{ic} = \alpha_c + \gamma_c Z_{ic} + \varepsilon_{ic}$$

Em que $\text{satisfacao_emprego}_{ic}$ corresponde à pontuação de satisfação no emprego do diplomado i na coorte c , variando entre 1 to 5, sendo que valores mais elevados indicam maior satisfação; α_c é uma constante específica da coorte, Z_{ic} é o vetor de variáveis explicativas, e ε_{ic} é o termo de erro.

Como nos modelos anteriores, Z_{ic} inclui género, idade e idade ao quadrado, média final, experiência profissional prévia ou de estágio durante os estudos, estado civil, existência de filhos, nível do grau, área de estudo, tipo de instituição, situação de trabalho a tempo parcial e mobilidade inter-regional.

Como especificações complementares, estimamos igualmente um modelo logit ordinal utilizando a escala ordinal completa e um modelo logit tradicional baseado num indicador igual a 1 para respostas de 4 ou 5:

$$Pr(satisfacao_emprego_{ic} \leq j | Z_{ic}) = \Lambda(\kappa_j - \alpha_c + \gamma_c Z_{ic}), \quad j = 1, \dots, 4$$

Para o modelo logit ordinal, em que κ_j representam os pontos de corte a estimar; e

$$Pr(satisfacao_alta_{ic} = 1 | Z_{ic}) = \Lambda(\alpha_c + \gamma_c Z_{ic}),$$

Para a especificação binária, em que $satisfacao_alta_{ic} = 1$ se o diplomado reportar um valor de 4 ou 5, e o caso contrário. Os resultados destas regressões são apresentados nas Tabelas D2 e D3 do Apêndice, respetivamente.

3.4.5 Desalinhamento vertical

O desalinhamento vertical compara o nível de escolaridade obtido pelo diplomado com o nível exigido pelo emprego atual, conforme descrito na Secção 3.2. São estimadas duas especificações.

Em primeiro lugar, é estimado um modelo logit binário, em que a variável dependente é definida como igual a 1 se o diplomado estiver sobrequalificado e o caso contrário. A especificação binária é utilizada como o modelo principal reportado na secção de resultados.

$$Pr(sobrequalificado_{ic} = 1 | Z_{ic}) = \Lambda(\alpha_c + \gamma_c Z_{ic})$$

Em que $sobrequalificado_{ic}$ é uma variável dicotómica igual a 1 quando o nível de escolaridade obtido pelo diplomado excede o nível exigido pelo emprego. O vetor Z_{ic} inclui as mesmas variáveis explicativas: género, idade e idade ao quadrado, média final, experiência profissional prévia, estado civil, existência de filhos, nível do grau, área de estudo, tipo de instituição, situação de trabalho a tempo parcial e mobilidade inter-regional.

Em segundo lugar, estimamos um modelo logit multinomial, que distingue entre as situações de alinhamento, sobrequalificação e subqualificação, tomando a categoria de “alinhamento” como categoria de referência.

$$Pr(Desalinhamento_vertical_{ic} = m | Z_{ic}) = \frac{\exp(\alpha_{mc} + \gamma_{mc} Z_{ic})}{\sum_r \exp(\alpha_{rc} + \gamma_{rc} Z_{ic})},$$

$m \in \{\text{sobrequalificado, subqualificado}\}$

Em que $Desalinhamento_vertical_{ic}$ indica o estatuto de desalinhamento do diplomado i na coorte c , sendo a categoria omitida a de alinhado. Esta análise é apresentada na Tabela D4 do Apêndice D.

3.4.6 Desalinhamento horizontal

O desalinhamento horizontal capta o grau em que o emprego atual do diplomado está relacionado com a sua área de estudo (conforme descrito na Secção 3.2). O indicador é construído a partir da média de três itens do inquérito Eurograduate, nomeadamente, se “o seu emprego atual está alinhado com o curso em relação à área de formação”, “o seu emprego atual está alinhado com o curso em relação à sua posição”, e “o seu emprego atual está alinhado com o curso em relação ao nível das suas tarefas”, que se referem à correspondência entre as qualificações, a área de estudo, posição ocupada e as tarefas desempenhadas pelo diplomado. Esta média foi depois arredondada para o número inteiro mais próximo, restabelecendo uma escala de 1 a 5 para o desalinhamento horizontal.

Para a análise de regressão, estimamos um modelo logit ordinal com base no indicador de alinhamento horizontal com cinco categorias, em que valores mais elevados indicam um maior alinhamento entre a área de estudo e o emprego atual.

$$Pr(desalinhamento\ horizontal_{ic} \leq j \mid Z_{ic}) = \Lambda(\kappa_j - \alpha_c + \gamma_c Z_{ic}), j = 1, \dots, 4$$

Em que $desalinhamento\ horizontal_{ic}$ é o indicador de desalinhamento horizontal do diplomado i na coorte c , assumindo valores entre 1 e 5, sendo que valores mais elevados indicam um maior alinhamento entre a área de estudo do diplomado e o emprego atual; κ_j correspondem aos pontos de corte entre as categorias; α_c é a constante da coorte; e Z_{ic} é o vetor de variáveis explicativas.

Tal como nos outros modelos, Z_{ic} corresponde ao género, idade e idade ao quadrado, média final, experiência profissional prévia ou de estágio durante os estudos, estado civil, existência de filhos, nível do grau, área de estudo, tipo de instituição, situação de trabalho a tempo parcial e mobilidade inter-regional.

4. RESULTADOS

Esta secção apresenta os resultados das regressões para as cinco dimensões da qualidade do emprego consideradas no relatório: salário por hora, tipo de contrato, satisfação no emprego, desalinhamento vertical e desalinhamento horizontal. Os modelos são estimados separadamente para as coortes de 2016/17 e 2020/21 e incluem o conjunto comum de variáveis explicativas descrito na Secção 3.4.

4.1 SALÁRIO POR HORA

A Tabela 8 apresenta as estimativas por OLS para o logaritmo do salário por hora, por coorte. Todos os modelos são estimados com base em diplomados empregados com informação válida sobre rendimentos e horas de trabalho, e incluem um controlo para trabalho a tempo parcial, pelo que os coeficientes devem ser interpretados como representando a diferença nos salários por hora condicionais ao tempo de trabalho. Tal como referido na Secção 3, os resultados utilizando salários mensais são apresentados na Tabela E1 do Apêndice E e evidenciam padrões semelhantes.

Observa-se um diferencial salarial estatisticamente significativo por género em ambas as coortes, sendo este mais acentuado na coorte mais antiga. Na coorte de 2016/17, as diplomadas auferem aproximadamente $e^{-0.175} - 1 \approx -16.1\%$ menos do que os diplomados do sexo masculino comparáveis, enquanto na coorte de 2020/21 a diferença é de cerca de $e^{-0.123} - 1 \approx -11.6\%$.

A média final de curso apresenta uma associação positiva com os salários em ambas as coortes, embora o coeficiente estimado seja menor em 2020/21. Um ponto adicional na média final do diplomado (avaliada numa escala de 10 a 20) associa-se a um prémio salarial de cerca de $e^{0.023} - 1 \approx 2.3\%$ um ano após a obtenção do diploma, e a um prémio de $e^{0.039} - 1 \approx 4\%$ cinco anos após a obtenção do diploma.

A estimativa para o efeito da relação entre idade e salários difere entre coortes. Entre os diplomados observados cinco anos após a obtenção do diploma (2016/17), os salários seguem um padrão em U relativamente à idade, já que são inicialmente mais baixos para diplomados mais velhos, mas voltam a aumentar em idades mais elevadas. Entre os diplomados observados um ano após a obtenção do diploma (2020/21), a relação é positiva e crescente, com os diplomados mais velhos a auferirem salários mais elevados, e com o prémio salarial a aumentar com a idade.

A experiência profissional prévia ou de estágio associa-se a um prémio salarial de cerca de $e^{0.049} - 1 \approx 5.0\%$ um ano após a obtenção do diploma, mas o coeficiente já não é estatisticamente significativo cinco anos após a obtenção do diploma. Estar casado ou em união de facto associa-se a salários mais elevados em ambas as coortes, embora o coeficiente seja menor em 2020/21. A existência de filhos não apresenta um efeito estatisticamente significativo no salário de nenhuma das coortes.

Existe uma heterogeneidade substancial por nível do grau. Em comparação com a licenciatura (1.º ciclo), os diplomados de CTeSP auferem salários significativamente mais baixos ($e^{(-0.246)}-I \approx -21.8\%$ um ano após a obtenção do diploma; $e^{(-0.312)}-I \approx -26.8\%$ cinco anos após a obtenção do diploma), enquanto os diplomados de mestrado integrado ($e^{0.092}-I \approx 9.6\%$ more) e de mestrado (2.º ciclo) ($e^{0.064}-I \approx 6.6\%$ more) tendem a auferir salários mais elevados, sobretudo na coorte de 2020/21. O efeito associado aos diplomados de mestrado integrado persiste ($e^{0.108}-I \approx 11.4\%$ more) e mantém-se estatisticamente significativo cinco anos após a obtenção do diploma.

As diferenças entre áreas de estudo são também pronunciadas. Em comparação com Gestão e Administração, observam-se diferenciais salariais positivos para Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Engenharia em ambas as coortes, bem como para Medicina e Saúde na coorte de 2020/21. Em sentido oposto, observam-se diferenciais negativos em áreas como Artes, Humanidades, Arquitetura, Bem-estar e Serviços, entre outras.

As diferenças institucionais são consistentes entre coortes. Em comparação com os diplomados de universidades públicas, os diplomados de politécnicos públicos ($e^{(-0.096)}-I \approx -9.2\%$ um ano após a obtenção do diploma e $e^{(-0.118)}-I \approx -11.1\%$ cinco anos após) e politécnicos privados ($e^{(-0.103)}-I \approx -9.8\%$ um ano após a obtenção do diploma e $e^{(-0.115)}-I \approx -10.9\%$ cinco anos após) auferem salários mais baixos. O coeficiente associado às universidades privadas é reduzido ($e^{(-0.038)}-I \approx -3.7\%$ um ano após a obtenção do diploma) e não é estatisticamente significativo cinco anos após a obtenção do diploma.

O coeficiente associado ao trabalho a tempo parcial é positivo em ambas as coortes. A mobilidade inter-regional associa-se a salários ligeiramente mais baixos ($e^{(-0.046)}-I \approx -4.5\%$) na coorte de 2016/17, enquanto o coeficiente não é estatisticamente significativo na coorte de 2020/21.

Grupo	2017	2021
Mulher	-0,175 **	-0,123 **
	(0,013)	(0,010)
Idade	-0,010 *	0,010 **
	(0,004)	(0,002)
Idade ao quadrado	0,001 **	0,001 **
	(0,000)	(0,000)
Média final	0,039 **	0,023 **
	(0,004)	(0,003)
Experiência Profissional	-0,033	0,049 **
	(0,020)	(0,015)
Casado	0,096 **	0,036 **
	(0,012)	(0,011)
Com filhos	0,001	0,021
	(0,018)	(0,025)

Grupo	2017		2021	
Ciclo de estudos (Referência: Licenciatura)				
CTeSP	-0,312	**	-0,246	**
	(0,033)		(0,028)	
Mestrado (2.º ciclo)	0,033		0,064	**
	(0,019)		(0,015)	
Mestrado integrado	0,108	**	0,092	**
	(0,027)		(0,021)	
Área de estudo (referência: Gestão e Administração)				
Ciências da Educação	-0,133	*	-0,123	**
	(0,053)		(0,042)	
Formação de Professores	-0,104	**	-0,037	
	(0,032)		(0,040)	
Artes	-0,187	**	-0,143	**
	(0,028)		(0,023)	
Humanidades	-0,310	**	-0,101	*
	(0,047)		(0,050)	
Línguas	-0,087		-0,139	**
	(0,046)		(0,035)	
Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	-0,075	**	-0,103	**
	(0,023)		(0,018)	
Psicologia	-0,221	**	-0,164	**
	(0,029)		(0,030)	
Direito	0,082	*	-0,030	
	(0,034)		(0,027)	
Ciências Naturais, Matemática, e Estatística	-0,090	**	-0,089	**
	(0,027)		(0,022)	
Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	0,247	**	0,258	**
	(0,053)		(0,029)	
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Const.	0,136	**	0,121	**
	(0,021)		(0,017)	
Arquitetura e Planeamento Urbano	-0,306	**	-0,228	**
	(0,043)		(0,043)	
Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	-0,197	**	-0,099	**
	(0,032)		(0,031)	

Grupo	2017	2021	
Medicina e Medicina Dentária	0,033 (0,039)	0,233 (0,032)	**
Saúde	-0,016 (0,023)	0,108 (0,017)	**
Farmácia	-0,055 (0,040)	-0,007 (0,030)	
Bem-Estar	-0,245 (0,027)	-0,116 (0,022)	**
Serviços	-0,121 (0,028)	-0,106 (0,023)	**
Tipo de instituição (referência: Universitário Público)			
Politécnico Público	-0,118 (0,015)	-0,096 (0,013)	**
Universitário Privado	-0,008 (0,021)	-0,038 (0,018)	*
Politécnico Privado	-0,115 (0,032)	-0,103 (0,022)	**
Tempo Parcial (<30h/semana)	0,250 (0,039)	0,052 (0,024)	*
Mobilidade territorial			
Trabalha numa NUTS III diferente do curso.	-0,046 (0,011)	-0,012 (0,009)	**
Constante	1,648 (0,062)	1,571 (0,050)	**
Número de observações	4879	5374	

** p < 0,01, * p < 0,05.

Tabela 8. OLS (Logaritmo do salário por hora, por coorte)

Nota: As categorias de referência são Homem, sem experiência profissional prévia ou de estágio durante os estudos, não casado, sem filhos, Licenciatura (1.º ciclo), Gestão e Administração, Universitário Público, emprego a tempo inteiro e emprego na mesma região NUTS III da instituição de ensino superior frequentada.

4.2 TIPO DE CONTRATO

A Tabela 9 apresenta as estimativas dos efeitos marginais de um modelo logit para a probabilidade de deter um contrato sem termo, reportadas como efeitos marginais médios.⁶ Um ano após a obtenção do diploma, as mulheres apresentam uma probabilidade inferior à dos homens de deter um contrato sem termo (-3,9 p.p.), embora este efeito não seja estatisticamente significativo na coorte mais antiga.

Os diplomados mais velhos apresentam uma probabilidade mais elevada de deter um contrato sem termo um ano após a obtenção do diploma; no entanto, esta associação não é estatisticamente significativa cinco anos após a obtenção do diploma. A média final não se encontra significativamente associada à probabilidade de deter um contrato sem termo em nenhuma das coortes.

A experiência profissional prévia ou de estágio associa-se a uma maior probabilidade de deter um contrato sem termo um ano após a obtenção do diploma (+4,9 p.p.), enquanto esta associação não é estatisticamente significativa cinco anos após a obtenção do diploma. Estar casado, bem como ter filhos, associa-se a uma maior probabilidade de deter um contrato sem termo em ambas as coortes. O efeito associado à existência de filhos é particularmente forte, variando entre 9,5 p.p. em 2016/17 e 12,1 p.p. em 2020/21, e constitui uma das associações de maior magnitude ao nível individual (excluindo a área de estudo) no modelo.

As diferenças por grau são, em geral, de pequena magnitude e não estatisticamente significativas. Em contraste, as diferenças entre áreas de estudo são mais pronunciadas. Em comparação com a categoria base de Gestão e Administração, observam-se probabilidades mais baixas de deter um contrato sem termo em várias áreas, incluindo Formação de Professores, Artes, Humanidades, Psicologia, Ciências Naturais, Matemática e Estatística, Arquitetura e Serviços, entre outras, em pelo menos uma das coortes. Em sentido oposto, observam-se diferenciais positivos para Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) em ambas as coortes e para Saúde um ano após a obtenção do diploma.

As diferenças institucionais são de pequena magnitude e não são estatisticamente significativas entre coortes de forma consistente. O trabalho a tempo parcial associa-se negativamente à probabilidade de deter um contrato sem termo em ambas as coortes, com um coeficiente substancialmente maior entre os diplomados observados cinco anos após a obtenção do diploma (-20,0 p.p., face a -6,8 p.p.), indicando uma probabilidade muito inferior de deter um contrato permanente entre trabalhadores a tempo parcial. A mobilidade inter-regional não é estatisticamente significativa em nenhuma das coortes.

[6] Analisámos as correlações e os fatores de inflação da variância (VIF) para avaliar a potencial multicolinearidade. Apesar da associação esperada entre idade e nível do grau, as estatísticas VIF mantêm-se dentro de limiares aceitáveis (VIF médio = 3,74), não excedendo nenhum dos principais regressores contínuos os limites críticos. Para cada coorte, estimámos um modelo logit e reportámos efeitos marginais médios. Uma vez que a idade entra no modelo em forma quadrática, a associação entre a idade e a probabilidade de deter um contrato sem termo é permitida ser não linear.

Grupo	2017	2021	
Mulher	-0,010 (0,013)	-0,039 (0,016)	*
Idade	0,005 (0,004)	0,018 (0,002)	**
Idade ao quadrado	-0,000 (0,000)	-0,000 (0,000)	
Média final	0,006 (0,004)	-0,003 (0,005)	
Experiência Profissional	-0,017 (0,018)	0,049 (0,024)	*
Casado	0,036 (0,012)	0,035 (0,017)	*
Com filhos	0,095 (0,017)	0,121 (0,035)	**
Ciclo de estudos (Referência: Licenciatura)			
CTeSP	-0,037 (0,042)	0,004 (0,040)	
Mestrado (2.º ciclo)	-0,006 (0,020)	0,005 (0,022)	
Mestrado integrado	0,014 (0,026)	-0,030 (0,031)	
Área de estudo (referência: Gestão e Administração)			
Ciências da Educação	-0,224 (0,067)	-0,067 (0,063)	**
Formação de Professores	-0,313 (0,048)	-0,258 (0,051)	**
Artes	-0,169 (0,031)	-0,102 (0,036)	**
Humanidades	-0,273 (0,070)	-0,197 (0,067)	**
Línguas	-0,158 (0,049)	-0,053 (0,051)	**
Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	-0,056 (0,021)	-0,094 (0,028)	**

Grupo	2017	2021
Psicologia	-0,291 ** (0,048)	-0,161 ** (0,042)
Direito	-0,056 (0,032)	0,037 (0,042)
Ciências Naturais, Matemática, e Estatística	-0,154 ** (0,029)	-0,158 ** (0,034)
Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	0,056 * (0,025)	0,134 ** (0,038)
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Const.	-0,023 (0,017)	-0,003 (0,025)
Arquitetura e Planeamento Urbano	-0,275 ** (0,068)	-0,251 ** (0,062)
Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	-0,095 * (0,040)	-0,100 (0,056)
Medicina e Medicina Dentária	-0,119 * (0,051)	-0,064 (0,051)
Saúde	0,005 (0,023)	0,121 ** (0,028)
Farmácia	-0,023 (0,041)	0,015 (0,053)
Bem-Estar	-0,135 ** (0,037)	-0,106 * (0,044)
Serviços	-0,216 ** (0,035)	-0,100 ** (0,038)
Tipo de instituição (referência: Universitário Público)		
Politécnico Público	0,005 (0,016)	-0,019 (0,019)
Universitário Privado	-0,014 (0,023)	-0,030 (0,025)
Politécnico Privado	0,066 (0,034)	-0,018 (0,040)
Tempo Parcial (<30h/semana)	-0,200 ** (0,037)	-0,068 * (0,028)

Grupo	2017	2021
Mobilidade territorial		
Trabalha numa NUTS III diferente do curso.	-0,009 (0,012)	-0,026 (0,014)
Número de observações	4100	4631

** p < 0,01, * p < 0,05.

Tabela 9. Tipo de contrato (logit, efeitos marginais médios)

Nota: As categorias de referência são Homem, sem experiência profissional prévia ou de estágio durante os estudos, não casado, sem filhos, Licenciatura (1.º ciclo), Gestão e Administração, Universitário Público, emprego a tempo inteiro e emprego na mesma região NUTS III da instituição de ensino superior frequentada. As estimativas reportadas correspondem a efeitos marginais médios provenientes de modelos logit estimados separadamente por coorte. Para variáveis categóricas, os efeitos marginais médios representam a variação média discreta na probabilidade prevista de deter um contrato sem termo relativamente à categoria de referência. A idade é incluída em forma quadrática; consequentemente, a associação entre idade e estabilidade contratual deve ser interpretada conjuntamente para os termos linear e quadrático da idade.

4.3 SATISFAÇÃO NO EMPREGO

A Tabela 10 apresenta estimativas por OLS com base na escala completa de satisfação no emprego (1–5), em que valores mais elevados indicam níveis mais elevados de satisfação.

Um ano após a obtenção do diploma, não se observam diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres. No entanto, cinco anos após a obtenção do diploma, as diplomadas reportam níveis de satisfação no emprego significativamente mais baixos do que os diplomados do sexo masculino. Um padrão semelhante verifica-se para a média final, que não apresenta efeitos no curto prazo, mas os diplomados com melhor desempenho académico revelam maior satisfação no emprego cinco anos após a obtenção do diploma.

Os diplomados mais velhos apresentam níveis significativamente mais baixos de satisfação no emprego em ambas as coortes, enquanto o termo quadrático da idade é positivo, embora seja de pequena magnitude.

A experiência profissional prévia ou de estágio não é estatisticamente significativa em nenhuma das coortes. Estar casado associa-se a níveis mais elevados de satisfação no emprego em ambas as coortes, embora o coeficiente seja menor em 2020/21. A existência de filhos não apresenta associação estatisticamente significativa com a satisfação no emprego.

As diferenças por grau são limitadas e não são estatisticamente significativas de forma consistente entre as coortes. Apenas os diplomados observados cinco anos após a obtenção do diploma, provenientes de CTeSP, reportam níveis mais baixos de satisfação no emprego do que os seus pares.

As diferenças entre as áreas de estudo são mais pronunciadas. Em comparação com Gestão e Administração (categoria base), observam-se níveis mais elevados de satisfação no emprego nas áreas de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e de Engenharia, em ambas as coortes. Em sentido oposto, registam-se níveis mais baixos de satisfação em várias áreas, incluindo Saúde em ambas as coortes e Artes na coorte de 2016/17. A área de Medicina

apresenta um coeficiente negativo, estatisticamente significativo cinco anos após a obtenção do diploma, que não é estatisticamente significativo entre os diplomados mais recentes da área. Por sua vez, Arquitetura apresenta um coeficiente negativo e estatisticamente significativo, mas apenas entre os diplomados observados um ano após a obtenção do diploma.

Em comparação com os diplomados de universidades públicas, os diplomados de universidades privadas reportam níveis mais elevados de satisfação no emprego em ambas as coortes, enquanto os diplomados de politécnicos privados apresentam uma associação positiva com a satisfação no emprego um ano após a obtenção do diploma. O trabalho a tempo parcial associa-se negativamente à satisfação no emprego em ambas as coortes. A mobilidade inter-regional não é estatisticamente significativa para a satisfação no emprego.

Grupo	2017		2021	
Mulher	-0,086	**	-0,010	
	(0,032)		(0,031)	
Idade	-0,036	**	-0,034	**
	(0,011)		(0,005)	
Idade ao quadrado	0,002		0,001	*
	(0,001)		(0,001)	
Média final	0,022	*	0,005	
	(0,011)		(0,010)	
Experiência Profissional	-0,021		0,073	
	(0,048)		(0,053)	
Casado	0,090	**	0,069	*
	(0,031)		(0,033)	
Com filhos	0,050		0,048	
	(0,046)		(0,065)	
Ciclo de estudos (Referência: Licenciatura)				
CTeSP	-0,212	*	-0,081	
	(0,093)		(0,091)	
Mestrado (2.º ciclo)	0,030		-0,008	
	(0,046)		(0,044)	
Mestrado integrado	0,047		0,064	
	(0,064)		(0,062)	
Área de estudo (referência: Gestão e Administração)				
Ciências da Educação	-0,333	*	-0,088	
	(0,148)		(0,110)	

Grupo	2017		2021	
Formação de Professores	-0,287	**	0,034	
	(0,095)		(0,094)	
Artes	-0,160	*	-0,124	
	(0,070)		(0,069)	
Humanidades	-0,337	*	-0,057	
	(0,135)		(0,117)	
Línguas	-0,176		-0,005	
	(0,119)		(0,100)	
Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	-0,127	*	-0,088	
	(0,060)		(0,058)	
Psicologia	-0,170		0,033	
	(0,088)		(0,086)	
Direito	-0,169	*	-0,008	
	(0,081)		(0,077)	
Ciências Naturais, Matemática, e Estatística	-0,193	**	-0,121	
	(0,070)		(0,074)	
Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	0,296	**	0,408	**
	(0,103)		(0,081)	
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Const.	0,149	**	0,206	**
	(0,049)		(0,050)	
Arquitetura e Planeamento Urbano	-0,098		-0,325	*
	(0,109)		(0,128)	
Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	-0,035		0,159	
	(0,092)		(0,105)	
Medicina e Medicina dentária	-0,558	**	0,138	
	(0,102)		(0,094)	
Saúde	-0,373	**	-0,262	**
	(0,066)		(0,056)	
Farmácia	-0,092		0,068	
	(0,116)		(0,104)	
Bem-Estar	-0,409	**	-0,082	
	(0,106)		(0,092)	

Grupo	2017	2021
Serviços	-0,084 (0,072)	-0,054 (0,074)
Tipo de instituição (referência: Universitário Público)		
Politécnico Público	0,004 (0,038)	0,006 (0,039)
Universitário Privado	0,133 * (0,054)	0,133 ** (0,049)
Politécnico Privado	0,108 (0,091)	0,176 * (0,069)
Tempo Parcial (<30h/semana)	-0,189 ** (0,065)	-0,270 ** (0,049)
Mobilidade territorial		
Trabalha numa NUTS III diferente do curso.	0,050 (0,030)	0,017 (0,028)
Constante	3,462 ** (0,158)	3,430 ** (0,157)
Número de observações	5109	5759

** p < 0,01, * p < 0,05.

Tabela 10. Satisfação no emprego (OLS, escala de 1-5)

Nota: As categorias de referência são Homem, sem experiência profissional prévia ou de estágio durante os estudos, não casado, sem filhos, Licenciatura (1.º ciclo), Gestão e Administração, Universitário Público, emprego a tempo inteiro e emprego na mesma região NUTS III da instituição de ensino superior frequentada.

4.4 DESALINHAMENTO VERTICAL

A Tabela 11 apresenta as estimativas dos efeitos marginais médios do modelo logit para a probabilidade de estar sobrequalificado. As mulheres apresentam um risco mais elevado de sobrequalificação em ambas as coortes. O desempenho académico associa-se negativamente à sobrequalificação, indicando que uma média final mais elevada está associada a uma menor probabilidade de estar sobrequalificado em ambas as coortes (-3,2 p.p. cinco anos após a obtenção do diploma e -2,1 p.p. um ano após a obtenção do diploma). A idade associa-se positivamente à sobrequalificação em ambas as coortes, com um efeito mais forte um ano após a obtenção do diploma (+1,2 p.p. face a +1,0 p.p. por cada ano adicional de idade). A experiência profissional ou de estágio durante os estudos associa-se a uma menor probabilidade de sobrequalificação em ambas as coortes, sendo este efeito mais pronunciado um ano após a obtenção do diploma (-9,2 p.p. face a -5,2 p.p.). Estar casado não apresenta

associação estatisticamente significativa com a sobrequalificação, enquanto a existência de filhos se associa positivamente à sobrequalificação em ambas as coortes, embora com uma associação mais forte cinco anos após a obtenção do diploma.

As diferenças por grau são de grande magnitude. Em comparação com os diplomados de licenciatura, os diplomados de CTeSP apresentam uma probabilidade substancialmente mais elevada de estarem sobrequalificados (+16,4 p.p. e +14,9 p.p., um e cinco anos após a obtenção do diploma, respetivamente), e os diplomados de mestrado (2.º ciclo) exibem também probabilidades de sobrequalificação significativamente superiores às dos diplomados de licenciatura (+51,9 p.p. e +49,3 p.p., respetivamente um e cinco anos após a obtenção do diploma). Os diplomados de mestrado integrado apresentam diferenças mais reduzidas, embora positivas, em relação aos diplomados de licenciatura.

As diferenças entre áreas são de grande magnitude e consistentes com as expectativas. Em comparação com Gestão e Administração, a probabilidade de sobrequalificação é mais elevada em Artes, Línguas, Ciências Sociais/Jornalismo/Informação, Bem-Estar e Serviços, enquanto é mais baixa em várias áreas regulamentadas ou fortemente orientadas para profissões específicas, como Medicina/Medicina Dentária, Farmácia, Arquitetura/Planeamento Urbano e Engenharia. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) apresentam uma probabilidade mais baixa de sobrequalificação um ano após a obtenção do diploma, embora a diferença não seja estatisticamente significativa cinco anos após a obtenção do diploma.

Os efeitos do tipo de instituição são comparativamente reduzidos. Em comparação com os diplomados de universidades públicas, os diplomados de politécnicos públicos apresentam uma probabilidade ligeiramente mais elevada de sobrequalificação em ambas as coortes (+5,5 p.p.), enquanto os diplomados de universidades privadas exibem uma probabilidade mais baixa (-6,2 p.p.), sendo esta associação estatisticamente significativa apenas cinco anos após a obtenção do diploma. A experiência profissional durante os estudos surge como um importante fator de mitigação, particularmente para a coorte mais recente.

Grupo	2017		2021	
Mulher	0,037	**	0,030	*
	(0,013)		(0,012)	
Idade	0,010	*	0,012	**
	(0,004)		(0,002)	
Idade ao quadrado	-0,000		-0,000	
	(0,000)		(0,000)	
Média final	-0,032	**	-0,021	**
	(0,004)		(0,004)	
Experiência Profissional	-0,052	*	-0,092	**
	(0,021)		(0,020)	

Grupo	2017	2021
Casado	-0,017 (0,013)	0,003 (0,013)
Com filhos	0,051 ** (0,019)	0,056 * (0,027)
Ciclo de estudos (Referência: Licenciatura)		
CTeSP	0,149 ** (0,039)	0,164 ** (0,036)
Mestrado (2.º ciclo)	0,519 ** (0,018)	0,493 ** (0,016)
Mestrado integrado	0,278 ** (0,033)	0,280 ** (0,031)
Área de estudo (referência: Gestão e Administração)		
Ciências da Educação	0,078 (0,058)	0,021 (0,051)
Formação de Professores	-0,215 ** (0,022)	-0,219 ** (0,026)
Artes	0,136 ** (0,030)	0,163 ** (0,028)
Humanidades	0,110 (0,064)	0,055 (0,060)
Línguas	0,125 * (0,050)	0,119 ** (0,042)
Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	0,106 ** (0,026)	0,105 ** (0,024)
Psicologia	-0,091 ** (0,033)	-0,111 ** (0,032)
Direito	-0,003 (0,030)	0,035 (0,029)
Ciências Naturais, Matemática, e Estatística	0,012 (0,030)	0,014 (0,029)
Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	-0,022 (0,042)	-0,087 ** (0,033)
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Const.	-0,057 ** (0,020)	-0,057 ** (0,020)

Grupo	2017		2021	
Arquitetura e Planeamento Urbano	-0,156	**	-0,169	**
	(0,035)		(0,042)	
Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	-0,042		-0,129	**
	(0,039)		(0,043)	
Medicina e Medicina dentária	-0,247	**	-0,302	**
	(0,026)		(0,026)	
Saúde	-0,059	*	-0,108	**
	(0,023)		(0,020)	
Farmácia	-0,202	**	-0,202	**
	(0,037)		(0,037)	
Bem-Estar	0,202	**	0,121	**
	(0,038)		(0,035)	
Serviços	0,206	**	0,187	**
	(0,031)		(0,030)	
Tipo de instituição (referência: Universitário Público)	0,055	**	0,055	**
	(0,016)		(0,015)	
Politécnico Público	-0,062	**	-0,032	
	(0,020)		(0,019)	
Universitário Privado	0,008		0,033	
	(0,034)		(0,029)	
Politécnico Privado				
	0,043		0,181	**
Tempo Parcial (<30h/semana)	(0,027)		(0,020)	
Mobilidade territorial				
Trabalha numa NUTS III diferente do curso.	0,015		-0,004	
	(0,012)		(0,011)	
Número de observações	5102		5756	

** p < 0,01, * p < 0,05.

Tabela II. Sobrequalificação, logit binário sobre desalinhamento vertical, efeitos marginais médios

Nota: As categorias de referência são Homem, sem experiência profissional prévia ou de estágio durante os estudos, não casado, sem filhos, Licenciatura (1.º ciclo), Gestão e Administração, Universitário Público, emprego a tempo inteiro e emprego na mesma região NUTS III da instituição de ensino superior frequentada.

4.5 DESALINHAMENTO HORIZONTAL

A Tabela 12 apresenta os resultados para o logit ordinal estimado para o desalinhamento horizontal. A variável dependente varia entre 1 e 5, tal como detalhado na secção metodológica.

Um ano após a obtenção do diploma, as diplomadas apresentam menor probabilidade de reportar níveis mais elevados de alinhamento horizontal, mas essa diferença não é estatisticamente significativa cinco anos após a obtenção do diploma. A idade e a média final não são estatisticamente significativas para a probabilidade de desalinhamento horizontal em nenhuma das coortes. A experiência profissional ou de estágio durante os estudos associa-se positivamente a um melhor alinhamento horizontal, mas apenas cinco anos após a obtenção do diploma. O estado civil e a existência de filhos não apresentam associações estatisticamente significativas.

Cinco anos após a obtenção do diploma, as diferenças por grau não são estatisticamente significativas. Em contraste, um ano após a obtenção do diploma, os diplomados de mestrado (2.º ciclo) e de mestrado integrado apresentam uma probabilidade significativamente maior de reportar níveis mais elevados de alinhamento horizontal.

As diferenças entre áreas de estudo são mais pronunciadas. Em comparação com Gestão e Administração, observam-se níveis mais baixos de alinhamento horizontal em várias áreas, incluindo Formação de Professores, Línguas, Ciências Sociais e Ciências Naturais em ambas as coortes. Observam-se associações negativas adicionais na coorte de 2020/21 para Humanidades e Psicologia, bem como para Medicina em ambas as coortes. A área da Saúde apresenta uma associação negativa e estatisticamente significativa na coorte mais antiga, embora o coeficiente não seja estatisticamente significativo na coorte mais recente.

As diferenças institucionais são limitadas. Um ano após a obtenção do diploma, os diplomados de politécnicos públicos apresentam uma probabilidade mais elevada de reportar níveis mais altos de alinhamento horizontal, mas estas diferenças não são estatisticamente significativas cinco anos após a obtenção do diploma.

O trabalho a tempo parcial associa-se negativamente ao alinhamento horizontal um ano após a obtenção do diploma, enquanto o coeficiente não é estatisticamente significativo para a coorte mais antiga. A mobilidade inter-regional não é estatisticamente significativa em nenhuma das coortes.

Grupo	2017	2021	
Mulher	-0,077 (0,059)	-0,150 (0,057)	**
Idade	-0,021 (0,020)	0,007 (0,009)	
Idade ao quadrado	0,001 (0,002)	-0,000 (0,001)	
Média final	0,031 (0,019)	0,023 (0,018)	
Experiência Profissional	0,253 (0,089)	0,161 (0,094)	**
Casado	0,100 (0,056)	0,096 (0,061)	
Com filhos	0,121 (0,086)	-0,044 (0,129)	
Ciclo de estudos (Referência: Licenciatura)			
CTeSP	0,023 (0,190)	-0,019 (0,174)	
Mestrado (2.º ciclo)	0,013 (0,084)	0,371 (0,079)	**
Mestrado integrado	-0,010 (0,120)	0,310 (0,112)	**
Área de estudo (referência: Gestão e Administração)			
Ciências da Educação	-0,158 (0,250)	-0,133 (0,234)	
Formação de Professores	-0,323 (0,149)	-0,404 (0,173)	*
Artes	-0,127 (0,130)	-0,051 (0,128)	
Humanidades	-0,488 (0,256)	-0,671 (0,299)	*
Línguas	-0,502 (0,226)	-0,513 (0,216)	*
Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	-0,400 (0,111)	-0,506 (0,107)	**

Grupo	2017	2021	
Psicologia	-0,183 (0,150)	-0,648 (0,156)	**
Direito	-0,120 (0,142)	-0,126 (0,134)	
Ciências Naturais, Matemática, e Estatística	-0,420 (0,126)	-0,378 (0,135)	**
Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	0,399 (0,207)	-0,182 (0,148)	
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Const.	-0,005 (0,092)	-0,112 (0,090)	
Arquitetura e Planeamento Urbano	0,094 (0,214)	-0,270 (0,239)	
Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	-0,042 (0,176)	0,077 (0,172)	
Medicina e Medicina Dentária	-0,565 (0,175)	-0,443 (0,150)	**
Saúde	-0,306 (0,115)	0,027 (0,096)	**
Farmácia	-0,338 (0,216)	-0,212 (0,187)	
Bem-Estar	-0,090 (0,187)	0,000 (0,169)	
Serviços	-0,095 (0,137)	-0,029 (0,153)	
Tipo de instituição (referência: Universitário Público)			
Politécnico Público	0,067 (0,071)	0,170 (0,071)	*
Universitário Privado	-0,023 (0,097)	0,137 (0,088)	
Politécnico Privado	0,019 (0,153)	0,051 (0,124)	
Tempo Parcial (<30h/semana)	-0,125 (0,112)	-0,404 (0,099)	**

Grupo	2017	2021
Mobilidade territorial		
Trabalha numa NUTS III diferente do curso.	0,095 (0,053)	0,049 (0,051)
Número de observações	5109	5763

** p < 0,01, * p < 0,05.

Tabela 12. Alinhamento horizontal (logit ordinal)

Nota: As categorias de referência são Homem, sem experiência profissional prévia ou de estágio durante os estudos, não casado, sem filhos, Licenciatura (1.º ciclo), Gestão e Administração, Universitário Público, emprego a tempo inteiro e emprego na mesma região NUTS III da instituição de ensino superior frequentada.

4.6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A Tabela 13 sintetiza os principais resultados das regressões nas cinco dimensões da qualidade do emprego consideradas neste relatório: salário por hora, tipo de contrato, satisfação no emprego, desalinhamento vertical e desalinhamento horizontal.

Variável Explicativa	Salários	Tipo de Contrato	Satisfação com o Emprego	Sobrequalificação	Alinhamento Horizontal
Mulher	Negativo	Negativo (2021)	Negativo (2017)	Positivo	Negativo (2021)
Média Final	Positivo	Nulo	Positivo (2017)	Negativo	Nulo
Idade	Misto	Positivo (2021)	Negativo	Positivo	Nulo
Experiência Profissional	Positivo (2021)	Positivo (2021)	Nulo	Negativo	Positivo (2017)
Casado	Positivo	Positivo	Positivo	Nulo	Nulo
Com Filhos	Nulo	Positivo	Nulo	Positivo	Nulo
Ciclo de estudos	CTeSP Negativo; Master / MI Positivo	Limitado	Limitado	Positivo para além do 1º ciclo	Positivo para níveis maiores (2021)
Área de estudo	TIC / Eng. positivo; Artes / Hum. / Bem-estar / Serviços negativo	TIC positivo; Artes / Hum. / Serviços negativo	TIC / Eng. positivo; Saúde, negativo	Positivo em Artes / Ling. / Cienc. Soc / Bem-estar / Serviços	Negativo em Cienc. Soc / Hum. / Saúde
Tipo de Instituição	Politécnico negativo	Limitado	Universitário Privado positivo	Politécnico Público Positivo	Limitado
Tempo Parcial	Positivo	Negativo	Negativo	Positivo (2021)	Negativo (2021)
Mobilidade Inter-regional	Nulo	Nulo	Nulo	Nulo	Nulo

Tabela 13. Resumo dos determinantes das dimensões da qualidade do emprego

Nota: A tabela resume a direção da associação nos modelos de regressão por coorte reportados nas Tabelas 8–12. “Nulo” indica ausência de uma associação clara ou estatisticamente consistente entre coortes. “Mais favorável” significa salários mais elevados, maior probabilidade de deter um contrato sem termo, maior satisfação no emprego, menor probabilidade de sobrequalificação ou maior alinhamento horizontal. MI = mestrado integrado. Os detalhes dos modelos são apresentados nas respetivas tabelas de regressão.

Emergem três conclusões principais. Em primeiro lugar, a área de estudo é a fonte mais consistente de diferenciação para a qualidade do emprego. Esta diferenciação é mais visível nos salários, mas estende-se para além da remuneração. Os diplomados de TIC e de Engenharia tendem a ocupar posições mais favoráveis em várias dimensões, incluindo salários e satisfação no emprego, e, em alguns casos, apresentam menor exposição ao desalinhamento. Em contraste, os diplomados de Artes, Humanidades, Bem-estar e de algumas áreas associadas aos Serviços estão mais frequentemente expostos a resultados mais desfavoráveis, incluindo salários mais baixos, menor estabilidade contratual e maiores riscos de desalinhamento. As áreas relacionadas com a Saúde apresentam um perfil mais misto, combinando resultados relativamente favoráveis em algumas dimensões com menor satisfação no emprego ou alinhamento mais fraco noutras.

Em segundo lugar, as diferentes dimensões da qualidade do emprego não se movem necessariamente em conjunto. Os salários estão mais fortemente associados ao desempenho académico, ao perfil do grau e à procura de emprego específica por área de estudo. O tipo de contrato apresenta uma ligação menos clara com o desempenho académico e parece depender mais das estruturas setoriais e ocupacionais, bem como de algumas características do agregado familiar. A satisfação no emprego está apenas parcialmente alinhada com estas dimensões mais objetivas e parece captar aspetos adicionais da qualidade do emprego relacionados com o conteúdo do emprego e com as expectativas dos diplomados. Os indicadores de desalinhamento mostram ainda que os diplomados podem estar empregados e até relativamente satisfeitos, permanecendo, no entanto, a trabalhar abaixo do seu nível de escolaridade ou fora da sua área de estudo. Este resultado confirma a pertinência de abordar a qualidade do emprego como um fenómeno multidimensional, em vez de recorrer a um único indicador.

Em terceiro lugar, a comparação entre coortes sugere continuidade mais do que rutura, embora com alguns indícios de atenuação da desvantagem à medida que avança o número de anos no mercado de trabalho. A estrutura geral das desigualdades mantém-se semelhante entre as coortes de 2016/17 e 2020/21, mas algumas diferenças tornam-se mais visíveis no ano mais recente, em particular no que respeita à estabilidade contratual e ao desalinhamento. Assim, as diferenças entre diplomados com características distintas parecem ser parcialmente atenuadas à medida que os diplomados passam mais tempo no mercado de trabalho.

Em conjunto, os resultados mostram que a qualidade do emprego entre diplomados do ensino superior em Portugal é moldada por um conjunto relativamente estável de fatores individuais, educativos e do mercado de trabalho, mas que estes fatores não atuam da mesma forma em todos os resultados. A secção seguinte desenvolve este argumento, analisando se as desvantagens se acumulam entre diferentes dimensões da qualidade do emprego nos mesmos indivíduos.

5. UMA ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL À QUALIDADE DO EMPREGO

Esta secção complementa as análises anteriores ao reunir as cinco dimensões da qualidade do emprego examinadas no relatório numa única medida. A qualidade do emprego não é um conjunto de resultados isolados, mas antes como uma combinação de condições que podem afetar-se mutuamente. Uma perspetiva multidimensional para a qualidade do emprego permite, assim, identificar se alguns diplomados enfrentam desvantagens pontuais ou, pelo contrário, acumulam simultaneamente várias características desfavoráveis do emprego. Esta abordagem está em linha com a literatura sobre precariedade, como sugerido por Kreshpaj et al. (2020).

Para fundamentar esta abordagem, começamos por assinalar que as cinco dimensões analisadas acima estão relacionadas, mas não são redundantes. Correlações positivas moderadas entre estas dimensões indicam que salários baixos, instabilidade contratual, menor satisfação no emprego e desalinhamentos tendem frequentemente a ocorrer em conjunto, embora não de forma perfeita. Um diplomado pode, por exemplo, obter um salário relativamente elevado e, ainda assim, permanecer em situação de desalinhamento, ou reportar satisfação no emprego apesar de insegurança contratual.

A análise de desvantagem cumulativa desloca, assim, o foco de resultados analisados separadamente para a incidência conjunta de condições desfavoráveis. Este procedimento permite avaliar se as mesmas clivagens sociais e educativas identificadas nas análises de regressão se traduzem também em desvantagem multidimensional, isto é, na acumulação simultânea de desvantagens em várias dimensões da qualidade do emprego.

5.1 MEDIÇÃO DA DESVANTAGEM CUMULATIVA

Seguindo a literatura sobre precariedade no mercado de trabalho (Kreshpaj et al., 2020), construímos um índice de desvantagem cumulativa (IDC) para identificar diplomados expostos simultaneamente a múltiplas características desfavoráveis do emprego. O índice assenta nas dimensões analisadas nas secções anteriores e incorpora cinco indicadores binários: salário baixo (inferior à mediana do salário por hora específico da coorte), não possuir contrato sem termo, baixa satisfação no emprego (valores 1-3 na escala) sobrequalificação, e baixo alinhamento horizontal (valores 1-2 na escala de 1-5).

Cada componente assume o valor 1 quando o diplomado se encontra numa posição de desvantagem e o caso contrário. O IDC é definido como a soma destes cinco indicadores e, por isso, varia entre 0, indicando ausência de desvantagens observadas, e 5, indicando desvantagem em todas as dimensões consideradas.

Para efeitos de interpretação, definimos também indicadores binários para níveis mais elevados de desvantagem, distinguindo os diplomados que experienciam pelo menos

duas condições adversas daqueles que não as experienciam. Todas as análises são realizadas numa amostra comum, restrita a indivíduos com informação válida nas cinco dimensões. De forma semelhante à abordagem adotada separadamente para cada dimensão da qualidade do emprego, os modelos multivariados incluem as mesmas variáveis explicativas apresentadas anteriormente, dada a sua potencial associação com as dimensões de qualidade do emprego.

5.2 DESVANTAGEM CUMULATIVA POR COORTE

A Figura 4 apresenta a distribuição do IDC (0-5) por coorte. Em ambas as coortes, a distribuição concentra-se em torno de uma ou duas desvantagens. No entanto, observa-se um deslocamento para a direita na coorte de 2020/21, com uma proporção mais elevada de diplomados na parte superior da distribuição ($IDC \geq 3$) e uma diminuição correspondente da proporção de diplomados sem desvantagens.

Este padrão indica que as características desfavoráveis do emprego tendem a ocorrer com maior frequência entre os diplomados mais recentes. Sugere também que análises baseadas em resultados isolados podem subestimar a extensão com que as desvantagens se acumulam ao nível individual.

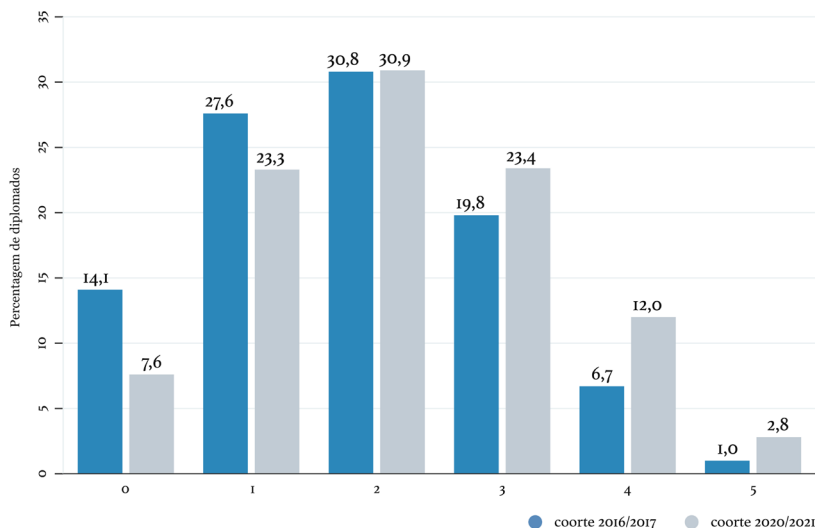


Figura 4. Desvantagem cumulativa (IDC, 0-5): distribuição por coorte

Nota: O IDC é definido como a soma de cinco condições desfavoráveis no emprego: salário por hora abaixo da mediana da coorte, não possuir contrato sem termo, sobrequalificação, baixa satisfação no emprego (valores 1-3 na escala) e baixo alinhamento horizontal (valores 1-2 na escala de 1-5). A amostra inclui apenas diplomados com informação válida em todas as cinco dimensões. As percentagens são calculadas em cada coorte. Os rótulos do gráfico mantêm-se iguais aos da base de dados.

5.3 DETERMINANTES DA DESVANTAGEM CUMULATIVA

Para analisar os determinantes da desvantagem cumulativa, estimamos modelos logit para a probabilidade de $IDC \geq 2$. Os resultados são reportados na forma de efeitos marginais médios (AME), que podem ser interpretados como variações na probabilidade prevista associadas a cada característica, mantendo as restantes características constantes. Os modelos incluem as mesmas variáveis explicativas apresentadas anteriormente: Mulher, Média final, Nível do grau, Área de estudo, Tipo de instituição e coorte, bem como para Tempo Parcial (<30h/semana) e Trabalha numa NUTS III diferente do curso, atendendo à sua potencial associação com os resultados de qualidade do emprego.

5.3.1. Estimativas agregadas

A Figura 5 apresenta os efeitos marginais médios (AME) estimados a partir de um modelo agregado que inclui ambas as coortes. O trabalho a tempo parcial associa-se positivamente à desvantagem cumulativa, sendo que os diplomados que trabalham menos de 30 horas por semana apresentam uma probabilidade mais elevada de experienciar pelo menos duas condições desfavoráveis de qualidade do emprego.

As diferenças por grau estão igualmente presentes. Em comparação com a licenciatura, os diplomados de todos os restantes níveis de grau apresentam uma probabilidade mais elevada de desvantagem cumulativa. O aumento estimado é mais elevado para os diplomados de CTeSP e de mestrado (2.º ciclo), enquanto a associação é menor, embora ainda positiva e estatisticamente significativa, no caso dos diplomados de mestrado integrado.

O tipo de instituição constitui outra dimensão relevante. Em comparação com os diplomados de universidades públicas e privadas, os diplomados de instituições politécnicas, tanto públicas como privadas (politécnicos), apresentam uma probabilidade mais elevada de $IDC \geq 2$. Assim, não se observam diferenças marcadas entre os subsectores público e privado, mas emergem diferenças claras entre os subsistemas universitário e politécnico.

As diferenças por género persistem, com as mulheres a apresentarem uma probabilidade mais elevada de desvantagem cumulativa, condicionada às características observadas. A média final associa-se negativamente à desvantagem cumulativa, indicando que um melhor desempenho académico está associado a uma menor probabilidade de obter múltiplos resultados desfavoráveis. Em contraste, a mobilidade inter-regional (trabalhar numa região NUTS III diferente) não se encontra significativamente associada à desvantagem cumulativa. Tal como nas secções anteriores, estas estimativas captam associações condicionais e não devem ser interpretadas como efeitos causais.

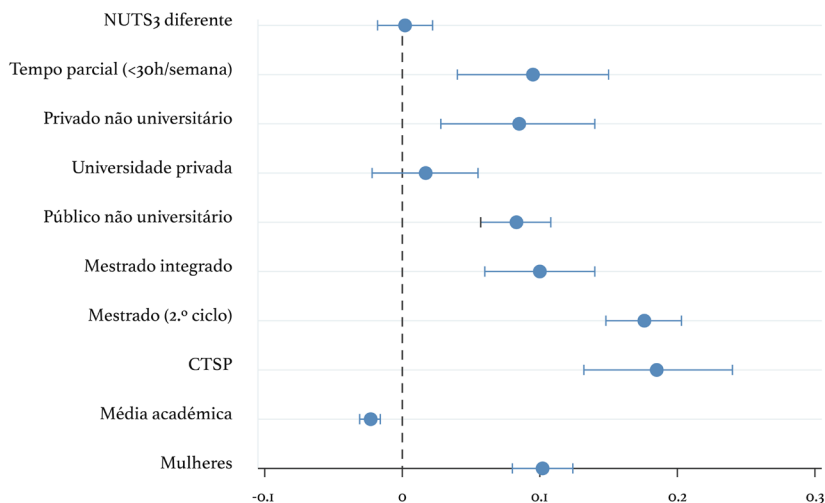


Figura 5. IDC ≥ 2 : efeitos marginais médios – logit com duas coortes

Nota: A figura apresenta os efeitos marginais médios (AME) de um modelo logit que estima a probabilidade de experienciar pelo menos duas condições desfavoráveis (IDC ≥ 2), com base na amostra combinada das duas coortes. O modelo inclui controlos para Mulher, Idade e Idade ao quadrado, Média final, Nível do grau, Área de estudo, Tipo de instituição, Tempo Parcial, e trabalha numa NUTS III diferente do curso. As barras horizontais representam intervalos de confiança de 95%. As categorias de referência são: Homem, sem experiência profissional durante os estudos; Licenciatura (1.º ciclo); Universitário Público; emprego a tempo inteiro; e emprego na mesma NUTS III da instituição de ensino superior frequentada. Os rótulos do gráfico mantêm-se iguais aos da base de dados.

5.3.2. Estimativas por coorte

A mesma especificação é estimada separadamente para cada coorte. Os padrões principais são, em termos gerais, semelhantes entre coortes. A associação positiva entre trabalho a tempo parcial e desvantagem cumulativa observa-se em ambas as coortes, tal como as estimativas por nível do grau e por tipo de instituição.

As diferenças por género e a associação negativa com a média final estão igualmente presentes em ambos os períodos. A obtenção de um mestrado (2.º ciclo) associa-se a uma probabilidade mais elevada de IDC ≥ 2 em comparação com a licenciatura, sendo este efeito mais pronunciado na coorte de 2016/17. Embora se observem diferenças de magnitude, a estrutura global dos resultados mantém-se estável entre as coortes.

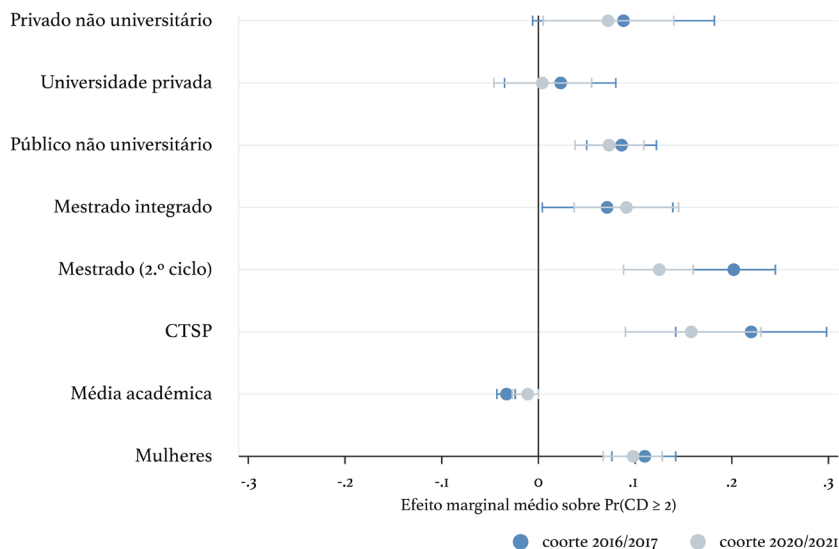


Figura 6. IDC ≥ 2 : Efeitos marginais médios, 2016/17 vs. 2020/21

Nota: A figura apresenta efeitos marginais médios de modelos logit estimados separadamente por coorte, em que a variável dependente é a probabilidade de experienciar pelo menos duas condições desfavoráveis (IDC ≥ 2). Os modelos incluem o mesmo conjunto de controlos utilizado no modelo agregado, com exceção da coorte. As barras horizontais representam intervalos de confiança de 95%. As categorias de referência são: Homem, Licenciatura (1.º ciclo), Universitário Público. Os rótulos do gráfico mantêm-se iguais aos da base de dados.

5.4 INTENSIDADE DA DESVANTAGEM CUMULATIVA

Para explorar plenamente a natureza ordinal do IDC, estimamos um modelo logit ordinal, com o IDC (0-5) como variável dependente, conforme apresentado na Tabela E2 do Apêndice E. Esta especificação utiliza mais informação do que o indicador binário e permite testar se as mesmas características se associam a um deslocamento para níveis mais elevados de desvantagem.

Os padrões qualitativos são consistentes com os resultados dos modelos logit: ser mulher associa-se a uma maior probabilidade de se situar em categorias mais elevadas de IDC; uma média final mais elevada reduz a probabilidade de níveis mais elevados de desvantagem; as diferenças por nível do grau e por tipo de instituição seguem sinais semelhantes aos observados nos modelos para IDC ≥ 2 ; e o trabalho a tempo parcial associa-se fortemente a um deslocamento para níveis mais elevados de desvantagem cumulativa, reforçando o seu papel central na leitura multidimensional da qualidade do emprego.

5.5 DIFERENÇAS POR ÁREA DE ESTUDO NA DESVANTAGEM CUMULATIVA

Por fim, exploramos a heterogeneidade entre áreas de estudo. Estimamos modelos logit específicos por coorte, incluindo controlos para Mulher, Média final, Nível do grau e Tipo de instituição, e calculamos as probabilidades previstas de $IDC \geq 2$ para cada área de estudo.

A Figura 7 evidencia a variação entre as áreas de estudo em ambas as coortes. Algumas áreas apresentam probabilidades mais baixas de $IDC \geq 2$, enquanto outras apresentam valores sistematicamente mais elevados. As diferenças entre coortes são visíveis em várias áreas, nomeadamente em Medicina, onde a probabilidade de desvantagem cumulativa é superior na coorte mais antiga; e em Direito, Gestão e Administração, Engenharia e Ciências Sociais, a probabilidade de desvantagem cumulativa é significativamente superior na coorte mais recente, o que sugere que, com o tempo no mercado de trabalho, algumas questões de desvantagem são ultrapassadas nestas áreas.

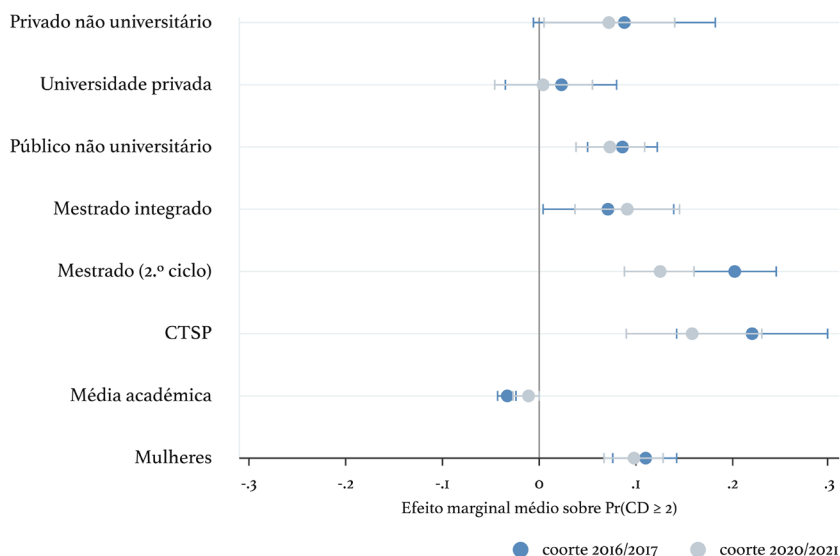


Figura 7. $IDC \geq 2$: probabilidade prevista por área de estudo, por coorte

Nota: A figura apresenta probabilidades previstas de experienciar pelo menos duas condições desfavoráveis ($IDC \geq 2$), obtidas a partir de modelos logit estimados separadamente por coorte. As probabilidades são reportadas por área de estudo. As barras horizontais representam intervalos de confiança de 95%. Os rótulos do gráfico mantêm-se iguais aos da base de dados.

6. CONCLUSÃO

A segunda parte deste relatório analisou a qualidade do emprego entre diplomados do ensino superior em Portugal, recorrendo a um enquadramento multidimensional que vai além do mero estatuto de emprego. Com base nos dados do Eurograduate para as coortes de 2016/17 e 2020/21, a análise considerou cinco dimensões da qualidade do emprego: salário por hora, estabilidade contratual, satisfação no emprego, desalinhamento vertical e desalinhamento horizontal. Adicionalmente, foi conduzida uma análise da incidência simultânea de resultados desfavoráveis da qualidade do emprego entre os diplomados, com o objetivo de avaliar os determinantes da exposição a condições de trabalho precárias.

Em todas as cinco dimensões da qualidade do emprego analisadas, a evidência multivariada aponta para o princípio de que, embora várias características individuais e do agregado familiar sejam relevantes, a diferenciação mais persistente e mais saliente é a área de estudo, com padrões que se repetem, ainda que não de forma perfeita, nos salários, na estabilidade contratual, na satisfação no emprego e no alinhamento educativo.

Nos modelos salariais, os rendimentos por hora são consistentemente mais elevados para os homens do que para as mulheres comparáveis em ambas as coortes, e apresentam uma associação positiva com o desempenho académico (GPA), indicando que os salários refletem simultaneamente uma estratificação de género e sinais observáveis de desempenho académico. O grau também apresenta uma associação forte com os rendimentos. As qualificações de ciclo curto estão associadas a salários marcadamente mais baixos em comparação com os graus de 1.º ciclo, enquanto as qualificações de 2.º ciclo e de mestrado integrado tendem a associar-se a prémios salariais, sobretudo na coorte mais recente. Ainda assim, os gradientes salariais mais elevados e mais estáveis são os associados às áreas de estudo, com Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Engenharia a exibirem diferenciais positivos expressivos, e várias áreas das Artes, Humanidades, Bem-estar e Serviços a apresentarem resultados salariais sistematicamente mais baixos, mesmo após o controlo por características individuais e institucionais. O tipo de instituição desempenha um papel comparativamente menor nos salários quando a área de estudo e o nível do grau são controlados, sendo a penalização mais consistente observada no subsistema politécnico face às universidades públicas, mais do que em clivagens entre os subsectores público e privado.

No que respeita à estabilidade contratual, a probabilidade de ter um contrato sem termo está menos ligada ao desempenho académico e parece depender mais da estrutura do mercado de trabalho e do posicionamento do agregado familiar. As diferenças por género na estabilidade contratual são mais evidentes na coorte de 2020/21, uma vez que as mulheres apresentam uma menor probabilidade de deter um contrato sem termo um ano após a obtenção do diploma, enquanto estas diferenças se atenuam cinco anos após a obtenção do diploma. A experiência profissional ou de estágio durante os estudos associa-se a uma maior estabilidade contratual na coorte mais recente, sugerindo que a exposição precoce ao mercado de trabalho pode facilitar a obtenção de posições de entrada mais estáveis, ainda que esta

associação seja mais fraca ou inexistente cinco anos após a obtenção do diploma. Tal como nos salários, as diferenças entre áreas de estudo são muito substanciais, com os diplomados em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) a surgirem de forma consistente associados a maior estabilidade, enquanto vários diplomados de áreas das Artes e Humanidades, bem como de partes dos domínios educação-relacionados e orientados para os serviços, apresentam probabilidades mais baixas de deter contratos sem termo.

No que respeita à satisfação no emprego, as mulheres reportam níveis mais baixos cinco anos após a obtenção do diploma, ao passo que a diferença não é estatisticamente significativa um ano após a obtenção do diploma, sugerindo que a insatisfação pode emergir ou acentuar-se à medida que as trajetórias profissionais evoluem. A idade associa-se negativamente à satisfação no emprego em ambas as coortes, enquanto o estar casado apresenta associação positiva com a satisfação no emprego. Em contraste, a experiência profissional prévia e a existência de filhos revelam associações mais fracas ou nulas, indicando que a satisfação no emprego tem determinantes distintos de outros aspetos da qualidade do emprego. Mais uma vez, os diplomados em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e em Engenharia associam-se a níveis mais elevados de satisfação, enquanto áreas relacionadas com a Saúde e alguns domínios das Artes e Humanidades apresentam níveis mais baixos. As diferenças institucionais na satisfação no emprego parecem mais visíveis do que nas restantes dimensões, dado que os diplomados de universidades privadas reportam maior satisfação; ainda assim, estes efeitos são menores em magnitude quando comparados com os associados à área de estudo.

No que respeita ao desalinhamento vertical, a forma dominante de desalinhamento entre os diplomados é a sobrequalificação. As mulheres enfrentam um risco mais elevado de sobrequalificação em ambas as coortes, enquanto uma média final mais elevada e a experiência profissional ou de estágio durante os estudos reduzem a probabilidade de sobrequalificação, sugerindo que tanto o desempenho académico como a exposição precoce ao mercado de trabalho funcionam como fatores de proteção contra o desalinhamento. As diferenças por nível do grau são muito relevantes, uma vez que os diplomados de mestrado e de ciclo curto apresentam probabilidades substancialmente mais elevadas de sobrequalificação em comparação com os diplomados de 1.º ciclo. Os padrões por área de estudo dependem fortemente da distinção entre as profissões tradicionais e as novas profissões de diplomados. A sobrequalificação é mais elevada em várias áreas de perfil mais generalista (por exemplo, partes das Artes, Línguas, Ciências Sociais, Bem-estar e Serviços, associadas a novas ocupações de diplomados) e mais baixa em áreas associadas a profissões tradicionais de diplomados de ensino superior (por exemplo, Medicina/Medicina Dentária, Farmácia, Arquitetura e Engenharia).

Por fim, no que respeita ao desalinhamento horizontal, as mulheres apresentam uma menor probabilidade de reportar níveis mais elevados de alinhamento um ano após a obtenção do diploma, enquanto a experiência profissional ou de estágio durante os estudos se associa positivamente à qualidade do alinhamento cinco anos após a obtenção do diploma. As diferenças entre áreas de estudo voltam a ser as mais fortes e sistemáticas, com várias áreas adjacentes às ciências sociais e às humanidades a exibirem uma correspondência mais fraca,

ao passo que as áreas associadas a profissões tradicionais de diplomados apresentam um alinhamento mais forte. Este padrão indica que a capacidade dos mercados de trabalho para absorver diplomados “na sua área” varia de forma marcada entre domínios.

Em seguida, é proposto um índice de desvantagem cumulativa (IDC) que combina a incidência simultânea das cinco variáveis da qualidade do emprego analisadas no relatório. Os determinantes da desvantagem multidimensional reproduzem, em larga medida, os padrões observados na análise dimensão a dimensão. A área de estudo mantém-se como o eixo estruturalmente mais consequente, enquanto se observam efeitos mais fracos e de menor magnitude associados ao grau e ao sub-setor institucional, sendo os percursos não universitários e os níveis de qualificação acima do 1.º ciclo os mais frequentemente associados à concentração de desvantagens da qualidade do emprego. Ao nível individual, as mulheres e os diplomados com desempenho académico mais baixo apresentam probabilidades sistematicamente mais elevadas de sofrer múltiplas desvantagens, enquanto a experiência profissional durante os estudos tende a reduzir a exposição às componentes do IDC relacionadas com o desalinhamento.

Um objetivo central da utilização do Eurograduate é o seu potencial para a comparação direta entre diferentes coortes. Entre coortes, observa-se um perfil de início de carreira claramente menos favorável para os diplomados mais recentes, em linha com condições de entrada no mercado de trabalho mais fracas. Em termos descritivos, a coorte de 2020/21 (observada um ano após a obtenção do diploma) caracteriza-se por salários por hora mais baixos e por uma prevalência substancialmente menor de contratos sem termo do que a coorte de 2016/17 (observada cinco anos após a obtenção do diploma), o que sinaliza uma integração inicial no emprego mais precária, em grande medida expectável. Em contraste, a distribuição global da satisfação no emprego é relativamente semelhante entre as coortes, com a maioria dos inquiridos a reportar valores na parte superior da escala, ainda que alguns diferenciais, nomeadamente por género, se tornem mais claros na coorte mais antiga quando se introduzem controlos. O contraste mais acentuado entre coortes emerge no alinhamento educativo, com a sobrequalificação a ser significativamente mais prevalente entre os diplomados de 2020/21, sugerindo que os empregos iniciais desta coorte se situam com mais frequência abaixo do nível formal de escolaridade alcançado. O alinhamento horizontal também varia entre coortes, com a coorte mais recente a apresentar uma distribuição enviesada para um alinhamento mais fraco entre emprego e área de estudo. Quando estes resultados são combinados na análise multidimensional, verifica-se que uma proporção mais elevada de diplomados da coorte mais recente apresenta múltiplas desvantagens simultâneas.

Na primeira secção do relatório, sintetizámos os avanços recentes na recolha de dados para o acompanhamento dos diplomados em Portugal. Em primeiro lugar, no que respeita aos dados administrativos, as entrevistas realizadas com o INE e a DGEEC, aquando da elaboração da primeira parte do relatório, evidenciaram que o processo de ligação de dados administrativos entre diferentes entidades institucionais em Portugal encontra-se em

curso. Contudo, até março de 2026, não se registaram progressos publicamente visíveis na concretização dessa ligação. Importa salientar que esta articulação, embora extremamente relevante, teria um alcance limitado para responder às questões de investigação apresentadas neste relatório. Por um lado, os dados administrativos não garantem a captação de todo o universo relevante, uma vez que, por exemplo, não captariam os diplomados que migraram para o estrangeiro; por outro, nem todas as dimensões da qualidade do emprego podem ser avaliadas exclusivamente com base em dados administrativos – sendo disso o melhor exemplo a satisfação com o emprego.

Neste contexto, destacam-se dois desenvolvimentos ao nível governamental. Em primeiro lugar, o projeto 24PT12, liderado pela OCDE, visa conceber uma abordagem de Avaliação e Antecipação de Competências para o ensino superior, mobilizando fontes de dados existentes, de inquéritos e administrativas, para apoiar um sistema prospetivo, mais próximo do modelo OSKA da Estónia, estando prevista a apresentação de um roteiro de implementação em julho de 2026. Em segundo lugar, a atribuição das responsabilidades de acompanhamento de diplomados ao recém-criado Instituto para o Ensino Superior (IES I. P.), incluindo a implementação de um inquérito aos diplomados, com base em consentimento informado e alinhado ao Eurograduate, representa um passo no sentido da centralização, ainda que com um horizonte de implementação prolongado.

Estes avanços, conjugados com os resultados apresentados no relatório, sustentam a principal recomendação de política pública que decorre deste estudo: antes de proceder a um ajustamento fino da oferta de ensino superior em Portugal, é necessário fornecer mais e melhor informação às IES e aos estudantes. As instituições precisam de acesso a dados mais completos para compreenderem melhor os resultados dos seus diplomados no mercado de trabalho e, com base nisso, se for do seu interesse, poderem reajustar a sua oferta formativa. Contudo, de forma ainda mais decisiva, os estudantes e as famílias necessitam de mais informação. A promessa de prémios salariais e de melhores perspetivas de emprego associada ao ensino superior não é homogénea entre as áreas de estudo, cabendo às famílias decidir se e como a procura deve responder aos resultados de empregabilidade observados. Só depois de ser disponibilizada informação suficiente aos estudantes e às famílias, permitindo decisões mais bem fundamentadas e uma possível mudança na procura por cursos em Portugal, será possível avaliar adequadamente a oferta do sistema de ensino superior e ponderar eventuais ajustamentos.

Os resultados sugerem que a qualidade do emprego dos diplomados de ensino superior em Portugal deve ser discutida sobretudo a partir de uma perspetiva centrada na área de estudo, e não através da comparação entre instituições. As diferenças nos salários, na estabilidade contratual, na satisfação no emprego e no desalinhamento vertical e horizontal parecem alinhar-se mais fortemente com aquilo que os diplomados estudam e com a forma como essas qualificações se articulam com as ocupações do que com efeitos de “marca” institucional. Isto significa que as instituições de ensino superior não devem reear comparações explícitas dos resultados no mercado de trabalho à escala nacional, uma vez que estes estão sobretudo associados às áreas de estudo e não às instituições em si mesmas.

Consequentemente, o papel público mais adequado consiste em reforçar a transparência, permitindo que estudantes e famílias compreendam os trade-offs entre áreas em termos de remuneração, estabilidade contratual, satisfação no emprego e desalinhamento horizontal e vertical. Dado que os estudantes em situação de maior desvantagem tendem a concentrar-se em áreas com desempenhos médios – do ponto de vista da qualidade do emprego – mais baixos, uma informação mais precisa ao nível das áreas de estudo pode funcionar como um instrumento de equidade. Esta informação deverá, assim, orientar prioritariamente a procura no ensino superior, aproximando-a das preferências mais informadas – e potencialmente mais alinhadas com os objetivos e constrangimentos – dos estudantes e das famílias, ao escolherem o grau e a área de formação.

REFERÊNCIAS PARTE I

- Abel, J. R. (2014). Are Recent College Graduates Finding Good Jobs? *Federal Reserve Bank of New York Current Issues in Economics and Finance*, 20(1), 1-8.
- Akkermans, J., Brenninkmeijer, V., Huibers, M., & Blonk, R. W. B. (2013). Competencies for the Contemporary Career: Development and Preliminary Validation of the Career Competencies Questionnaire. *Journal of Career Development*, 40(3), 245-267. <https://doi.org/10.1177/0894845312467501>
- Allen, J. P., & van der Velden, R. K. W. (2009). *Competencies and early labour Market careers of Higher Education graduates*. European Union.
- Araújo, I., & Carneiro, A. (2023). Educational mismatches of newly hired workers: Short- and medium-term effects on wages. *International Labour Review*, 162(3), 355-383. <https://doi.org/10.1111/ilr.12374>
- Axelrad, H., Malul, M., & Luski, I. (2018). Unemployment among younger and older individuals: Does conventional data about unemployment tell us the whole story? *Journal for Labour Market Research*, 52(1), 3. <https://doi.org/10.1186/s12651-018-0237-9>
- Baldry, K. (2016). Graduate unemployment in South Africa: Social inequality reproduced. *Journal of Education and Work*, 29(7), 788-812. <https://doi.org/10.1080/13639080.2015.1066928>
- Becker, G. (1964). *Human Capital A Theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education* (3rd Edition). The University of Chicago Press.
- Börjesson, M., & Dalberg, T. (2021). Massification, unification, marketisation, internationalisation: A socio-political history of higher education in Sweden 1945-2020. *European Journal of Higher Education*, 11(3), 346-364. <https://doi.org/10.1080/21568235.2021.1945473>
- Britton, J., Van Der Erve, L., Belfield, C., Vignoles, A., Dickson, M., Zhu, Y., Walker, I., Dearden, L., Sibieta, L., & Buscha, F. (2022). How much does degree choice matter? *Labour Economics*, 79, 102268. <https://doi.org/10.1016/j.labeco.2022.102268>
- Brown, P., Hesketh, A., & Williams, S. (2004). *The mismanagement of talent: Employability and obs in the knowledge economy*. Oxford University Press, USA.
- Cantante, F., & Estêvão, P. (2024). (Des)ajustamentos qualificacionais em Portugal: Evolução, incidências e a importância do ponto de partida. *Estudos CoLABOR*, no 7.
- Cattaneo, M., Meoli, M., & Signori, A. (2016). Performance-based funding and university research productivity: The moderating effect of university legitimacy. *The Journal of Technology Transfer*, 41(1), 85-104. <https://doi.org/10.1007/s10961-014-9379-2>
- Cerdeira, L., Machado-Taylor, M. D. L., Cabrito, B., Patrocínio, T., Brites, R., Gomes, R., Lopes, J. T., Vaz, H., Peixoto, P., Magalhães, D., Silva, S., & Ganga, R. (2016). Brain drain and the disenchantment of being a higher education student in Portugal. *Journal of Higher Education Policy and Management*, 38(1), 68-77. <https://doi.org/10.1080/1360080X.2015.1126892>
- Doeringer, P. B., & Piore, M. J. (2020). *Internal Labor Markets and Manpower Analysis: With a New Introduction* (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003069720>

Drydakis, N. (2016). The effect of university attended on graduates' labour market prospects: A field study of Great Britain. *Economics of Education Review*, 52, 192-208. <https://doi.org/10.1016/j.econedurev.2016.03.001>

Empregabilidade dos Ciclos de Estudos do Ensino Superior (Audit No. 24/2022; p. 77). (2022). Tribunal de Contas. <https://www.tcontas.pt/pt-pt/ProdutosTC/Relatorios/RelatoriosAuditoria/Documents/2022/relo24-2022-2s.pdf>

Figueiredo, H., Biscaia, R., Rocha, V., & Teixeira, P. (2017). Should we start worrying? Mass higher education, skill demand and the increasingly complex landscape of young graduates' employment. *Studies in Higher Education*, 42(8), 1401-1420. <https://doi.org/10.1080/03075079.2015.1101754>

Helyer, R., & Lee, D. (2014). The Role of Work Experience in the Future Employability of Higher Education Graduates. *Higher Education Quarterly*, 68(3), 348-372. <https://doi.org/10.1111/hequ.12055>

Hierarchical linear models: Applications and data analysis methods: Anthony S. Bryk and Stephen W. Raudenbush. Newbury Park, CA: Sage, 1992. (ISBN 0-8039-4627-9), pp. xvi + 265. Price: U.S. \$45.00 (cloth). (1997). *Economics of Education Review*, 16(3), 348. [https://doi.org/10.1016/S0272-7757\(97\)80188-4](https://doi.org/10.1016/S0272-7757(97)80188-4)

Kang, L., Peng, F., & Zhu, Y. (2021). Returns to higher education subjects and tiers in China: Evidence from the China Family Panel Studies. *Studies in Higher Education*, 46(8), 1682-1695. <https://doi.org/10.1080/03075079.2019.1698538>

Lee, S. J., & Müller, L. (2019). Institutional stratification and its effects on wages of higher education graduates in Germany and South Korea. *European Journal of Higher Education*, 9(4), 433-451. <https://doi.org/10.1080/21568235.2019.1666290>

Machin, M. A., & Creed, P. A. (2003). Understanding the differential benefits of training for the unemployed. *Australian Journal of Psychology*, 55(2), 104-113. <https://doi.org/10.1080/00049530412331312964>

Matache, I. C. (2023). Human Capital Theory—One way of Explaining Higher Education Massification. *Journal of Public Administration, Finance and Law*, 29, 363-371

Mincer, J. A. (1974). Schooling and Earnings. In *Schooling, Experience, and Earnings* (pp. 41-63). NBER. <https://www.nber.org/books-and-chapters/schooling-experience-and-earnings/schooling-and-earnings>

Norton, E. C., & Dowd, B. E. (2018). Log Odds and the Interpretation of Logit Models. *Health Services Research*, 53(2), 859-878. <https://doi.org/10.1111/1475-6773.12712>

Norton, S., & Dalrymple, R. (2020). *Enhancing Graduate Employability: A case study compendium*. 3.

Núñez, I., & Livanos, I. (2010). Higher education and unemployment in Europe: An analysis of the academic subject and national effects. *Higher Education*, 59(4), 475-487. <https://doi.org/10.1007/s10734-009-9260-7>

Rodrigues, N., Oliveira, F., Biscaia, R., Silva, P. L., Rudakov, V., & Inácio, A. (2024).

Eurograduate 2022, 2nd Phase of the European Pilot Survey of Higher Education Graduates (p. 71) [Country Report].

- Sá, C., Oliveira, C., Sousa, S., & Sousta, S. (2014). *Educação e mercado de trabalho em Portugal: Retornos e transições*. Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/35444>
- Scandurra, R., Kelly, D., Fusaro, S., Cefalo, R., & Hermannsson, K. (2024). Do employability programmes in higher education improve skills and labour market outcomes? A systematic review of academic literature. *Studies in Higher Education*, 49(8), 1381-1396. <https://doi.org/10.1080/03075079.2023.2265425>
- Silva, P. A., Carmo, R. M., Cantante, F., Cruz, C. M., Estêvão, P., Manso, L., Pereira, T. S., & Lamelas, F. (2020). Trabalho e desigualdades no Grande Confinamento (II). Desemprego, layoff e adaptação ao teletrabalho. Estudos CoLABOR, N.02.
- Silva, P., Lopes, B., Costa, M., Melo, A. I., Dias, G. P., Brito, E., & Seabra, D. (2018). The million-dollar question: *Can internships boost employment?* *Studies in Higher Education*, 43(1), 2-21. <https://doi.org/10.1080/03075079.2016.1144181>
- Silva, P., Lopes, B., Costa, M., Seabra, D., Melo, A. I., Brito, E., & Dias, G. P. (2016). Stairway to employment? Internships in higher education. *Higher Education*, 72(6), 703-721. <https://doi.org/10.1007/s10734-015-9903-9>
- Spence, M. (2002). Signaling in Retrospect and the Informational Structure of Markets. *American Economic Review*, 92(3), 434-459. <https://doi.org/10.1257/00028280260136200>
- Suleman, F., Figueiredo, M., & Guimarães, R. (2023). Are graduates working in graduate occupations? Insights from the Portuguese labour market. In *Rethinking Graduate Employability in Context: Discourse, Policy and Practice* (pp. 135-159). Cham: Springer International Publishing.
- Tavares, O., Sin, C., Sá, C., Pereira, F., & Amaral, A. (2023). Graduate employment: Does the type of higher education institution matter? *Bulletin of Economic Research*, 75(4), 1140-1156. <https://doi.org/10.1111/boer.12400>
- Tight, M. (2019). Mass Higher Education and Massification. *Higher Education Policy*, 32(1), 93-108. <https://doi.org/10.1057/s41307-017-0075-3>
- Van Mol, C., Caarls, K., & Souto-Otero, M. (2021). International student mobility and labour market outcomes: An investigation of the role of level of study, type of mobility, and international prestige hierarchies. *Higher Education*, 82(6), 1145-1171. <https://doi.org/10.1007/s10734-020-00532-3>
- Voorhees, R. A. (1987). Toward building models of community college persistence: A logit analysis. *Research in Higher Education*, 26(2), 115-129. <https://doi.org/10.1007/BF00992024>
- Waibel, S., Petzold, K., & Rüger, H. (2018). Occupational status benefits of studying abroad and the role of occupational specificity - A propensity score matching approach. *Social Science Research*, 74, 45-61. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2018.05.006>
- Weiss, F., Klein, M., & Grauenhorst, T. (2014). The effects of work experience during higher education on labour market entry: Learning by doing or an entry ticket? *Work, Employment and Society*, 28(5), 788-807. <https://doi.org/10.1177/0950017013506772>
- Wiers-Jenssen, J., & Støren, L. A. (2021). International student mobility and the transition from higher education to work in Norway. *Higher Education*, 82(6), 1119-1143. <https://doi.org/10.1007/s10734-020-00564-9>

Wooldridge, J. M. (2010). *Econometric analysis of cross section and panel data* (2nd ed.). MIT Press.

INE (2025). “Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego”. Available in *Empregabilidade dos Ciclos de Estudos do Ensino Superior* (Audit No. 24/2022; p. 77). (2022). Tribunal de Contas. <https://www.tcontas.pt/pt-pt/ProdutosTC/Relatorios/RelatoriosAuditoria/Documents/2022/relo24-2022-2s.pdf>

Figueiredo, H., Biscaia, R., Rocha, V., & Teixeira, P. (2017). Should we start worrying? Mass higher education, skill demand and the increasingly complex landscape of young graduates’ employment. *Studies in Higher Education*, 42(8), 1401-1420. <https://doi.org/10.1080/03075079.2015.1101754>

Rodrigues, N., Oliveira, F., Biscaia, R., Silva, P. L., Rudakov, V., & Inácio, A. (2024).

Eurograduate 2022, 2nd Phase of the European Pilot Survey of Higher Education Graduates (p. 71) [Country Report].

REFERÊNCIAS PARTE 2

- Aleksynska, M. (2018). Temporary employment, work quality, and job satisfaction. *Journal of Comparative Economics*, 46(3), 722-735.
- Allen, J. (2001). Educational mismatches versus skill mismatches: Effects on wages, job satisfaction, and on-the-job search. *Oxford Economic Papers*, 53(3), 434-452. <https://doi.org/10.1093/oeq/53.3.434>
- Almeida, A., Figueiredo, H., Cerejeira, J., Portela, M., Sa, C., & Teixeira, P. (2017). *Returns to Postgraduate Education in Portugal: Holding on to a Higher Ground?* (SSRN Scholarly Paper No. 2949112). <https://doi.org/10.2139/ssrn.2949112>
- Altonji, J. G., Blom, E., & Meghir, C. (2012). Heterogeneity in Human Capital Investments: High School Curriculum, College Major, and Careers. *Annual Review of Economics*, 4(1), 185-223. <https://doi.org/10.1146/annurev-economics-080511-110908>
- Alves, M. G., Morais, C., & Chaves, M. (2017). Employability of higher education graduates in Portugal: Trends and challenges in the beginning of the 21st century. *Forum Sociológico. Série II*, (31), 9-19. <https://doi.org/10.4000/sociologico.1841>
- Araújo, I., & Carneiro, A. (2023). Educational mismatches of newly hired workers: Short- and medium-term effects on wages. *International Labour Review*, 162(3), 355-383. <https://doi.org/10.1111/ilr.12374>
- Barański, M. (2014). Determinants of Temporary Employment in Poland. *Warsaw Forum of Economic Sociology*, 5(1 (9)), 81-110.
- Benach, J., Vives, A., Amable, M., Vanroelen, C., Tarafa, G., & Muntaner, C. (2014). Precarious employment: Understanding an emerging social determinant of health. *Annual Review of Public Health*, 35, 229-253. <https://doi.org/10.1146/annurev-publhealth-032013-182500>
- Blau, F. D., & Kahn, L. M. (2017). The Gender Wage Gap: Extent, Trends, and Explanations. *Journal of Economic Literature*, 55(3), 789-865. <https://doi.org/10.1257/jel.20160995>
- Bratić, V., & Vukšić, G. (2014). Fixed-Term Employment During Transition. *Eastern European Economics*, 52(6), 57-76. <https://doi.org/10.1080/00128775.2014.1003507>
- Canzio, L. I., Bühlmann, F., & Masdonati, J. (2023). Job satisfaction across Europe: An analysis of the heterogeneous temporary workforce in 27 countries. *Economic and Industrial Democracy*, 44(3), 728-754. <https://doi.org/10.1177/0143831X221088306>
- Carneiro, A., Guimarães, P., & Portugal, P. (2012). Real Wages and the Business Cycle: Accounting for Worker, Firm, and Job Title Heterogeneity. *American Economic Journal: Macroeconomics*. <https://doi.org/10.1257/mac.4.2.133>
- Carneiro, A., Portugal, P., & Varejão, J. (2014). Catastrophic Job Destruction during the Portuguese Economic Crisis. *Journal of Macroeconomics*.
- Cazes, S., Hijzen, A., & Saint-Martin, A. (2015). Measuring and Assessing Job Quality: The OECD Job Quality Framework. *OECD Social, Employment and Migration Working Papers*, *OECD Social, Employment and Migration Working Papers*, Article 174. <https://ideas.repec.org/p/oec/elsaab/174-en.html>

- Chadi, A., & Hetschko, C. (2016). Flexibilization without hesitation? Temporary contracts and job satisfaction. *Oxford Economic Papers*, 68(1), 217-237.
- De Santis, M., Florensa, M., Gáname, M. C., & Moncarz, P. E. (2021). Job Satisfaction of Recent University Graduates in Economics Sciences: The Role of the Match Between Formal Education and Job Requirements: M. De Santis. *Journal of Happiness Studies*, 22(7), 3157-3197.
- Espinoza, O., González, L., Miranda, C., Sandoval, L., Corradi, B., McGinn, N., & Larrondo, Y. (2024). Job satisfaction among university graduates in Chile. *Higher Education, Skills and Work-Based Learning*, 14(4), 865-883.
- Eurofound. (2012). Trends in job quality in Europe. Eurofound. <https://doi.org/10.2806/35164>
- Eurograduate Consortium. (2015). *Testing the Feasibility of a European Graduate Study*.
- Fausser, S., & Gebel, M. (2023). Labor market dualism and the heterogeneous wage gap for temporary employment: A multilevel study across 30 countries. *Socio-Economic Review*, 21(4), 2069-2091. <https://doi.org/10.1093/ser/mwac072>
- Figueiredo, H., Biscaia, R., Rocha, V., & Teixeira, P. (2017). Should we start worrying? Mass higher education, skill demand and the increasingly complex landscape of young graduates' employment. *Studies in Higher Education*, 42(8), 1401-1420. <https://doi.org/10.1080/03075079.2015.1101754>
- Figueiredo, H., Teixeira, P., & Rubery, J. (2013). Unequal futures? Mass higher education and graduates' relative earnings in Portugal, 1995-2009. *Applied Economics Letters*, 20(10), 991-997. <https://doi.org/10.1080/13504851.2013.770119>
- Filomena, M., & Picchio, M. (2022). Are temporary jobs stepping stones or dead ends? A systematic review of the literature. *International Journal of Manpower*, 43(9), 60-74. <https://doi.org/10.1108/IJM-02-2022-0064>
- Gajderowicz, T., Grotkowska, G., & Wincenciak, L. (2014). Graduates' job satisfaction across domains of study. *International Journal of Manpower*, 35(4), 470-499.
- Garrouste, C. L., & Rodrigues, M. (2014). Employability of young graduates in Europe. *International Journal of Manpower*, 35(4), 425-447.
- Green, F., & Zhu, Y. (2010). Overqualification, job dissatisfaction, and increasing dispersion in the returns to graduate education. *Oxford Economic Papers*, 62(4), 740-763.
- Hojda, P., Roszkowska, S., & Trojak, M. (2022). What drives labour market success? Empirical analysis of university graduates in Poland. *Education+ Training*, 64(5), 619-641.
- Holman, D., & McClelland, C. (2011). Job quality in growing and declining economic sectors of the EU. European Commission.
- International Labour Organization (ILO). (2013). Decent Work Indicators: Guidelines for Producers and Users of Statistical and Legal Framework Indicators. ILO. https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/%40odgreports/%40ostat/documents/publication/wcms_223121.pdf
- Kahn, L. B. (2010). The long-term labor market consequences of graduating from college in a bad economy. *Labour Economics*, 17(2), 303-316. <https://doi.org/10.1016/j.labeco.2009.09.002>

- Kaiser, F. G., Oerke, B., & Bogner, F. X. (2007). Behavior-based environmental attitude: Development of an instrument for adolescents. *Journal of Environmental Psychology*, 27(3), 242–251. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2007.06.004>
- Kalamatianou, A. (2018). Logistic regression predictive models of job and degree satisfaction among Greek social sciences graduates. *International Journal of Statistics and Applications*, 8(5), 226–248. <https://doi.org/10.5923/j.statistics.20180805.02>
- Karabchuk, T. (2012). Part-time and temporary workers in Russia: Winners or losers? *Journal for Labour Market Research*, 45(1), 23–39. <https://doi.org/10.1007/s12651-011-0096-0>
- Kreshpaj, B., Orellana, C., Burström, B., Davis, L., Hemmingsson, T., Johansson, G., Kjellberg, K., Jonsson, J., Wegman, D. H., & Bodin, T. (2020). What is precarious employment? A systematic review of definitions and operationalizations from quantitative and qualitative studies. *Scandinavian Journal of Work, Environment & Health*, 46(3), 235–247. <https://doi.org/10.5271/sjweh.3875>
- Kretsos, L., & Livanos, I. (2016). The extent and determinants of precarious employment in Europe. *International Journal of Manpower*, 37(1), 25–43. <https://doi.org/10.1108/IJM-12-2014-0243>
- Lažetić, P. (2020). The gender gap in graduate job quality in Europe – a comparative analysis across economic sectors and countries. *Oxford Review of Education*, 46(1), 129–151. <https://doi.org/10.1080/03054985.2019.1687439>
- Lee, S. S., & Baek, S. (2025). Beyond the precariat: Trajectories of precarious work and its determinants in South Korea. *International Journal of Social Welfare*, 34(2), e12694. <https://doi.org/10.1111/ijsw.12694>
- McGuinness, S. (2006a). Overeducation in the Labour Market. *Journal of Economic Surveys*, 20(3), 387–418. <https://doi.org/10.1111/j.0950-0804.2006.00284.x>
- McGuinness, S. (2006b). *Overeducation in the Labour Market*. 20(3). <https://wiley.up.ejournals.com/doi/epdf/10.1111%2Fj.0950-0804.2006.00284.x>
- Murillo-Huertas, I. P., Ramos, R., Simón, H., & Simón-Albert, R. (2023). Is multidimensional precarious employment higher for women? *Journal of Industrial Relations*, 65(1), 44–71. <https://doi.org/10.1177/00221856221128873>
- OECD. (2019). *OECD Employment Outlook 2019: The Future of Work*. OECD *Employment Outlook*, 2019. <https://doi.org/10.1787/9ee00155-en>
- Orfao, G., del Rey, A., & Malo, M. Á. (2021). A Multidimensional Approach to Precarious Employment Among Young Workers in EU-28 Countries. *Social Indicators Research*, 158(3), 1153–1178. <https://doi.org/10.1007/s11205-021-02734-3>
- Pimenta, A. C., & Pereira, M. C. (2019). *Aggregate educational mismatches in the Portuguese labour market*. https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/re201903_e.pdf
- Psacharopoulos, G., & Patrinos, H. A. (2018). Returns to investment in education: A decennial review of the global literature. *Education Economics*, 26(5), 445–458. <https://doi.org/10.1080/09645292.2018.1484426>

Quintini, G. (2011). Over-Qualified or Under-Skilled: A Review of Existing Literature. OECD Social, Employment and Migration Working Papers, *OECD Social, Employment and Migration Working Papers*, Article 121. <https://ideas.repec.org/p/oec/elsaab/121-en.html>

Robst, J. (2007). Education and job match: The relatedness of college major and work. *Economics of Education Review*, 26(4), 397–407. <https://doi.org/10.1016/j.econedurev.2006.08.003>

Rodrigues, N., Oliveira, F., Biscaia, R., Silva, P. L., Rudakov, V., & Inácio, A. (2024). *Eurograduate 2022, 2nd Phase of the European Pilot Survey of Higher Education Graduates* (p. 71) [Country Report].

Rubery, J., & Grimshaw, D. (2014). The 40-year pursuit of equal pay: A case of constantly moving goalposts. *Cambridge Journal of Economics*, 39, 319–343. <https://doi.org/10.1093/cje/beu053>

Salladarré, F., & Hlaimi, B. (2007). *Analysis of the determinants of Temporary employment in 19 European countries*.

Salladarré, F., & Hlaimi, S. (2014). Women and part-time work in Europe. *International Labour Review*, 153(2), 293–310. <https://doi.org/10.1111/j.1564-913X.2014.00205.x>

Sapkal, R., & Sundar, S. (2017). Determinants Of Precarious Employment In India: An Empirical Analysis. In *Research in the Sociology of Work* (Vol. 31, pp. 335–361). <https://doi.org/10.1108/So277-283320170000031011>

Shi, Y., Yu, H., Huang, Y., Shen, X., & Guo, W. (2023). Over-education and Job Satisfaction among New Graduates in China: A Gender Perspective: Y. Shi et al. *Social Indicators Research*, 170(1), 51–74.

Tavares, O., Sin, C., Sá, C., Pereira, F., & Amaral, A. (2023a). Graduate employment: Does the type of higher education institution matter? *Bulletin of Economic Research*, 75(4), 1140–1156. <https://doi.org/10.1111/boer.12400>

Tavares, O., Sin, C., Sá, C., Pereira, F., & Amaral, A. (2023b). Graduate employment: Does the type of higher education institution matter? *Bulletin of Economic Research*, 75(4), 1140–1156. <https://doi.org/10.1111/boer.12400>

Tribunal de Contas. (2022). *Empregabilidade dos Ciclos de Estudos do Ensino Superior* (Audit No. 24/2022; p. 77). Tribunal de Contas. <https://www.tcontas.pt/pt-pt/ProdutosTC/Relatorios/RelatoriosAuditoria/Documents/2022/relo24-2022-2s.pdf>

Van Der Velden, R., & Allen, J. (2011). The Flexible Professional in the Knowledge Society: Required Competences and the Role of Higher Education. In J. Allen & R. Van Der Velden (Eds.), *The Flexible Professional in the Knowledge Society* (Vol. 35, pp. 15–53). Springer Netherlands. https://doi.org/10.1007/978-94-007-1353-6_2

Verhaest, D., & Van Der Velden, R. (2013). Cross-country Differences in Graduate Overeducation. *European Sociological Review*, 29(3), 642–653. <https://doi.org/10.1093/esr/jcs044>

APÊNDICE A

GUIÃO DE ENTREVISTA

I. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

Esta entrevista surge no contexto de um projeto de investigação financiado pela EDULOG – Fundação Belmiro de Azevedo e que tem como objetivos aprofundar a compreensão do desemprego entre diplomados em Portugal e da sua medição (IEFP, INE, observatórios das Instituições de Ensino Superior) e de propor um método aperfeiçoado para estimar as taxas de desemprego ao nível dos cursos. Para estas entrevistas, pretende-se ouvir as perceções de atores institucionais sobre a justiça e utilidade de usar a taxa de desemprego como métrica dos cursos ao nível institucional e do sistema, os métodos existentes e validar a metodologia e os pressupostos do estudo.

Esta entrevista deverá demorar cerca de uma hora. A entrevista será gravada (apenas voz), para podermos voltar a ouvi-la mais tarde, mas as gravações não serão disponibilizadas a ninguém externo à equipa e serão guardadas num computador seguro (offline) do CIPES e apenas durante a duração do projeto, após o qual serão destruídas. Toda a informação que incluirmos no relatório deste estudo ou em outras publicações referirá apenas as instituições onde se encontravam os entrevistados enquanto representantes das mesmas, mas sem referir os seus nomes. Tem o direito de desistir a qualquer momento, e de exigir que a informação que partilhou, ou parte dela, não seja utilizada.

2. PRINCIPAIS TÓPICOS E QUESTÕES

A. Produção e Divulgação de indicadores de desemprego ao nível do curso

1. Indicadores ao nível do curso:

- Considera a taxa de desemprego ao nível do curso uma medida justa dos resultados dos cursos?
- O indicador de desemprego presente no Infocursos (o indicador do IEFP). Considera-o fiável?
- Tendo em conta a natureza deste indicador, considera benéfico para os diferentes stakeholders (IES vs. Estudantes e famílias) manter este tipo de informação pública?
- Como é que perceciona a justiça da aplicação desta métrica a cursos com um número reduzido de diplomados (por exemplo, menos de 10 ou 25 diplomados por ano)?

2. Transparência e Responsabilização:

- De que forma a divulgação pública das taxas de desemprego por curso afeta o comportamento das instituições, o recrutamento de estudantes ou a reputação institucional?
- Existem preocupações quanto ao uso indevido ou à má interpretação destes indicadores por parte dos estudantes e das suas famílias?
- Aconselharia que as taxas de desemprego por curso fossem organizadas e divulgadas sob a forma de ranking de cursos? E quanto a rankings por área de estudo?
- Faria alguma diferença se fosse possível divulgar taxas de desemprego “reais” por curso, ou os efeitos seriam semelhantes?
- Como devem as instituições equilibrar o direito dos estudantes e das famílias ao acesso à informação sobre o desemprego (como defendido pelo Tribunal de Contas) com os potenciais efeitos sistémicos ou institucionais da divulgação dessa informação (por exemplo, através de “rankings”)?

B. Validação da Metodologia e Contributos

(Apresentação da metodologia do nosso estudo e principais resultados)

- Que vantagens e desvantagens identifica na utilização de uma metodologia deste tipo para estimar as taxas de desemprego ao nível do curso-instituição?
- Concorde que um indicador deste género teria valor acrescentado para os estudantes e respetivas famílias? Este indicador deveria substituir ou ser apresentado em conjunto com o indicador Infocursos?
- Se estivessem disponíveis dados administrativos de todos os diplomados em Portugal, considera que esta metodologia seria mais adequada do que a taxa de desemprego “real” observada num determinado curso num dado ano?

C. Avanços na Qualidade dos Dados

- A que distância está Portugal relativamente à obtenção de microdados (ou indicadores) dos seus diplomados e dos resultados no mercado de trabalho dos diplomados a partir de fontes administrativas?
- O que impede Portugal de disponibilizar esses dados ou os indicadores resultantes, conforme solicitado pelo Tribunal de Contas?
- No caso de disponibilidade desses dados, que análises serão realizadas pelo INE para fornecer informação aos estudantes, famílias e outros intervenientes relevantes?

APÊNDICE B

ÁREAS EUROGRADUATE E INSTITUIÇÕES NÃO-PARTICIPANTES

Área Eurograduate	Código CNAEF2013 4D	Nome da área ISCED-F a quatro dígitos
Ciências da Educação	0111	Ciências da educação
	0112	Formação de educadores de infância
Formação de Professores	0113	Formação de professores de áreas disciplinares não específicas
	0114	Formação de professores de áreas disciplinares específicas
Artes	0210	Artes sem definição precisa
	0211	Técnicas audiovisuais e produção dos media
	0212	Design de moda, de interiores e industrial
	0213	Belas-artes
	0214	Artesanato
	0215	Música e artes do espetáculo
	0219	Programas de Artes não classificados noutras áreas
	0220	Humanidades (exceto línguas) sem definição precisa
	0221	Religião e teologia
	0222	História e arqueologia
Humanidades	0223	Filosofia e ética
	0229	Programas de Humanidades (exceto línguas) não classificados noutras áreas
	0288	Programas e qualificações interdisciplinares que envolvem as Artes e humanidades
	0231	Aprendizagem de línguas
Línguas	0232	Literatura e linguística
	0239	Programas de Línguas não classificados noutras áreas
Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	0310	Ciências sociais e comportamentais sem definição precisa
	0311	Economia
	0312	Ciências políticas e cidadania
	0314	Sociologia e estudos culturais
	0320	Jornalismo e informação sem definição precisa
	0321	Jornalismo e reportagem
	0322	Biblioteconomia, arquivística e ciências da informação
Psicologia	0313	Psicologia

Área Eurograduate	Código CNAEF2013 4D	Nome da área ISCED-F a quatro dígitos
Ciências Empresariais e Administração	0410	Ciências empresariais e administração sem definição precisa
	0411	Contabilidade e fiscalidade
	0412	Finanças, banca e seguros
	0413	Gestão e administração
	0414	Marketing e publicidade
	0415	Secretariado e trabalho administrativo
	0416	Comércio (por grosso e a retalho)
	0417	Competências laborais
	0419	Programas de Ciências empresariais e administração não classificados noutras áreas
Direito	0421	Direito
Ciências Naturais, Matemática e Estatística	0510	Ciências biológicas e ciências afins sem definição precisa
	0511	Biologia
	0512	Bioquímica
	0519	Programas de Ciências biológicas e ciências afins não classificados noutras áreas
	0521	Ciências do ambiente
	0522	Ambientes naturais e vida selvagem
	0530	Ciências físicas sem definição precisa
	0531	Química
	0532	Ciências da terra
	0533	Física
	0540	Matemática e estatística sem definição precisa
	0541	Matemática
	0542	Estatística
Tecnologias da Informação e Comunicação	0610	Tecnologias da informação e comunicação (TICs) sem definição precisa
	0611	Informática na ótica do utilizador
	0612	Design e administração de bases de dados e de redes informáticas
	0613	Desenvolvimento e análise de software e aplicações informáticas
	0619	Programas de Tecnologias da informação e comunicação (TICs) não classificados noutras áreas

Área Eurograduate	Código CNAEF2013 4D	Nome da área ISCED-F a quatro dígitos
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	0710	Engenharia e tecnologias afins sem definição precisa
	0711	Engenharia química e de processos
	0712	Tecnologia de proteção do ambiente
	0713	Eletricidade e energia
	0714	Eletrónica e automação
	0715	Metalurgia e metalomecânica
	0716	Veículos a motor, navios e aviões
	0719	Programas de Engenharia e tecnologias afins não classificados noutras áreas
	0720	Indústrias transformadoras sem definição precisa
	0721	Indústrias alimentares
	0722	Materiais (vidro, papel, plástico e madeira)
	0723	Têxteis (vestuário, calçado e couro)
	0724	Indústrias extrativas
	0732	Construção civil e engenharia civil
	0788	Programas e qualificações interdisciplinares que envolvem a Engenharia, indústrias transformadoras e construção
Arquitetura e Urbanismo	0731	Arquitetura e urbanismo
Agricultura, Silvicultura, Pesca e Ciências Veterinárias	0811	Produção agrícola e animal
	0812	Horticultura
	0821	Silvicultura
	0831	Pescas
	0841	Ciências veterinárias
Medicina e Medicina Dentária	0911	Ciências dentárias
	0912	Medicina
Saúde	0910	Saúde sem definição precisa
	0913	Enfermagem geral e enfermagem obstétrica
	0914	Tecnologias de diagnóstico e terapêutica
	0915	Terapia e reabilitação
	0917	Medicina tradicional e complementar e terapia
	0919	Programas de Saúde não classificados noutras áreas

Área Eurograduate	Código CNAEF2013 4D	Nome da área ISCED-F a quatro dígitos
Ciências Farmacêuticas Empresariais e Administração	0916	Ciências farmacêuticas
Proteção Social	0921	Assistência a idosos e a adultos deficientes
	0922	Serviços de apoio a crianças e jovens
	0923	Trabalho social e aconselhamento
	1012	Serviços de cabeleireiro e estética
Serviços	1013	Hotelaria, restauração e catering
	1014	Desporto
	1015	Viagens, turismo e lazer
	1021	Saúde pública
	1022	Saúde e segurança no trabalho
	1031	Segurança militar e defesa
	1032	Proteção de pessoas e bens
	1041	Serviços de transporte

Tabela B1. Áreas científicas definidas pelo projeto Eurograduate e ligação com ISCED4D – 2013

1	Instituto Politécnico de Castelo Branco
2	Escola Superior Artística do Porto
3	Instituto Superior Bissaya Barreto
4	Instituto Universitário de Ciências da Saúde
5	Instituto Superior de Comunicação Empresarial
6	Escola Superior de Tecnologia e Gestão Jean Piaget
7	ISLA - Instituto Superior de Gestão e Administração de Leiria
8	Instituto Superior de Novas Profissões
9	Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida
10	Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes
11	Universidade Atlântica
12	Academia Nacional Superior de Orquestra
13	Conservatório Superior de Música de Gaia
14	Escola Superior Artística de Guimarães
15	Escola Superior de Artes Decorativas

16	Escola Superior de Educação Almeida Garrett
17	Escola Superior de Educação de Fafe
18	Escola Superior de Educação de João de Deus
19	Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti
20	Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich
21	Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa - Lisboa
22	Escola Superior de Saúde Ribeiro Sanches
23	Escola Superior de Tecnologias de Fafe
24	Escola Superior de Tecnologias e Artes de Lisboa
25	Escola Superior de Negócios Atlântico
26	Instituto Português de Administração de Marketing de Lisboa
27	Instituto Português de Administração de Marketing do Porto
28	Instituto Superior D. Dinis
29	Instituto Superior de Ciências da Administração
30	Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração
31	Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo
32	ISEC Lisboa - Instituto Superior de Educação e Ciências
33	Instituto Superior de Gestão Bancária
34	Instituto Superior de Paços de Brandão
35	Instituto Superior de Tecnologias Avançadas de Lisboa
36	Instituto Superior Politécnico do Oeste
37	Instituto Superior Politécnico Gaya
38	Escola Superior de Saúde Cruz Vermelha Portuguesa - Alto Tâmega
39	Instituto Universitário Militar
40	Atlântica - Instituto Universitário
41	Escola Superior de Saúde Atlântica

Tabela B2. Instituições não-participantes no Eurograduate

APÊNDICE C

AMOSTRA E TABELAS DESCRITIVAS SUPLEMENTARES

Este apêndice apresenta estatísticas descritivas incondicionais detalhadas para todas as dimensões da qualidade do emprego analisadas no texto principal. Os resultados são apresentados separadamente por coorte (2016/17 e 2020/21) e segundo um conjunto de características dos diplomados: género, nível do grau, tipo de instituição e área de estudo. Todas as estatísticas seguem as mesmas definições e amostras analíticas descritas na Secção 3.2.

Amostra	Descrição	Total (N)	2016/17	2020/21	% do Total
Amostra completa	Todos os diplomados observados na base de dados, antes da aplicação de quaisquer restrições	18 188	7 415	10 773	100%
Amostra variáveis de controlo (main_base)	Diplomados com informação completa em todas as variáveis de controlo utilizadas nos modelos (género, idade, nível de escolaridade, área de estudo, tipo de instituição, experiência prévia, estado civil, filhos, coorte)	10 875	5 111	5 764	60%
Subamostra incluída em apenas um modelo (in_any)	Observações da amostra base de controlo com informação disponível para pelo menos uma dimensão de qualidade do emprego (satisfação, tipo de contrato, salário, desalinhamento vertical ou horizontal).	10 874	5 110	5 764	60%
Subamostra incluída em todos os modelos (in_all)	Observações da amostra base de controlo com informação completa para todas as dimensões de qualidade do emprego.	8 315	3 942	4 373	46%
Amostra de regressão: lwage	Logaritmo do salário por hora observado (e horas ≥ 15 e rendimento positivo).	10 253	4 879	5 374	56%
Amostra de regressão: contract_indef	Tipo de contrato observado (diplomados empregados com informação válida sobre o tipo de contrato).	8 731	4 100	4 631	48%
Amostra de regressão: job_satis_rev	Satisfação no emprego observada (diplomados empregados com informação válida sobre satisfação).	10 868	5 109	5 759	60%
Amostra de regressão: vert_mismatch	Desalinhamento vertical observado (diplomados empregados com informação válida sobre os requisitos de escolaridade do emprego).	10 858	5 102	5 756	60%
Amostra de regressão: h_mismatch	Alinhamento horizontal observado (diplomados empregados com informação válida numa das três variáveis de alinhamento horizontal: área de estudo, posição e tarefas).	10 872	5 109	5 763	60%

Tabela C1. Definição e dimensão das amostras analíticas

Grupo	2017 N	2017 Média	2017 DP	2021 N	2021 Média	2021 DP
Painel A: Género						
Homens	1 912	10,07	5,28	2 013	8,04	3,51
Mulheres	2 967	7,86	3,71	3 361	6,65	2,56
Painel B: Ciclo de estudos						
CTeSP	142	6,43	3,04	159	5,63	2,58
Licenciatura	3 056	8,28	4,28	2 971	6,66	2,69
Mestrado (2º ciclo)	1 159	9,55	4,85	1 645	7,90	3,37
Mestrado integrado	522	10,11	4,85	599	8,15	3,02
Painel C: Tipo de instituição						
Politécnico Privado	190	7,80	3,39	323	6,95	2,65
Universitário Privado	451	8,85	4,45	607	6,97	3,18
Politécnico Público	1 824	8,05	4,19	1 882	6,76	2,85
Universitário Público	2 414	9,28	4,77	2 562	7,55	3,12
Painel D: Área de estudo						
Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	126	6,91	2,63	92	6,27	2,17
Arquitetura e Planeamento Urbano	89	7,06	3,37	77	6,13	2,76
Artes	307	7,44	4,56	306	6,03	2,56
Gestão e Administração	823	8,62	4,25	1 067	7,01	3,05
Ciências da Educação	75	8,97	5,14	95	7,60	3,73
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	890	10,77	5,49	826	8,27	3,25
Saúde	411	7,98	3,48	599	7,31	2,33
Humanidades	66	7,08	2,97	74	7,80	3,86
Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	93	11,83	6,59	148	9,12	3,93
Línguas	95	8,36	4,32	127	6,57	3,01
Direito	201	9,48	4,87	238	6,89	3,12
Medicina e Medicina Dentária	143	10,17	3,70	149	9,57	2,86
Ciências Naturais, Matemática e Estatística	297	8,49	4,10	271	6,70	2,22
Farmácia	81	8,38	2,74	94	6,92	1,94
Psicologia	164	7,13	2,48	189	6,44	3,03
Serviços	267	7,79	4,19	251	6,11	2,64
Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	451	8,35	4,02	512	6,66	2,84
Formação de Professores	165	8,61	3,98	118	8,14	3,52
Bem-Estar	135	5,85	1,64	141	5,90	1,62

Tabela C2. Diferenças nos salários por hora por características dos diplomados

Nota: Salários por hora médios em euros. A amostra encontra-se restrita aos diplomados incluídos na amostra analítica de salários.

Grupo	2017 N	2017 %	2021 N	2021 %
Painel A: Género				
Homens	1 606	84,5	1 748	65,0
Mulheres	2 494	79,6	2 883	57,0
Painel B: Ciclo de estudos				
CTeSP	128	81,2	164	62,2
Licenciatura	2 584	81,4	2 512	59,4
Mestrado (2º ciclo)	973	81,4	1 409	63,1
Mestrado integrado	415	82,9	546	53,8
Painel C: Tipo de instituição				
Politécnico Privado	132	90,2	227	69,6
Universitário Privado	356	77,8	477	56,4
Politécnico Público	1 563	83,2	1 645	62,6
Universitário Público	2 049	80,4	2 282	57,9
Painel D: Área de estudo				
Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	104	79,8	79	50,6
Arquitetura e Planeamento Urbano	56	64,3	67	37,3
Artes	225	70,2	218	48,2
Gestão e Administração	750	90,0	1 003	64,3
Ciências da Educação	63	76,2	82	73,2
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	830	88,3	805	63,9
Saúde	289	92,0	394	76,1
Humanidades	50	62,0	65	56,9
Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	86	95,3	146	78,1
Línguas	75	70,7	107	58,9
Direito	136	83,8	142	68,3
Medicina e Medicina Dentária	95	80,0	127	53,5
Ciências Naturais, Matemática e Estatística	275	71,6	262	44,7
Farmácia	74	87,8	90	61,1
Psicologia	119	58,8	160	43,8
Serviços	199	66,8	203	52,2
Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	409	83,9	452	54,9
Formação de Professores	136	61,0	95	44,2
Bem-Estar	129	75,2	134	53,7

Tabela C3. Diferenças no tipo de contrato por características dos diplomados

Nota: Percentagem de diplomados com contrato sem termo. A amostra encontra-se restrita aos diplomados incluídos na amostra analítica de contratos

Grupo	2017 N	2017 %	2021 N	2021 %
Painel A: Género				
Homens	1 991	65,7	2 142	63,1
Mulheres	3 118	57,3	3 617	57,7
Painel B: Ciclo de estudos				
CTeSP	151	57,0	180	62,8
Licenciatura	3 209	61,0	3 196	59,3
Mestrado (2º ciclo)	1 214	60,0	1 759	57,0
Mestrado integrado	535	60,6	624	68,4
Painel C: Tipo de instituição				
Politécnico Privado	201	54,2	342	56,4
Universitário Privado	490	64,1	646	64,4
Politécnico Público	1 902	60,0	2 016	58,3
Universitário Público	2 516	60,9	2 755	60,0
Painel D: Área de estudo				
Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	134	67,2	99	61,6
Arquitetura e Planeamento Urbano	90	57,8	81	46,9
Artes	331	55,9	341	55,7
Gestão e Administração	867	63,0	1 120	61,2
Ciências da Educação	77	53,2	104	47,1
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	921	71,3	869	70,5
Saúde	429	51,5	632	49,5
Humanidades	68	57,4	83	54,2
Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	98	71,4	158	77,2
Línguas	102	55,9	136	54,4
Direito	209	56,5	259	59,5
Medicina e Medicina Dentária	150	40,7	160	68,1
Ciências Naturais, Matemática e Estatística	310	62,9	302	56,0
Farmácia	84	60,7	95	67,4
Psicologia	171	62,6	201	60,2
Serviços	276	60,1	278	56,5
Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	471	60,1	542	56,6
Formação de Professores	174	48,3	137	56,9
Bem-Estar	147	49,7	162	54,3

Tabela C4. Diferenças na satisfação no emprego por características dos diplomados

Nota: Percentagem de diplomados que reportam elevada satisfação no emprego (valores 4-5 na escala de 1-5). A amostra encontra-se restrita aos diplomados incluídos na amostra analítica de satisfação no emprego.

Grupo	2017 N	2017 %	2021 N	2021 %
Painel A: Género				
Homens	1 987	29,6	2 140	35,2
Mulheres	3 115	31,9	3 616	36,6
Painel B: Ciclo de estudos				
CTeSP	150	34,7	179	38,5
Licenciatura	3 204	19,9	3 195	21,5
Mestrado (2º ciclo)	1 214	63,3	1 758	66,5
Mestrado integrado	534	23,2	624	24,0
Painel C: Tipo de instituição				
Politécnico Privado	201	24,9	341	27,0
Universitário Privado	489	26,6	647	34,2
Politécnico Público	1 902	30,9	2 014	33,5
Universitário Público	2 510	32,4	2 754	39,5
Painel D: Área de estudo				
Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	134	31,3	99	27,3
Arquitetura e Planeamento Urbano	90	22,2	81	23,5
Artes	330	37,3	341	46,3
Gestão e Administração	867	30,0	1 118	35,9
Ciências da Educação	77	62,3	104	60,6
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	919	29,2	869	32,7
Saúde	429	23,1	632	22,0
Humanidades	68	36,8	83	50,6
Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	98	27,6	158	29,7
Línguas	101	35,6	136	44,9
Direito	208	31,7	258	39,1
Medicina e Medicina Dentária	150	7,3	160	6,2
Ciências Naturais, Matemática e Estatística	309	33,0	301	44,5
Farmácia	84	11,9	95	15,8
Psicologia	171	26,3	201	36,3
Serviços	276	44,9	278	50,0
Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	470	35,7	544	45,0
Formação de Professores	174	24,1	137	38,0
Bem-Estar	147	44,2	161	41,0

Tabela C5. Diferenças no desalinamento vertical por características dos diplomados

Nota: Percentagem de diplomados sobrequalificados. A amostra encontra-se restrita aos diplomados incluídos na amostra analítica de desalinamento vertical.

Grupo	2017 N	2017 %	2021 N	2021 %
Painel A: Género				
Homens	1 990	24,4	2 143	17,5
Mulheres	3 119	20,6	3 620	15,0
Painel B: Ciclo de estudos				
CTeSP	151	31,1	180	17,2
Licenciatura	3 210	22,3	3 198	14,3
Mestrado (2º ciclo)	1 213	21,8	1 761	19,4
Mestrado integrado	535	18,5	624	14,1
Painel C: Tipo de instituição				
Politécnico Privado	201	21,9	342	15,8
Universitário Privado	490	22,0	647	16,5
Politécnico Público	1 902	24,9	2 017	18,1
Universitário Público	2 516	20,0	2 757	14,1
Painel D: Área de estudo				
Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	134	23,9	99	15,2
Arquitetura e Planeamento Urbano	90	22,2	81	16,0
Artes	331	23,9	342	19,0
Gestão e Administração	867	25,3	1 120	17,8
Ciências da Educação	77	24,7	104	24,0
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	921	24,4	869	16,8
Saúde	429	19,6	632	14,9
Humanidades	68	14,7	83	14,5
Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	98	36,7	158	15,8
Línguas	102	18,6	136	11,0
Direito	209	20,6	259	17,8
Medicina e Medicina Dentária	150	14,0	160	8,1
Ciências Naturais, Matemática e Estatística	310	16,5	302	14,6
Farmácia	84	17,9	95	17,9
Psicologia	171	20,5	201	13,4
Serviços	277	25,6	278	20,5
Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	470	16,4	544	10,7
Formação de Professores	174	20,1	138	13,8
Bem-Estar	147	25,2	162	16,0

Tabela C6. Diferenças no desalinhamento horizontal por características dos diplomados

Nota: Percentagem de diplomados que reportam um nível elevado de alinhamento horizontal (valores 4-5 na escala de 1-5). A amostra encontra-se restrita aos diplomados incluídos na amostra analítica de alinhamento horizontal.

APÊNDICE D

ANÁLISE DE ROBUSTEZ E RESULTADOS DE REGRESSÃO SUPLEMENTARES

Grupo	2017	2021
Mulher	-0,187 ** (0,013)	-0,134 ** (0,011)
Idade	-0,008 (0,004)	0,011 ** (0,002)
Idade ao quadrado	0,001 ** (0,000)	0,001 * (0,000)
Média final	0,040 ** (0,004)	0,024 ** (0,004)
Experiência Profissional	-0,027 (0,020)	0,053 ** (0,017)
Casado	0,099 ** (0,012)	0,039 ** (0,012)
Com filhos	0,005 (0,018)	0,036 (0,027)
Ciclo de estudos (Referência: Licenciatura)		
CTeSP	-0,332 ** (0,031)	-0,240 ** (0,028)
Mestrado (2.º ciclo)	0,037 * (0,018)	0,083 ** (0,016)
Mestrado integrado	0,141 ** (0,026)	0,108 ** (0,022)
Área de estudo (referência: Gestão e Administração)		
Ciências da Educação	-0,195 ** (0,051)	-0,177 ** (0,043)
Formação de Professores	-0,158 ** (0,031)	-0,157 ** (0,042)
Artes	-0,217 ** (0,027)	-0,185 ** (0,025)
Humanidades	-0,342 ** (0,046)	-0,151 ** (0,050)
Línguas	-0,128 ** (0,046)	-0,181 ** (0,039)
Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	-0,081 ** (0,023)	-0,115 ** (0,020)

Grupo	2017		2021	
Psicologia	-0,290	**	-0,242	**
	(0,029)		(0,034)	
Direito	0,114	**	-0,025	
	(0,036)		(0,029)	
Ciências Naturais, Matemática, e Estatística	-0,099	**	-0,125	**
	(0,027)		(0,025)	
Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	0,256	**	0,222	**
	(0,055)		(0,029)	
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Const.	0,145	**	0,117	**
	(0,021)		(0,018)	
Arquitetura e Planeamento Urbano	-0,324	**	-0,226	**
	(0,042)		(0,045)	
Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	-0,161	**	-0,092	**
	(0,032)		(0,032)	
Medicina e Medicina Dentária	0,183	**	0,265	**
	(0,038)		(0,036)	
Saúde	-0,045		0,086	**
	(0,023)		(0,019)	
Farmácia	-0,077		-0,015	
	(0,041)		(0,031)	
Bem-Estar	-0,270	**	-0,148	**
	(0,026)		(0,026)	
Serviços	-0,126	**	-0,150	**
	(0,028)		(0,024)	
Tipo de instituição (referência: Universitário Público)				
Politécnico Público	-0,111	**	-0,070	**
	(0,015)		(0,014)	
Universitário Privado	0,006		-0,025	
	(0,021)		(0,020)	
Politécnico Privado	-0,089	**	-0,058	*
	(0,031)		(0,023)	
Tempo Parcial (<30h/semana)	-0,354	**	-0,609	**
	(0,029)		(0,022)	
Trabalha numa NUTS III diferente do curso	-0,032	**	-0,005	
	(0,011)		(0,010)	

Grupo	2017	2021
Constante	6,823 ** (0,061)	6,738 ** (0,054)
Número de observações	5013	5612

** p < 0,01, * p < 0,05.

Tabela D1. Estimativas OLS para o logaritmo dos salários por hora

Grupo	2017	2021
Mulher	-0,161 ** (0,059)	-0,008 (0,054)
Idade	-0,058 ** (0,020)	-0,056 ** (0,009)
Idade ao quadrado	0,003 (0,002)	0,002 * (0,001)
Média final	0,041 * (0,019)	0,006 (0,019)
Experiência Profissional	-0,034 (0,088)	0,120 (0,093)
Casado	0,171 ** (0,056)	0,130 * (0,059)
Com filhos	0,082 (0,084)	0,079 (0,112)
Ciclo de estudos (Referência: Licenciatura)		
CTeSP	-0,383 * (0,163)	-0,103 (0,168)
Mestrado (2.º ciclo)	0,008 (0,084)	-0,031 (0,078)
Mestrado integrado	0,041 (0,116)	0,069 (0,112)
Área de estudo (referência: Gestão e Administração)		
Ciências da Educação	-0,493 (0,263)	-0,201 (0,194)
Formação de Professores	-0,479 ** (0,171)	0,033 (0,166)

Grupo	2017	2021
Artes	-0,277	-0,194
	-0,543 *	-0,105
Humanidades	(0,232)	(0,196) **
	-0,274	-0,013
Línguas	(0,222)	(0,184) **
	-0,223 *	-0,148
Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	(0,107)	(0,102) **
	(0,107)	(0,102)
Psicologia	-0,293	0,085
	(0,155)	(0,159)
Direito	-0,305 *	0,002
	(0,144)	(0,142)
Ciências Naturais, Matemática, e Estatística	-0,292 *	-0,172
	(0,119)	(0,130)
Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	0,580 **	0,754 **
	(0,210)	(0,157)
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Const.	0,289 **	0,378 **
	(0,093)	(0,089)
Arquitetura e Planeamento Urbano	-0,224	-0,557 *
	(0,203)	(0,218)
Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	-0,033	0,243
	(0,160)	(0,199)
Medicina e Medicina Dentária	-0,998 **	0,235
	(0,177)	(0,169)
Saúde	-0,659 **	-0,493 **
	(0,116)	(0,098)
Farmácia	-0,171	0,099
	(0,205)	(0,184)
Bem-Estar	-0,661 **	-0,134
	(0,194)	(0,161)
Serviços	-0,138	-0,079
	(0,132)	(0,132)
Tipo de instituição (referência: Universitário Público)		
Politécnico Público	-0,005	-0,003
	(0,070)	(0,069)

Grupo	2017	2021
Universitário Privado	0,269 **	0,252 **
	(0,098)	(0,089)
Politécnico Privado	0,215	0,286 *
	(0,168)	(0,122)
Tempo Parcial (<30h/semana)	-0,337 **	-0,470 **
	(0,115)	(0,085)
Trabalha numa NUTS III diferente do curso	0,112 *	0,034
	(0,053)	(0,050)
Número de observações	5109	5759

** p < 0,01, * p < 0,05.

Tabela D2. Estimativas do logit ordinal para a satisfação no emprego

Grupo	2017		2021	
	P(4)	P(5)	P(4)	P(5)
Mulher	-0,010 **	-0,027 **	-0,001	-0,001
	(0,004)	(0,010)	(0,003)	(0,009)
Idade	-0,004 **	-0,010 **	-0,003 **	-0,010 **
	(0,001)	(0,003)	(0,001)	(0,002)
Idade ao quadrado	0,000	0,000	0,000 *	0,000 *
	(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)
Média final	0,003 *	0,007 *	0,000	0,001
	(0,001)	(0,003)	(0,001)	(0,003)
Experiência Profissional	-0,002	-0,006	0,008	0,020
	(0,005)	(0,015)	(0,007)	(0,015)
Casado	0,011 **	0,028 **	0,008 *	0,022 *
	(0,004)	(0,009)	(0,003)	(0,010)
Com filhos	0,005	0,014	0,005	0,014
	(0,005)	(0,015)	(0,006)	(0,020)
Ciclo de estudos (Referência: Licenciatura)				
CTeSP	-0,033	-0,058 **	-0,007	-0,017
	(0,017)	(0,022)	(0,012)	(0,027)
Mestrado (2.º ciclo)	0,001	0,001	-0,002	-0,005
	(0,005)	(0,014)	(0,005)	(0,013)
Mestrado integrado	0,002	0,007	0,004	0,012
	(0,007)	(0,020)	(0,006)	(0,020)

Grupo	2017		2021	
	P(4)	P(5)	P(4)	P(5)
Área de estudo (referência: Gestão e Administração)				
Ciências da Educação	-0,038	-0,079 *	-0,015	-0,033
	(0,028)	(0,037)	(0,017)	(0,030)
Formação de Professores	-0,037 *	-0,077 **	0,002	0,006
	(0,017)	(0,025)	(0,010)	(0,029)
Artes	-0,018	-0,047 *	-0,015	-0,032
	(0,010)	(0,021)	(0,010)	(0,019)
Humanidades	-0,044	-0,086 **	-0,007	-0,018
	(0,025)	(0,032)	(0,015)	(0,032)
Línguas	-0,017	-0,047	-0,001	-0,002
	(0,018)	(0,036)	(0,012)	(0,032)
Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	-0,013	-0,039 *	-0,011	-0,025
	(0,007)	(0,018)	(0,008)	(0,017)
Psicologia	-0,019	-0,050 *	0,005	0,015
	(0,012)	(0,025)	(0,008)	(0,029)
Direito	-0,020	-0,052 *	0,000	0,000
	(0,012)	(0,023)	(0,009)	(0,025)
Ciências Naturais, Matemática, e Estatística	-0,019 *	-0,050 *	-0,013	-0,028
	(0,009)	(0,020)	(0,011)	(0,021)
Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	-0,003	0,121 *	0,004	0,155 **
	(0,011)	(0,047)	(0,008)	(0,035)
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Const.	0,005 *	0,057 **	0,013 **	0,072 **
	(0,003)	(0,018)	(0,004)	(0,017)
Arquitetura e Planeamento Urbano	-0,013	-0,039	-0,053 *	-0,082 **
	(0,015)	(0,034)	(0,026)	(0,028)
Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	-0,001	-0,006	0,011	0,045
	(0,007)	(0,029)	(0,006)	(0,039)
Medicina e Medicina Dentária	-0,103 **	-0,138 **	0,011	0,043
	(0,023)	(0,020)	(0,006)	(0,032)
Saúde	-0,058 **	-0,101 **	-0,045 **	-0,074 **
	(0,012)	(0,017)	(0,010)	(0,014)
Farmácia	-0,010	-0,030	0,006	0,018
	(0,013)	(0,035)	(0,009)	(0,033)

Grupo	2017		2021	
	P(4)	P(5)	P(4)	P(5)
Bem-Estar	-0,058 (0,023)	* -0,101 (0,025)	** -0,010 (0,013)	-0,022 (0,026)
Serviços	-0,007 (0,008)	-0,025 (0,023)	-0,005 (0,009)	-0,013 (0,022)
Tipo de instituição (referência: Universitário Público)				
Politécnico Público	-0,000 (0,005)	-0,001 (0,011)	-0,000 (0,005)	-0,000 (0,012)
Universitário Privado	0,013 (0,004)	** 0,047 (0,018)	0,013 (0,004)	** 0,045 (0,016)
Politécnico Privado	0,011 (0,007)	0,037 (0,031)	0,014 (0,004)	** 0,052 (0,023)
Tempo Parcial (<30h/semana)	-0,028 (0,012)	* -0,052 (0,016)	** -0,040 (0,009)	** -0,073 (0,012)
Trabalha numa NUTS III diferente do curso.	0,007 (0,003)	* 0,019 (0,009)	0,002 (0,003)	0,006 (0,009)
Número de observações	5 109	5 109	5 759	5 759

** p < 0,01, * p < 0,05.

Tabela D3. Efeitos marginais médios do logit ordinal para a satisfação no emprego: P(4) e P(5)

Grupo	2017	2021
Mulher	-0,014 (0,014)	-0,022 (0,013)
Idade	0,001 (0,005)	-0,011 (0,002)
Idade ao quadrado	-0,000 (0,000)	0,000 (0,000)
Média final	0,010 (0,005)	* 0,015 (0,004)
Experiência Profissional	0,066 (0,022)	** 0,085 (0,021)
Casado	0,018 (0,014)	-0,009 (0,014)

Grupo	2017		2021	
Com filhos	-0,014		-0,041	
	(0,020)		(0,027)	
Ciclo de estudos (Referência: Licenciatura)				
CTeSP	-0,471	**	-0,354	**
	(0,032)		(0,039)	
Mestrado (2.º ciclo)	-0,360	**	-0,436	**
	(0,020)		(0,018)	
Mestrado integrado	-0,103	**	-0,220	**
	(0,034)		(0,031)	
Área de estudo (referência: Gestão e Administração)				
Ciências da Educação	-0,061		0,018	
	(0,063)		(0,050)	
Formação de Professores	-0,004		0,205	**
	(0,046)		(0,045)	
Artes	-0,108	**	-0,144	**
	(0,031)		(0,028)	
Humanidades	-0,107		-0,063	**
	(0,064)		(0,060)	
Línguas	-0,138	**	-0,115	**
	(0,052)		(0,044)	
Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	-0,118	**	-0,105	**
	(0,027)		(0,025)	
Psicologia	-0,105	*	0,126	**
	(0,041)		(0,034)	
Direito	-0,067		-0,033	
	(0,036)		(0,030)	
Ciências Naturais, Matemática, e Estatística	-0,127	**	-0,035	
	(0,033)		(0,031)	
Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	0,010		0,098	**
	(0,046)		(0,034)	
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Const.	-0,012		0,052	*
	(0,024)		(0,022)	
Arquitetura e Planeamento Urbano	0,108		0,204	**
	(0,058)		(0,043)	*

Grupo	2017		2021	
Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	0,026	0,110	*	
	(0,043)	(0,046)		
Medicina e Medicina Dentária	0,222	**	0,339	**
	(0,056)		(0,027)	
Saúde	0,088	**	0,134	**
	(0,026)		(0,021)	**
Farmácia	0,092		0,195	**
	(0,066)		(0,050)	
Bem-Estar	-0,151	**	-0,092	**
	(0,039)		(0,035)	
Serviços	-0,217	**	-0,168	**
	(0,031)		(0,030)	
Tipo de instituição (referência: Universitário Público)				
Politécnico Público	0,012		-0,025	
	(0,017)		(0,016)	
Universitário Privado	0,052	*	0,034	
	(0,023)		(0,020)	
Politécnico Privado	0,066		0,007	
	(0,037)		(0,029)	
Tempo Parcial (<30h/semana)	-0,092	**	-0,174	**
	(0,028)		(0,020)	
Trabalha numa NUTS III diferente do curso	-0,015		0,005	
	(0,013)		(0,012)	
Número de observações	5 102		5 756	

** p < 0,01, * p < 0,05.

Tabela D4. Efeitos marginais médios do logit multinomial para o desalinhamento vertical: P(Alinhado)

Grupo	2017		2021	
	P(4)	P(5)	P(4)	P(5)
Mulher	-0,008 (0,007)	-0,005 (0,004)	-0,014 (0,005)	** -0,006 (0,002)
Idade	-0,002 (0,002)	-0,001 (0,001)	0,001 (0,001)	0,000 (0,000)
Idade ao quadrado	0,000 (0,000)	0,000 (0,000)	-0,000 (0,000)	-0,000 (0,000)
Média final	0,003 (0,002)	0,002 (0,001)	0,002 (0,002)	0,001 (0,001)
Experiência Profissional	0,027 ** (0,009)	0,014 ** (0,005)	0,014 (0,008)	0,006 (0,003)
Casado	0,011 (0,006)	0,006 (0,003)	0,009 (0,006)	0,004 (0,003)
Com filhos	0,013 (0,010)	0,008 (0,006)	-0,004 (0,011)	-0,002 (0,005)
Tipo de instituição				
CTeSP	0,003 (0,021)	0,001 (0,012)	-0,002 (0,014)	-0,001 (0,006)
Mestrado (2.º ciclo)	0,001 (0,009)	0,001 (0,005)	0,034 ** (0,008)	0,016 ** (0,004)
Mestrado integrado	-0,001 (0,013)	-0,001 (0,007)	0,028 ** (0,011)	0,013 * (0,005)
Área de estudo (referência: Gestão e Administração)				
Ciências da Educação	-0,018 (0,028)	-0,010 (0,015)	-0,013 (0,022)	-0,006 (0,010)
Formação de Professores	-0,036 * (0,016)	-0,019 * (0,008)	-0,036 * (0,014)	-0,016 ** (0,006)
Artes	-0,015 (0,015)	-0,008 (0,008)	-0,005 (0,012)	-0,002 (0,006)
Humanidades	-0,052 * (0,025)	-0,027 * (0,012)	-0,055 ** (0,020)	-0,024 ** (0,008)
Línguas	-0,053 * (0,022)	-0,028 ** (0,010)	-0,044 ** (0,016)	-0,020 ** (0,007)
Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	-0,044 ** (0,012)	-0,023 ** (0,006)	-0,044 ** (0,009)	-0,019 ** (0,004)

Grupo	2017		2021	
	P(4)	P(5)	P(4)	P(5)
Psicologia	-0,021 (0,017)	-0,012 (0,009)	-0,054 (0,011)	** -0,023 (0,005)
Direito	-0,014 (0,016)	-0,008 (0,009)	-0,012 (0,013)	-0,006 (0,006)
Ciências Naturais, Matemática, e Estatística	-0,046 ** (0,013)	-0,024 ** (0,007)	-0,034 ** (0,011)	-0,015 ** (0,005)
Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	0,049 (0,026)	0,032 (0,019)	-0,017 (0,013)	-0,008 (0,006)
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Const.	-0,001 (0,011)	-0,000 (0,006)	-0,011 (0,009)	-0,005 (0,004)
Arquitetura e Planeamento Urbano	0,011 (0,026)	0,007 (0,016)	-0,025 (0,021)	-0,011 (0,009)
Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	-0,005 (0,020)	-0,003 (0,012)	0,008 (0,018)	0,004 (0,009)
Medicina e Medicina Dentária	-0,059 ** (0,017)	-0,031 ** (0,008)	-0,039 ** (0,012)	-0,017 ** (0,005)
Saúde	-0,034 ** (0,012)	-0,018 ** (0,007)	0,003 (0,010)	0,001 (0,005)
Farmácia	-0,037 (0,023)	-0,020 (0,011)	-0,020 (0,017)	-0,009 (0,007)
Bem-Estar	-0,010 (0,021)	-0,006 (0,012)	0,000 (0,017)	0,000 (0,008)
Serviços	-0,011 (0,016)	-0,006 (0,009)	-0,003 (0,015)	-0,001 (0,007)
Tipo de instituição (referência: Universitário Público)				
Politécnico Público	0,007 (0,008)	0,004 (0,004)	0,015 (0,007)	* 0,007 (0,003)
Universitário Privado	-0,002 (0,010)	-0,001 (0,006)	0,012 (0,008)	0,006 (0,004)
Politécnico Privado	0,002 (0,017)	0,001 (0,009)	0,004 (0,011)	0,002 (0,005)
Tempo Parcial (<30h/semana)	-0,013 (0,012)	-0,007 (0,006)	-0,033 (0,007)	** -0,014 (0,003)

Grupo	2017		2021	
	P(4)	P(5)	P(4)	P(5)
Trabalha numa NUTS III diferente do curso.	0,011	0,006	0,004	0,002
	(0,006)	(0,003)	(0,005)	(0,002)
Número de observações	5 109	5 109	5 763	5 763

** p < 0,01, * p < 0,05.

Tabela D5. Efeitos marginais médios do Logit ordinal para o desalinhamento: P(4) e P(5)

APÊNDICE E

MODELOS DE DESVANTAGEM CUMULATIVA

Grupo	2017		2021	
Mulher	0,109	**	0,097	**
	(0,017)		(0,015)	
Idade	0,007		-0,003	
	(0,006)		(0,002)	
Idade ao quadrado	-0,000		0,000	
	(0,001)		(0,000)	
Média final	-0,033	**	-0,010	*
	(0,005)		(0,005)	
Experiência Profissional	-0,006		-0,087	**
	(0,024)		(0,022)	
Casado	-0,068	**	-0,053	**
	(0,016)		(0,017)	
Com filhos	-0,020		-0,029	
	(0,024)		(0,033)	
Ciclo de estudos (Referência: Licenciatura)				
CTeSP	0,221	**	0,160	**
	(0,040)		(0,036)	
Mestrado (2.º ciclo)	0,202	**	0,126	**
	(0,021)		(0,019)	
Mestrado integrado	0,071	*	0,091	**
	(0,034)		(0,027)	
Área de estudo (referência: Gestão e Administração)				
Ciências da Educação	0,195	**	0,096	
	(0,062)		(0,050)	
Formação de Professores	0,123	*	0,051	
	(0,050)		(0,054)	
Artes	0,187	**	0,132	**
	(0,036)		(0,032)	
Humanidades	0,282	**	0,094	
	(0,054)		(0,051)	
Línguas	0,218	**	0,051	
	(0,054)		(0,046)	
Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	0,102	**	0,109	**
	(0,030)		(0,025)	

Grupo	2017	2021
Psicologia	0,207 ** (0,046)	0,152 ** (0,036)
Direito	0,043 (0,046)	0,054 (0,040)
Ciências Naturais, Matemática, e Estatística	0,147 ** (0,034)	0,094 ** (0,032)
Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	-0,179 ** (0,058)	-0,210 ** (0,046)
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Const.	-0,086 ** (0,027)	-0,079 ** (0,025)
Arquitetura e Planeamento Urbano	0,239 ** (0,060)	0,155 ** (0,050)
Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	0,098 (0,054)	0,063 (0,055)
Medicina e Medicina Dentária	0,156 ** (0,055)	-0,202 ** (0,055)
Saúde	0,124 ** (0,036)	-0,053 (0,031)
Farmácia	0,047 (0,065)	-0,062 (0,055)
Bem-Estar	0,261 ** (0,042)	0,155 ** (0,036)
Serviços	0,230 ** (0,034)	0,171 ** (0,029)
Tipo de instituição (referência: Universitário Público)		
Politécnico Público	0,085 ** (0,019)	0,073 ** (0,018)
Universitário Privado	0,023 (0,029)	0,004 (0,026)
Politécnico Privado	0,088 (0,048)	0,072 * (0,034)
Tempo Parcial (<30h/semana)	-0,034 (0,054)	0,134 ** (0,030)

Grupo	2017	2021
Trabalha numa NUTS III diferente do curso	0,013 (0,015)	-0,005 (0,014)
Número de observações	5013	5612

** p < 0,01, * p < 0,05.

Tabela E1. Estimativas Logit para a desvantagem cumulativa (IDC >= 2)

Grupo	2017	2021
Mulher	0,490 ** (0,067)	0,446 ** (0,064)
Idade	0,061 ** (0,023)	-0,014 (0,010)
Idade ao quadrado	-0,004 (0,002)	-0,002 (0,001)
Média final	-0,173 ** (0,022)	-0,073 ** (0,021)
Experiência Profissional	-0,010 (0,105)	-0,394 ** (0,100)
Casado	-0,357 ** (0,064)	-0,234 ** (0,067)
Com filhos	-0,077 (0,094)	0,006 (0,135)
Ciclo de estudos (Referência: Licenciatura)		
CTeSP	1,061 ** (0,184)	0,756 ** (0,176)
Mestrado (2.º ciclo)	0,941 ** (0,096)	0,585 ** (0,087)
Mestrado integrado	0,374 ** (0,130)	0,196 (0,122)
Área de estudo (referência: Gestão e Administração)		
Ciências da Educação	1,143 ** (0,241)	0,787 ** (0,231)
Formação de Professores	0,510 ** (0,185)	0,193 (0,190)
Artes	0,983 ** (0,154)	0,685 ** (0,145)

Grupo	2017		2021	
Humanidades	1,261	**	0,736	**
	(0,260)		(0,271)	
Línguas	1,163	**	0,640	**
	(0,256)		(0,231)	
Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	0,539	**	0,789	**
	(0,121)		(0,121)	
Psicologia	0,955	**	0,870	**
	(0,198)		(0,164)	
Direito	0,337		0,088	
	(0,179)		(0,158)	
Ciências Naturais, Matemática, e Estatística	0,718	**	0,596	**
	(0,141)		(0,144)	
Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	-0,820	**	-0,994	**
	(0,240)		(0,174)	
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Const.	-0,378	**	-0,381	**
	(0,102)		(0,101)	
Arquitetura e Planeamento Urbano	0,830	**	0,859	**
	(0,241)		(0,234)	
Agricultura, Silvicultura, Pescas e Veterinária	0,482	*	0,320	
	(0,220)		(0,237)	
Medicina e Medicina Dentária	-0,998	**	-0,734	**
	0,516	**	(0,179)	
Saúde	(0,186)		-0,392	**
	0,376	**	(0,111)	
Farmácia	(0,124)		-0,190	
	-0,107		(0,212)	
Bem-Estar	(0,238)		0,536	**
	1,238	**	(0,163)	
Serviços	(0,175)		0,904	**
	1,201	**	(0,143)	
Tipo de instituição (referência: Universitário Público)				
Politécnico Público	0,363	**	0,308	**
	(0,079)		(0,078)	

Grupo	2017	2021
Universitário Privado	0,007 ** (0,115)	-0,053 (0,103)
Politécnico Privado	0,165 (0,168)	0,250 (0,143)
Tempo Parcial (<30h/semana)	0,146 ** (0,262)	0,950 ** (0,150)
Trabalha numa NUTS III diferente do curso	0,033 * (0,060)	0,070 (0,057)
Número de observações	3 942	4 373

** p < 0,01, * p < 0,05.

Tabela E2. Estimativas para o logit ordinal para a desvantagem cumulativa (IDC 0-5)